



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 491, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras - Libras, do Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Oeste do Pará.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ, em exercício, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 436-Gabinete da Reitoria, de 31 de dezembro de 2022; das atribuições que lhe conferem o Estatuto e o Regimento Geral da Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa; em conformidade aos autos do Processo nº 23204.015757/2024-92, proveniente do Instituto de Ciências da Educação - Iced, e em cumprimento à decisão do egrégio Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - Consepe, tomada na 3ª reunião ordinária, realizada de forma presencial em 16 de setembro de 2025, promulga esta resolução.

Art. 1º Fica aprovado o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras - Libras, do Instituto de Ciências da Educação, da Ufopa, de acordo com o Anexo que é parte integrante da presente Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 30 de setembro de 2025, com publicação na página dos Conselhos Superiores no [Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH](#).

CAUAN FERREIRA ARAÚJO
Presidente em exercício do Consepe

ANEXO



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

**PROJETO PEDAGÓGICO
DO CURSO DE LICENCIATURA EM
LETRAS LIBRAS**
Ufopa – Campus Santarém

**SANTARÉM/PA
2025**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

Reitora

Aldenize Ruela Xavier

Vice-reitora

Solange Helena Ximenes Rocha

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Carla Marina Costa Paxiúba

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica

Kelly Christina Ferreira Castro

Pró-Reitora da Cultura, Comunidade e Extensão

Ediene Pena Ferreira

Pró-Reitor de Gestão Estudantil

Luamim Sales Tapajós

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Cauan Ferreira Araújo

Pró-Reitor de Administração

Warlivan Salvador Leite

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

Fabriciana Vieira Guimarães

Diretor do Instituto de Ciências da Educação

Ivan Gomes da Silva Viana

Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras – Libras

Hector Renan da Silveira Calixto

Suporte técnico-pedagógico da unidade (TAE/Pedagogo)

Elenise Pinto de Arruda

Membros do núcleo docente estruturante

Prof.^a Ma. Carina da Silva Mota

Prof.^a Dr.^a Daiane Pinheiro

Prof.^a Dr.^a Eleny Brandão Cavalcante

Prof. Dr. Hector Renan da Silveira Calixto

Prof.^a Ma. Kassya Christinna Oliveira Rodrigues

Prof.^a Ma. Thaisy Bentes de Souza

Equipe de elaboração do PPC (Portaria nº 23 / 2024 – Iced)

Prof.^a Ma. Carina da Silva Mota

Prof.^a Dra. Celiane Sousa Costa

Prof.^a Dr.^a Daiane Pinheiro

Prof.^a Dr.^a Eleny Brandão Cavalcante

Prof. Dr. Hector Renan da Silveira Calixto

Prof.^a Ma. Kassya Christinna Oliveira Rodrigues

Prof. Me. Renan Bernardes Viani

Prof.^a Ma. Thaisy Bentes de Souza

SUMÁRIO

PARTE I: INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	5
1.DA MANTENEDORA	5
1.1. Dados da mantenedora	5
2.DA MANTIDA	5
2.1. Identificação	5
2.2. Atos legais de constituição.....	5
2.3. Dirigente principal da mantida.....	6
2.3.1. Dirigentes da Universidade Federal do Oeste do Pará	6
2.4. Breve histórico da Universidade Federal do Oeste do Pará	6
2.5. Missão institucional	9
2.6. Visão Institucional.....	10
2.7. Valores Institucional	10
2.8. Princípios Filosóficos Institucional	10
PARTE II: INFORMAÇÕES DO CURSO.....	12
3.DADOS GERAIS DO CURSO.....	12
4.CONCEPÇÃO DO CURSO	12
5.JUSTIFICATIVA E PERFIL DO CURSO	13
5.1. Número de vagas	17
6.OBJETIVOS DO CURSO	18
6.1. Objetivo geral	18
6.2. Objetivos específicos	18
7.PRINCIPAIS FORMAS DE INGRESSO NO CURSO	19
8.PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO.....	21
8.1. Competências e habilidades.....	22
9.METODOLOGIA DO CURSO	23
10.....ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	26
10.1. Estrutura curricular e percurso formativo.....	26
10.1.1. Semana Padrão de Atividades do Curso	29
10.2. Conteúdos curriculares	30
10.3. Formação Básica Indígena / Formação Acadêmica Indígena	36
10.4. Percurso formativo	38
10.5. Representação Gráfica do Perfil de Formação	42
10.6. Ementário e bibliografias	42
10.7. Estágio curricular supervisionado do curso.....	42
10.7.1. Estágio curricular supervisionado - relação com a rede de escolas da educação básica	43
10.7.2. Estágio curricular supervisionado - relação teoria e prática.....	44
10.8. Integração com as redes públicas de ensino	45
10.9. Atividades práticas de ensino para licenciaturas	45
10.10. Curricularização da extensão.....	46
10.11. Trabalho de Conclusão de Curso	48
10.12. Atividades Complementares	50
10.12.1. Produções acadêmicas	50
10.12.2. Participações em atividades.....	50
10.12.3. Formação Complementar.....	50
11.....TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM.....	51

12.....SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	52
12.1. Procedimentos de acompanhamento de avaliação dos processos de ensino- aprendizagem.....	53
13.....SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO	55
13.1. Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso	55
13.2. Gestão e avaliação do curso e os processos de avaliação interna e externa	55
13.2.1. Avaliação Docente	55
13.2.2. Sistema de Avaliação do Projeto do Curso	56
14.....POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	56
Políticas de acesso, permanência e conclusão de curso.....	58
14.1. Políticas de ensino de graduação	60
14.2. Política de pesquisa.....	62
14.3. Política de extensão.....	63
14.4. Política de Cultura.....	64
14.5. Política de Inovação.....	65
14.6. Política de Integração com a Educação Básica.....	66
14.7. Políticas de Internacionalização	67
14.8. Política de Assistência Estudantil.....	68
14.8.1. Apoio aos Estudantes	69
14.8.1.1. Assistência Psicossociopedagógica	70
14.8.1.2. Núcleo de Acessibilidade (Nuaces).....	70
14.8.1.3. Núcleo de Psicologia (Nupsi)	70
14.8.1.4. Núcleo de Serviço Social (Nuses)	71
14.8.1.5. Núcleo de Gestão Pedagógica (Nugepe)	71
14.9. Política de Acessibilidade	71
14.9.1. Condições de Acesso para Pessoas com Deficiência	73
14.10. Política de Acompanhamento de Egressos.....	74
14.11. Apoio à participação em atividades de Iniciação Científica	75
14.11.1. Programa de Iniciação Científica	76
PARTE III: ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO CURSO	78
15.....ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA-ADMINISTRATIVA	78
15.1. Direção do instituto.....	78
15.2. Coordenação de curso	78
15.2.1. Atuação da coordenação do curso.....	78
15.2.2. Regime de trabalho da coordenação do curso	78
15.3. Coordenação/Secretaria Acadêmica.....	78
15.4. Secretaria executiva.....	79
15.5. Órgãos colegiados	79
16.....CORPO DOCENTE	80
16.1. Núcleo Docente Estruturante (NDE)	80
16.2. Docentes por Titulação e Regime de Trabalho.....	81
16.3. Docentes por componente	82
16.4. Experiência profissional do docente	84
16.5. Experiência no exercício da docência superior	85
16.6. Experiência no exercício da docência na educação básica.....	85
16.7. Plano de qualificação e formação continuada.....	86
16.8. Apoio a participação em eventos	87
16.9. Incentivo a formação e atualização docente.....	87

16.10. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica	87
PARTE IV: INFRAESTRUTURA.....	88
17.....INSTALAÇÕES GERAIS	88
18.....SALAS DE AULA	88
19.....SALA COLETIVA DE PROFESSORES	89
20.....ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DO CURSO	89
21.....AUDITÓRIOS E VIDEOCONFERÊNCIAS.....	90
22.....BIBLIOTECA	90
22.1. Bibliografia básica por unidade curricular.....	91
23.....LABORATÓRIOS	91
23.1. Políticas de utilização dos laboratórios	91
23.1.1. Laboratório de Libras	92
23.1.2. Laboratórios de Informática	92
24.....ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	92
25.....CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS / PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	93
26.....COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)	94
27.....INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA	94
PARTE V: REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS	96
ANEXO 1 - EMENTÁRIO	100
ANEXO 2 – SEMANA PADRÃO	142

PARTE I: INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

1. DA MANTENEDORA

1.1. Dados da mantenedora

Mantenedora:	Ministério da Educação						
CNPJ:	00.394.445/0003-65						
End.:	Esplanada dos Ministérios, Bloco L.					n.	sn
Bairro:	Zona Cívico-Administrativa	Cidade	Brasília	CEP:	70.047-900	UF	DF
Fone:	(61) 2022-7828 / 7822 / 7823 / 7830						
E-mail:	gabinetedoministro@mec.gov.br						

2. DA MANTIDA

2.1. Identificação

Mantida:	Universidade Federal do Oeste do Pará						
CNPJ:	11.118.393/0001-59						
End.:	Rua Vera Paz					n.	s/n
Bairro:	Salé	Cidade:	Santarém	CEP:	68040-070	UF:	Pará
Telefone:	(93) 21016502			Fax:	(93) 21016506		
E-mail:	reitoria@ufopa.edu.br / gabinete@ufopa.edu.br						
Site:	www.ufopa.edu.br						

2.2. Atos legais de constituição

Dados de Credenciamento	
Documento/Nº:	Lei nº 12.085, de 06 de novembro de 2009 // 05 de novembro de 2009 (a lei é do dia 5, só foi publicada no diário da união dia 06).
Data Documento:	05 de novembro de 2009
Data de Publicação:	06 de novembro de 2009

2.3. Dirigente principal da mantida

Cargo	Reitora
Nome:	Aldenize Ruela Xavier
Telefone:	(93) 21016502
E-mail:	reitoria@ufopa.edu.br

2.3.1. Dirigentes da Universidade Federal do Oeste do Pará

Reitor: Aldenize Ruela Xavier

Vice-Reitor: Solange Helena Ximenes Rocha

Pró-reitoria de Ensino de Graduação: Carla Marina Costa Paxiuba

Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica: Kelly Christina Ferreira Castro

Pró-reitoria de Comunidade, Cultura e Extensão: Ediene Pena Ferreira

Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional: Cauan Ferreira Araújo

Pró-reitoria de Administração: Warlivan Salvador Leite

Pró-reitoria de Gestão Estudantil: Luamim Sales Tapajós

Pró-reitoria de Gestão de Pessoas: Fabriciana Vieira Guimarães

Direção do Instituto de Ciências da Educação: Ivan de Gomes Viana

Coordenador do Curso de Licenciatura em Letras – Libras: Hector Renan da Silveira Calixto

2.4. Breve histórico da Universidade Federal do Oeste do Pará

A Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa é uma universidade multicampi, com sede na cidade de Santarém e com campi localizados nos municípios de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná. Sua área de abrangência é composta por 20 municípios da região oeste do estado do Pará, cuja extensão territorial é de 512.616 km², o que corresponde a 41% do território do estado e população de aproximadamente um milhão de habitantes (Ufopa, 2019). Foi criada pela Lei nº 12.085, de 5 de novembro de 2009, por desmembramento e integração dos campi da Universidade Federal do Pará – UFPA e da Universidade Federal Rural da Amazônia – Ufra, como parte do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação

e Expansão das Universidades Federais – Reuni – Decreto nº 6.096/2007 – e objeto de acordo de cooperação técnica firmado entre o Ministério da Educação – MEC e a UFPA, instituição tutora.

A criação foi precedida de anseios da comunidade acadêmica do campus da UFPA em Santarém, com o aval da sociedade local e regional, e a elaboração de projeto de transformação do campus universitário da UFPA em Santarém no Centro Universitário, no ano de 2000. Em 2006, o movimento alcançou força política e o Senador Flexa Ribeiro (PA) apresentou Projeto Legislativo no Senado Federal com o objetivo de criar duas universidades federais no Estado do Pará, uma com sede em Santarém e outra em Marabá.

Na solenidade comemorativa aos 50 anos da UFPA, ocorrida no teatro da Paz em Belém-Pará, em 2 de julho de 2007, o então reitor Alex Fiúza de Melo entregou ao então Ministro da Educação, Fernando Haddad, o projeto de criação e implantação da Universidade Federal do Oeste do Pará. Posteriormente, os ministros da Educação, Fernando Haddad, e do Planejamento, Paulo Bernardo da Silva, encaminharam a Exposição de Motivos Interministerial nº 332/2007/MP/MEC ao Exmo. Senhor Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, em 11 de dezembro de 2007. Isso possibilitou que, em fevereiro de 2008, o Projeto de Lei nº 2.879/2008 propondo a criação da Ufopa fosse enviado ao Congresso Nacional.

A Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC) instituiu a Comissão de Implantação da Ufopa pela Portaria nº 410, de 3 de junho de 2011, com a finalidade de realizar estudos e atividades para planejamento institucional, organização da estrutura acadêmica e curricular, administração de pessoal, patrimônio, orçamento e finanças, de modo a atender os objetivos estabelecidos no Projeto de Lei nº 2.879/2008. O ministro da Educação instalou a comissão e empossou seu presidente, Prof. Dr. José Seixas Lourenço, no dia 4 de julho de 2008.

Na mesma data, foi instituído Conselho Consultivo integrado pelo governo do estado do Pará (Vice-governador, Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará, Secretaria de Estado de Educação, Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura, Sistema Integrado de Defesa Social e Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará), Sudam, Banco da Amazônia, UFPA, Ufra e Prefeitura Municipal de Santarém, que prestou primoroso apoio à Comissão de Implantação.

Durante o processo de implantação da Ufopa, foram realizados eventos de discussão com a comunidade acadêmica local e regional, com destaque para os seminários “Pensando em uma Nova Universidade – modelos inovadores de formação de recursos humanos” e “Santarém: Polo de Conhecimento, catalisador do desenvolvimento regional”, realizados em Santarém, nos dias 14 e 15 de agosto de 2008. Participaram reitores e dirigentes de destacadas instituições de ensino e pesquisa do país, dirigentes da Sesu/MEC, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Ensino Superior (Capes/MEC), do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), da Academia Brasileira de Ciências (ABC), do governo do Estado do Pará, da Prefeitura Municipal de Santarém, além de docentes, técnicos administrativos e discentes da UFPA.

A Ufopa foi criada em um contexto político e educacional direcionado pelo estreitamento das políticas de expansão e organização do ensino superior com as diretrizes internacionais ditadas pela Unesco (1998) e contidas na Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: visão e ação, entre as quais estava o Programa de Apoio ao Reuni, que tinha por objetivo ampliar o acesso e a permanência de estudantes na educação superior, primando pela qualidade dos cursos e melhor aproveitamento das estruturas físicas e recursos humanos disponíveis, na perspectiva de contribuir com a solução dos desafios que se punham ao país em relação à Amazônia, na defesa da diversidade étnico-racial e de seus recursos naturais.

O primeiro processo seletivo de ingresso de estudantes nos cursos de graduação ocorreu em 2010, sob a responsabilidade da UFPA, e ofertou 340 vagas distribuídas em oito cursos de graduação (Direito, Ciências Biológicas, Pedagogia, Letras – Língua Portuguesa, Física Ambiental, Matemática, Geografia e Sistemas de Informação) e mais 30 vagas pela Ufra, no curso de Engenharia Florestal. Neste mesmo ano, a Ufopa aderiu ao Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor), ofertando cursos de licenciatura em Santarém, nos municípios onde seriam instalados os campi da Ufopa e em Almeirim, que faz parte da área de abrangência da Instituição.

Em 2011, a Ufopa realizou o primeiro processo seletivo próprio de ingresso nos cursos de graduação utilizando as notas do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, sistema de seleção que se mantém atual, associado a outros mecanismos de ingresso especial de indígenas e quilombolas.

Em seus primeiros anos, a Ufopa apresentou um modelo diferenciado de percurso acadêmico, pautado na interdisciplinaridade, flexibilidade, formação continuada e mobilidade acadêmica, com formação em ciclos, começando pelo Centro de Formação Interdisciplinar – CFI; em seguida, com base em suas notas, o estudante postulava o ingresso no instituto do campo de conhecimento que pretendia, para mais um semestre de formação, indo até ao curso pretendido, já no terceiro semestre, com o ingresso dependendo das notas obtidas nas fases anteriores. Esse modelo, embora inovador em alguns aspectos, encontrou resistências na comunidade acadêmica, pela redução do tempo da formação específica e por absorver grande número de professores no semestre inicial, sem que a universidade dispusesse de vagas para garantir o funcionamento dos cursos nas etapas finais.

Em 2014, tomou posse a primeira reitoria eleita e houve a mudança do sistema, com ingresso do estudante diretamente nos cursos; porém, mantendo-se os princípios curriculares. Nesse ano, realizou-se eleição para escolha dos membros dos Conselhos Superiores e direção dos institutos e iniciou o processo de credenciamento da Instituição, concluído em 12 de julho de 2018, com a publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 666/2018, que credenciou a Ufopa, por mais oito anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017. A nota 4 obtida, assim como todo o processo avaliativo, foi um importante passo no crescimento institucional.

Em 2017, realizou-se consulta comunitária e posterior escolha para os cargos de direção maiores da instituição, consolidando o processo democrático interno e ampliando suas relações interinstitucionais. Na ocasião, foram eleitos as atuais reitora e vice-reitora para cumprir mandato de quatro anos (2022-2026),

Desde sua criação, a Ufopa vem contribuindo para a região oeste do Pará com formação de profissionais de bom nível, desenvolvimento de pesquisa, extensão, avanço tecnológico e inovação. A busca pela consolidação de sua infraestrutura gera investimentos que contribuem para dinamizar a economia local. Seus processos seletivos possibilitam a inclusão de grupos populacionais marginalizados, ampliando as oportunidades de inserção social.

2.5. Missão institucional

Conforme descrito no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, a Ufopa assume como finalidade precípua, a educação superior voltada à

produção de conhecimento científico, artístico e tecnológico, integrado no ensino, na pesquisa e na extensão, tendo em vista o pleno desenvolvimento do ser humano, a formação de cidadãos qualificados para o exercício profissional e empenhados em iniciativas que promovam o desenvolvimento da sociedade. Assim, a Ufopa tem como missão: Produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia.

2.6. Visão Institucional

Ser reconhecida pela excelência na produção dialógica dos saberes científicos, tecnológicos, interdisciplinares e interculturais, apoiando o desenvolvimento sustentável e contribuindo para a redução das desigualdades por meio da formação para a cidadania na Amazônia.

2.7. Valores Institucional

DEMOCRACIA; EQUIDADE; DIÁLOGO; INTEGRAÇÃO. Esses valores referem-se à forma como a Ufopa se relaciona com a sociedade e com os diferentes atores e saberes que compõem a Amazônia.

SUSTENTABILIDADE; ÉTICA; TRANSPARÊNCIA; AUTONOMIA. Esses valores estão relacionados aos princípios que norteiam as ações da Ufopa e aos compromissos que ela assume com o meio ambiente, com a sociedade e com a gestão pública.

INOVAÇÃO; INTERDISCIPLINARIDADE; INTERCULTURALIDADE. Esses valores estão relacionados às características que fazem da Ufopa uma instituição de ensino, pesquisa e extensão que produz conhecimentos inovadores, os quais dialogam com diferentes áreas do saber e respeitam a diversidade cultural da Amazônia.

2.8. Princípios Filosóficos Institucional

a) Responsabilidade social e pública: a Ufopa deve empreender esforços para desenvolver processos inclusivos que favoreçam o acesso de pessoas e grupos historicamente marginalizados; pautar suas ações no respeito aos valores humanos e

na preservação ambiental e a segurança no trabalho para as atividades acadêmicas; e defender a garantia da universidade pública, gratuita e de excelência.

b) Pertinência da formação para o desenvolvimento humano sustentável:

a Ufopa deve contribuir, por meio dos seus cursos e percursos formativos, para a redução das desigualdades e para o desenvolvimento integral da sociedade, buscando atender às necessidades da população e dos setores públicos e privados. Para tal, deve fazê-lo em consonância com os processos de construção do conhecimento e em ação dialógica com a sociedade, reafirmando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

c) Justiça e equidade: os processos praticados na Ufopa deverão ter como finalidade a construção de uma sociedade solidária, promovendo o acesso à educação de grupos desfavorecidos pelas condições históricas, socioeconômicas e geográficas.

d) Relevância científica, artística e sociocultural: a Ufopa deve sustentar a perspectiva de integração para valorização das manifestações científicas, artísticas e culturais, resguardando a pluralidade e a universalidade do conhecimento. Deverá inovar continuamente, exercitando a reflexão em face dos desafios e das transformações da sociedade e da ciência.

PARTE II: INFORMAÇÕES DO CURSO

3. DADOS GERAIS DO CURSO

ENDEREÇO DE OFERTA DO CURSO					
Av. Marechal Rondon, s/n, Caranazal, Santarém – PA, CEP: 68040-070					
NOMINAÇÃO DO CURSO:	Licenciatura em Letras - Libras				
MODALIDADE:	Presencial				
TURNO DE FUNCIONAMENTO:	Integral	Matutino	Vespertino	Noturno	Totais
NÚMERO DE VAGAS ANUAIS:				30	30
REGIME DE MATRÍCULA:	Semestral				
DURAÇÃO DO CURSO	Carga Horária	Tempo Mínimo		Tempo Máximo	
	3.340	8 semestres (noturno)		12 semestres (noturno)	

4. CONCEPÇÃO DO CURSO

O curso de Licenciatura em Letras Libras, do Instituto de Ciências da Educação – Iced da Universidade Federal do Oeste do Pará, compreende o curso a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Letras, assim como os princípios presentes no Decreto nº 5.626/2005, que cria o curso de Letras Libras. Assim, considera-se

[...] os desafios da educação superior diante das intensas transformações que têm ocorrido na sociedade contemporânea, no mercado de trabalho e nas condições de exercício profissional. Concebe-se a Universidade não apenas como produtora e detentora do conhecimento e do saber, mas, também, como instância voltada para atender às necessidades educativas e tecnológicas da sociedade. Ressalta-se, no entanto, que a Universidade não pode ser vista apenas como instância reflexa da sociedade e do mundo do trabalho. Ela deve ser um espaço de cultura e de imaginação criativa, capaz de intervir na sociedade, transformando-a em termos éticos.

Nesse sentido, o curso é criado na perspectiva de constituir espaço que promova posicionamento crítico, questionamento e reflexão do futuro professor em relação a inclusão de estudantes surdos, sendo uma situação complexa no cenário educacional brasileiro. Considera-se neste curso o bilinguismo vivenciado pela comunidade surda brasileira, que exige a oferta de uma educação linguística diferenciada, assegurando o desenvolvimento de conteúdos curriculares escolares tendo a Libras como língua de instrução, acompanhando o aprendizado da língua portuguesa como segunda língua na modalidade escrita. Desse modo, busca-se uma formação ampla do licenciado em Letras-Libras, que contemple conteúdos voltados

para área de Letras e Linguística da Língua de Sinais, mas não somente esses, como também os que envolvem políticas linguísticas e de inclusão escolar, cultura e identidade surdas, representações sociais da surdez e metodologias de ensino de Libras como primeira e segunda línguas, dando espaço para a relação direta com a área da educação durante o curso.

Este PPC se orienta, assim, para a formação dos licenciados em Letras-Libras, além de se apresentar como a materialidade de uma política articulada entre o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, o Projeto Pedagógico Institucional – PPI e do PPC do próprio curso, tendo em vista o que se expressa na legislação vigente, que A área de Letras, abrigada nas ciências humanas, põe em relevo a relação dialética entre o pragmatismo da sociedade moderna e o cultivo dos valores humanistas.(Brasil, 2001, p. 29).

Portanto, o curso de licenciatura em Letras Libras no Iced/Ufopa, considerando um contexto formativo amplo e flexível, integrando a consciência da diversidade / heterogeneidade do conhecimento do aluno, compreende a educação bilíngue de surdos como essencial e visa à superação da fragmentação, e aplicando o conceito de currículo como construção cultural que propicie a aquisição do saber de forma articulada, com natureza teórico-prática, essencialmente orgânica, constituído tanto pelo conjunto de conhecimentos, competências e habilidades, como pelos objetivos almejados na formação desses profissionais.

5. JUSTIFICATIVA E PERFIL DO CURSO

As Línguas de Sinais têm seus estudos acadêmicos reconhecidos, a partir da década de 1960, passando a ter seu status de língua natural quando pesquisadores lograram estudos descritivos dessas línguas ao redor do mundo. Essas investigações comprovaram as possibilidades universais linguísticas de uma língua natural numa modalidade diferenciada, a modalidade visuoespacial (Quadros; Karnopp, 2004). Sendo assim, as Línguas de Sinais expressam ideias, padrões sociais, valores e culturas apresentando uma multiplicidade de fatores que as caracterizam como elementos identitários e culturais das pessoas Surdas (Quadros, 2009).

No Brasil, a Língua Brasileira de Sinais (Libras), instituída pela Lei nº 10.432 de 24 de abril de 2002, como expressão da cultura surda brasileira, possibilita não só as trocas de informações, mas também permite a veiculação de discursos, a expressão

da subjetividade dos seus usuários assim como a influência na constituição de suas identidades (Skliar, 1997).

Nas últimas décadas vários documentos são construídos como instrumentos orientadores, normativos e regulamentadores de acesso a direitos, como exemplos é possível citar a Declaração Mundial de Direitos Humanos (UNESCO, 1948), a Declaração de Salamanca (1994), a Convenção de Guatemala (1999), a Convenção da ONU sobre o Direito das Pessoas com Deficiência (2006) e as Legislações Nacionais, como a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015).

Estes documentos apontam para a necessidade de ações que busquem superar as barreiras comunicacionais, entre outras que são concretizadas como forma de discriminação, falta de acessibilidade e exclusão. O Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005), que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, indica ações de difusão da Libras e formação de profissionais, entre outras determinações, que produziram avanços neste campo. O amparo dessas legislações auxilia no processo de inclusão e acessibilidade para sujeitos surdos, principalmente por meio das Línguas de Sinais.

Entre tais, apresenta a necessidade de formação de profissionais para o ensino, interpretação e tradução da Libras - Língua Portuguesa. Nesse sentido, a implantação do curso de Licenciatura em Letras - Libras na Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) possibilitará o aumento da presença de surdos na universidade e no ensino da Libras para educação básica. Contribui com a melhoria da formação de profissionais para o atendimento das especificidades linguísticas e culturais dos alunos surdos na educação, cumprindo o que determina o Decreto nº 5.626/2005, no Capítulo III, que trata da formação do professor de Libras:

Art. 4º A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua.

Parágrafo único. As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no caput (Brasil, 2005, Art. 4º).

Buscando atender essa determinação, propõe-se o Curso de Licenciatura em Letras – Libras por meio do Instituto de Ciências da Educação, tendo em vista que a região Oeste do Pará não registra cursos de graduação em IFES na área de formação de professores para o ensino da Libras na educação básica. Em levantamento

realizado pela Capes em 2022, destaca-se a indicação recorrente dos municípios pelo curso de Licenciatura em Letras - Libras, nomeadamente: Almeirim, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Óbidos, Santarém, Terra Santa, Aveiro e Novo Progresso (documento em anexo). Destaca-se ainda o município de Alenquer por já possuir organizado em forma de legislação a disciplina de Libras como parte do currículo da Educação Básica, aumentando a necessidade de oferta dessa formação na região (documento em anexo). Registra-se que no contexto das Universidades Federais da região Norte, a Ufopa é a única instituição que não oferta o curso de Letras - Libras, potencializando as necessidades de formação regional nesta área.

Junta-se a isso, as manifestações dos movimentos sociais organizados que envolvem pessoas com deficiência de Santarém e Região, ao indicarem interesse pela criação e oferta do curso, formalizados por meio de ofícios encaminhados para a Ufopa e grupos de pesquisa que se vinculam à área da educação de Surdos e Educação Especial (documentos em anexo). Nomeadamente: Associação de Surdos de Santarém; Associação de Intérpretes de Língua de Sinais de Santarém, Associação das Pessoas com Deficiências de Óbidos.

Órgãos municipais também indicam, a partir de ofícios destinados a Ufopa, a necessidade dessa formação (documentos em anexo), entre eles: as Secretarias Municipais de Educação de Santarém, Alenquer e Itaituba; Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e o Núcleo de Direitos da Pessoa com Deficiência - SEMTRAS.

Cabe ressaltar que a proposta de criação do curso fomenta a ampliação de pesquisas e ações de extensão na área dando visibilidade a Ufopa na região e no processo de internacionalização da universidade. Além dos argumentos legais que regem e impulsionam a criação dos cursos em Letras - Libras no país, considera-se relevante destacar o atual cenário de abertura política e o retorno da valorização das instituições federais no que tange a transformação social. Ainda destaca-se a construção da política de educação especial do Município de Santarém, em 2023, que inclui a educação bilíngue de surdos como modalidade de ensino independente, conforme determinado pela Lei nº 14.191, de 2021, que a insere na LDB.

Do ponto de vista interno da instituição, considera-se importante o curso para o fortalecimento da Ufopa em relação às temáticas voltadas para educação de surdos, educação bilíngue e acessibilidade. Assim como no endosso da criação e manutenção do centro de línguas, ora em construção no âmbito do Iced/Ufopa.

Nesse sentido, realiza plenamente a concepção de Educação Superior que fundamenta o Projeto Pedagógico Institucional – PPI da Ufopa. Nesse sentido, a Ufopa, desde sua criação, aderiu ao Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor e ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, entre outros programas de expressão de formação inicial e continuada de professores(as), assim como investiu no fortalecimento dos programas de Iniciação à Docência – Pibid, Iniciação Científica – Pibic e iniciação à extensão – Pibex, percebidos como pilares de implantação de um currículo atenta às necessidades regionais. Para tanto, se estrutura em torno de grupos de pesquisa que, a um só tempo, aprofundem a investigação em educação e a formação acadêmica com base na tríade ensino-pesquisa-extensão.

Especificamente sobre a temática que perpassa o curso de Licenciatura em Letras-Libras, destaca-se o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação de Surdos (Gepes) e o Grupo de Pesquisa sobre Educação Especial e Processos Inclusivos (GPEEPI), que atuam desde suas criações em 2012 com a pesquisa e extensão, participando na formação professores da educação básica e de futuros licenciados nas temáticas que envolvem a educação de surdos e a Libras.

Na elaboração do Projeto Pedagógico de Curso que aqui se apresenta, consideram-se os seguintes documentos normativos:

- ✓ *As Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Letras* (Resolução CNE/CES nº 18, de 13 de março de 2002), especialmente no que concerne a definição das funções abrangência de atuação do profissional formado por este curso.
- ✓ *O parecer CNE/CES nº 492/2001 e sua retificação pelo parecer CNE/CES nº 1.363/2001 sobre qualificação dos formados em Letras.*
- ✓ A inclusão do curso de Letras Libras – Licenciatura, entre os necessários para a formação de profissionais visando a educação bilíngue para surdos, conforme decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002 e a Lei nº 10.098/2000, especialmente o capítulo II.
- ✓ *As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica* (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura (Resolução nº 04, de 29 de maio

de 2024).

- ✓ *As Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira* (resolução MEC/CNE/CSE nº 7, de 18 de dezembro de 2018)
- ✓ A Resolução do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – Consepe nº 401, de 07 de março de 2023, que regulamenta o registro e a inclusão da extensão universitária nos currículos dos cursos de graduação da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa).
- ✓ *As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental* (resolução nº 2, de 15 de junho de 2012).
- ✓ *As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* (resolução nº 1, de 17 de junho de 2004).
- ✓ O *Projeto Pedagógico Institucional – PPI* da Ufopa.
- ✓ O Regimento de Graduação da Ufopa (Resolução Consepe/Ufopa nº 331, de 28 setembro 2020)
- ✓ O *Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)* – 2024 - 2031.

5.1. Número de vagas

30 vagas anuais – considerando todas as formas de ingresso

Períodos: noturno (8 semestres)

O quantitativo de vagas leva em consideração dois aspectos: a) a especificidade da Libras enquanto língua visual, vislumbrando organização do espaço que permitam a observação simultânea de todos os presentes nos espaços de ensino (salas de aula, laboratórios e outros), exigindo atenção à expressão facial, à construção espacial e à participação ativa dos alunos (Quadros; Schmiedt, 2006), o que não se viabiliza com grupos grandes, sendo necessário turmas reduzidas para esse aprendizado com de forma eficaz; b) em levantamento realizado em outras IES que ofertam o curso, essa concepção é perceptível ao se observar a predominância na oferta de 30 vagas (Ufal, Ufam, UFGD, UFMG, UFPE, UFPR, UFPR, UFRJ, UFRR e Unir), tendo algumas até mesmo com número menor, como a UFPEL com 19 vagas e a UFSC com 20 vagas.

6. OBJETIVOS DO CURSO

6.1. Objetivo geral

O curso de Licenciatura em Letras Libras objetiva formar profissionais interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma crítica, com as linguagens, especialmente a verbal, nos contextos oral, escrito ou sinalizado, e conscientes de sua inserção na sociedade e das relações com o outro, integrados à sociedade através da formação de profissionais competentes, críticos e criativos.

6.2. Objetivos específicos

Com vistas a uma formação de professores de Libras que possuam o domínio da língua estudada, bem como de fatos relativos à sua cultura, de modo a exercer de maneira plena as atividades de professor e pesquisador crítico e atividades de profissionais das letras inseridos nos atuais contextos promovidos pelo advento da globalização, o Curso de Licenciatura em Letras Libras objetiva oportunizar a formação de profissionais com perfil caracterizado pelas capacidades de:

- ❖ uso da língua enquanto primeira ou segunda língua, nas modalidades oral, sinalizada e escrita, em termos de recepção e produção de textos de diferentes gêneros;
- ❖ reflexão analítica e crítica sobre a linguagem como fenômeno educacional, psicológico, social, ético, histórico, cultural, político e ideológico;
- ❖ desenvolvimento de uma visão crítica sobre perspectivas teóricas adotadas nas investigações linguísticas e literárias que fundamentam sua formação profissional;
- ❖ desenvolvimento de uma postura acadêmico-científica frente às questões relacionadas à aquisição e desenvolvimento de uma língua estrangeira;
- ❖ exercício profissional, didático e pedagógico, com utilização de tecnologias contemporâneas, seguindo os desafios do mercado de trabalho;
- ❖ percepção da relação entre conhecimentos linguísticos e literários e o entendimento de contextos interculturais, principalmente nas situações que

envolvem o ensino/aprendizado de línguas e literaturas estrangeiras, considerando o contexto amazônico;

- ❖ domínio dos conteúdos pedagógicos – teóricos e práticos – que permitam a construção dos conhecimentos relativos aos diferentes níveis de ensino;
- ❖ atuação consciente e autônoma na busca de uma formação continuada e abrangente do profissional de Letras, em todos os seus seguimentos.

Assim, têm-se como objetivos específicos:

- ❖ Formar docentes de Língua Brasileira de Sinais, para atuar nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio e Técnico-Profissionalizante.
- ❖ Aprofundar conhecimentos sobre o desenvolvimento histórico e cultural da comunidade surda brasileira e da educação de surdos no Brasil.
- ❖ Compreender e intervir na situação de bilinguismo das comunidades surdas brasileiras, considerando a Língua Brasileira de sinais como primeira língua e a Língua Portuguesa, na modalidade escrita, como segunda língua.
- ❖ Investigar, analisar e intervir em produções linguísticas e culturais relacionados à Língua Brasileira de Sinais.
- ❖ Desenvolver propostas metodológicas para o ensino da Língua Brasileira de Sinais como primeira e segunda língua, explorando as atuais tecnologias de comunicação.
- ❖ Produzir e divulgar conhecimentos nas áreas da linguística e literatura, promovendo a difusão da Libras como língua de cultura e capacitação do futuro professor-pesquisador competente, crítico e participativo.
- ❖ Formar profissionais bilíngues que contribuam para o processo de educação inclusiva no sistema educacional brasileiro, com igualdade e equidade de direitos à comunidade surda.

7. PRINCIPAIS FORMAS DE INGRESSO NO CURSO

O artigo 188 do Regimento de Graduação da Ufopa, instituído pela Resolução Consepe/Ufopa nº 331, de 28 de setembro de 2020, estabelece que o ingresso nos cursos de graduação da instituição faz-se mediante formas regulares e especiais de ingresso. O artigo 189 do mesmo Regimento considera as seguintes formas regulares:

I - Processo Seletivo Regular (PSR); II - Processo Seletivo Especial (PSE); III -

Progressão Acadêmica; IV - Mobilidade Acadêmica Interna (Mobin); V - Mobilidade Acadêmica Externa (Mobex); VI - Transferência ex officio; VII - programas governamentais específicos; VIII - outras formas de ingresso, desde que aprovadas pelo Consepe. As formas especiais de ingresso são aquelas que não estabelecem vínculos com cursos de graduação, permitindo unicamente a matrícula em componentes curriculares isolados de graduação.

Nas formas de ingresso regulares a Ufopa as realiza periodicamente por meio de editais específicos. A exemplo, no ano de 2023, o Processo Seletivo Regular da Ufopa utilizou como instrumento de classificação o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem e atende ao que determina a Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012 (Lei de cotas), que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

Ademais, realiza o Processo Seletivo Especial, destinado à seleção diferenciada de candidatos indígenas e quilombolas para o provimento de vagas nos cursos de graduação oferecidos pela Ufopa, nos termos da Lei nº 12.711/2012, do Estatuto e Regimento Geral da Ufopa e mediante as condições estabelecidas em resolução específica. Com isso, reafirma-se o compromisso da instituição com as populações tradicionais e povos da Amazônia. Esse processo ocorre em duas versões, regidas por editais próprios: uma destinada a candidatos indígenas (Processo Seletivo Especial Indígena – PSEI) e outra para candidatos quilombolas (Processo Seletivo Especial Quilombola – PSEQ).

Aos acadêmicos interessados em transferir-se para outro curso, a Ufopa realiza a Mobilidade Acadêmica Interna (Mobin), com período determinado em calendário acadêmico; adota como critério de classificação, o Índice de Rendimento Acadêmico (IRA), equivalente ao primeiro ano letivo (1º e 2º semestres).

No caso do não preenchimento das vagas nas subunidades acadêmicas, podem se ofertar vagas na Mobilidade Acadêmica Externa (Mobex), destinada a: portadores de diploma de curso de graduação de instituição de ensino superior autorizado e reconhecido pelo MEC ou do exterior, devidamente revalidado por instituição de ensino superior autorizada no Brasil; pessoas vinculadas a curso de graduação de outra instituição de ensino superior autorizada e reconhecida pelo MEC, desde que tenham integralizado no mínimo um ano letivo; e discentes de curso de graduação no exterior, devidamente regularizado no país de origem, desde que tenham integralizado no mínimo um ano letivo.

O ingresso por transferência *ex officio* é regido por legislação específica para este fim e, a Mobilidade Acadêmica interinstitucional e Programas Governamentais Específicos são normatizados por editais e convênios próprios.

Ainda, a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Proen), em parceria com o corpo docente do curso, busca estratégias para realização de processos seletivos que busquem atender no âmbito do Curso de Licenciatura em Letras – Libras da Ufopa em 2026 e anos posteriores, o determinado pelo Decreto nº 5.626/2005, art. 4º, Parágrafo Único, que diz “As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no caput”, considerando a situação de minoria linguística e o processo histórico de exclusão de estudantes surdos no processo de escolarização ou precariedade no ensino para que os mesmos tenham acesso em condições de equidade por meio do Enem. Assim, pretende-se atender, por meio desse processo, a reserva de 50% das vagas do curso de Licenciatura em Letras – Libras.

A forma de ingresso será alterada nos casos de mudanças nas resoluções que venham a substituir as atuais, principalmente o Regimento de Graduação.

8. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O profissional formado pelo curso de Licenciatura em Letras Libras do Iced/Ufopa, em conformidade com a legislação, estará apto para atuar como docente nos anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Técnico-Profissionalizante.

Espera-se que, com a vivência formativa e envolvimento nas múltiplas dimensões do percurso formativo, o licenciado em Letras Libras se realiza como profissional que:

- ❖ Domina o uso da Língua Brasileira de Sinais, nas suas manifestações, em termos de recepção e produção de textos;
- ❖ Reflete analítica e criticamente sobre a linguagem como fenômeno psicológico, educacional, social, histórico, cultural, político e ideológico;
- ❖ Olha criticamente as perspectivas teóricas adotadas nas investigações linguísticas e literárias, que fundamentam sua formação profissional;
- ❖ Preparado profissionalmente de forma atualizada, de acordo com a dinâmica do mercado de trabalho;
- ❖ Percebe os diferentes contextos interculturais, especialmente os da Amazônia;

- ❖ Utiliza os recursos tecnológicos para o ensino – aprendizagem;
- ❖ Domina os conteúdos básicos que são objeto dos processos de ensino e aprendizagem no ensino fundamental, médio, técnico-profissionalizante e superior;
- ❖ Domina os métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transposição dos conhecimentos para os diferentes níveis de ensino.

Tal perfil está de acordo com o determinam as Diretrizes Curriculares para a Letras (Resolução CNE/CES nº 18, de 13 de março de 2002) e os elementos pertinentes ao curso presentes tanto na Resolução nº 04, de 29 de maio de 2024 (Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura).

8.1. Competências e habilidades

Com base na legislação e na produção científica desenvolvida nas áreas da que envolvem as Línguas de Sinais, o curso busca desenvolver as seguintes competências e habilidades:

- ❖ Produção e compreensão da Libras como primeira e/ou segunda língua nos diferentes gêneros textuais, formais e informais.
- ❖ Descrição, análise e explicação da estrutura e funcionamento da Libras em seus aspectos fonológicos, morfossintáticos, semânticos e discursivo-pragmáticos, na perspectiva diacrônica e sincrônica.
- ❖ Capacidade de compreender os fenômenos sociolinguísticos que envolvem a língua de sinais e a língua portuguesa como línguas de fronteira em comunidades bilíngues.
- ❖ Domínio de repertório de termos especializados através dos quais se pode discutir e transmitir a fundamentação do conhecimento da língua e da literatura em Libras.
- ❖ Atitude investigativa que favoreça o processo contínuo de construção do conhecimento na área com ampla utilização de recursos tecnológicos na

produção e registro da Libras.

- ❖ Domínio técnico-científico para desenvolvimento de estratégias e produção de materiais para transposição didática do conhecimento da área em que atua.
- ❖ Capacidade de articulação do trabalho pedagógico de sua área de atuação com as demais áreas, para enfrentamento de situações de natureza multifacetada, sobretudo envolvendo a inclusão escolar de estudantes surdos.

Desse modo, o licenciado em Letras-Libras deve ser capaz de:

- ❖ Relacionar-se com outras pessoas através da Libras em situações que envolvam variações linguísticas contextuais e discursivas;
- ❖ Transmitir e oportunizar a construção coletiva de conhecimentos sobre a língua de sinais;
- ❖ Refletir teoricamente sobre os discursos e utilizar tais reflexões em benefício de sua prática profissional;
- ❖ Compreender, avaliar e produzir textos de tipos variados em sua estrutura, organização e significação, ou seja, transitar por formações discursivas variadas;
- ❖ Produzir, ler interpretar textos de diferentes gêneros e registros linguísticos em Libras e explicitar os processos ou argumentos utilizados para justificar sua interpretação;
- ❖ Ler e discutir as relações dos textos literários com outros tipos de discurso e com os contextos em que se inserem – especialmente em língua de sinais;
- ❖ Pesquisar e articular informações linguísticas, literárias e culturais aos usos da Libras;

9. METODOLOGIA DO CURSO

O ensino do curso, em função da diversificação de concepções teórico-metodológicas, fundamenta-se nas relações teoria e prática, ensino e pesquisa, formação e atuação profissional – eixos constituintes da unidade formativa. Portanto, o percurso formativo se realiza por ações no âmbito dos componentes curriculares de caráter teórico, teórico-práticos, dos estágios e práticas de ensino, das atividades de pesquisa e de extensão, em constante relação com as áreas e espaços de atuação

do licenciado em Letras Libras. Isso pressupõe estudo metuculoso, investigação, observação e prática crítico-reflexiva.

O ensino e a aprendizagem têm como prioridade a articulação entre saberes, fazeres, sujeitos, vivências e instituições, em uma perspectiva dialógica, considerando sempre o contexto amazônico, com suas linguagens, culturas e diversidades, com o objetivo da inclusão dos sujeitos que a compõem. As variadas abordagens de ensino e de aprendizagem articulam conhecimento e método, de modo que os envolvidos compreendam as bases epistemológicas dos conceitos da área e a forma de mediação utilizada como plano de fundo para os questionamentos de sua prática profissional, seja na docência seja nos demais campos de atuação do pedagogo.

O curso, em seu percurso formativo, propicia o desenvolvimento das habilidades e competências propostas por meio de:

- ❖ Integração dos conteúdos básicos com os profissionalizantes, de modo a se constituírem os primeiros em fundamentos efetivamente voltados às especificidades da formação e à sua aplicabilidade;
- ❖ Interação entre teoria e prática, desde o início do curso de forma a conduzir o fluxo curricular num crescente que culmina com o estágio na fase final;
- ❖ Flexibilização e enriquecimento curricular por meio das atividades formativas e de outras formas;
- ❖ Incorporação das atividades de pesquisa e extensão como componentes curriculares;
- ❖ Utilização de novas tecnologias, possibilitando a introdução de conteúdos a distância previstos na legislação federal e nas normas da Ufopa.

A fim de que a aprendizagem se faça com propriedade, acolhem-se, de modo articulado, diversas estratégias de ensino: leituras, debates, exposições, trabalhos em pequenos grupos, registros, atividades de campo, elaboração de projetos, intervenções pedagógicas, memorial, portfólio, relatórios e outros. Os docentes são incentivados ao uso das TICs e de metodologias próprias do ambiente acadêmico (pesquisa como princípio educativo; temas geradores; seminários; debates; aula expositiva dialogada). O curso incentiva a participação dos docentes no Programa de Monitoria Acadêmica, assim como a integração entre os discentes, com espírito de colaboração inerente ao contexto acadêmico.

Nesse sentido, o curso de Letras – Libras prevê o uso de parte de sua carga horária com estratégias na modalidade EaD, alinhando-se ao Decreto nº 12.456/2025, que estabelece que cursos de licenciatura podem ofertar até 30% de EaD, desde que integrados a atividades presenciais. Esta estratégia também está de acordo com Resolução CNE/CP nº 4/2024, que recomenda maior parte da carga horária presencial, garantindo a fusão entre formação teórica e vivência prática.

Com isso, a EaD no curso de Letras-Libras se apresenta como um articulador dinâmico de conteúdos, por meio de ambientes virtuais de aprendizagem, como o SIGAA, planejamento, gravação e produção de vídeos em Libras, com suporte escrito também em língua portuguesa escrita, e produção de materiais audiovisuais pelos estudantes. Tais recursos estimulam o protagonismo discente, promovendo a imersão visual-espacial característica da Libras, essencial a uma formação bilíngue e intercultural. Os docentes do curso que atuarem nos componentes curriculares serão os responsáveis pela organização, planejamento e orientação das atividades EaD.

O curso fará uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) disponibilizado pela Universidade, por meio da Sala Virtual do SIGAA, como espaço de mediação pedagógica, interação e acompanhamento das atividades na modalidade EaD. Nesse ambiente, os docentes atuam também como tutores, acompanhando a realização das atividades, oferecendo orientações individualizadas e garantindo o vínculo entre os conteúdos presenciais e os recursos digitais. Todo o material didático disponibilizado no AVA é produzido, selecionado e validado pelos docentes responsáveis, em consonância com os conteúdos, ementas e referências bibliográficas previstas nos componentes curriculares.

Para assegurar a inclusão digital, o curso prevê a disponibilização do laboratório de informática da Ufopa aos discentes que necessitem de acesso a computadores e internet, possibilitando a realização das atividades síncronas e assíncronas no ambiente virtual. Esse recurso garante equidade no acesso às ferramentas tecnológicas, promovendo condições adequadas de estudo e participação de todos os alunos.

O processo de avaliação e acompanhamento das atividades EaD será realizado de forma contínua, articulado com os objetivos pedagógicos de cada componente curricular. As estratégias incluem *feedback* qualitativo dos docentes, acompanhamento de participação em fóruns, webconferências e produções multimodais em Libras, além da análise de portfólios digitais e relatórios reflexivos.

Dessa forma, a avaliação assume caráter formativo e processual, priorizando o desenvolvimento das competências previstas no curso e assegurando coerência entre as práticas pedagógicas presenciais e virtuais.

Ainda, busca-se adotar metodologias ativas tais como aprendizagem baseada em problemas (PBL), práticas integradoras (intervenções em escolas), estudos de caso contextualizados na realidade amazônica, portfólios multimodais e desenvolvimento de recursos digitais em Libras. Estas metodologias favorecem o desenvolvimento de habilidades críticas, criativas, reflexivas e colaborativas, alinhadas à Resolução CNE/CP nº 4/2024, que enfatiza a articulação entre teoria, prática, estágio, pesquisa e extensão.

A integração entre presencial e EaD é reforçada por itinerários em cada componente curricular. Por exemplo, antes de uma aula expositiva presencial, os alunos acessam leituras teóricas e vídeos introdutórios em Libras; após, produzem conteúdos visuais explicativos ou organizam webinars de análise de práticas. Estágios e oficinas podem refletir essa transposição direta entre o aprendido de forma prática no uso da Libras e sua aplicação para contribuir para a difusão da Libras. Desse modo, busca-se também apresentar possibilidades de inovação e pretende-se consolidar como um curso inovador, tecnologicamente qualificado, capaz de formar licenciados em Libras que compreendem, aplicam e expandem práticas pedagógicas e linguísticas em contextos reais.

Ainda, o curso tem o apoio do Núcleo de Acessibilidade para atendimento das necessidades educativas especiais de alunos que precisem de acompanhamento de monitor em aulas específicas, de intérpretes de Libras e de material didático específico.

10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

10.1. Estrutura curricular e percurso formativo

A estrutura curricular do curso de Licenciatura em Letras Libras do Instituto de Ciências da Educação da Ufopa foi elaborada considerando o que determinam as DCNs dos cursos de Letras e as demais resoluções e instruções normativas (nacional e internas da Ufopa) que tratam da formação de profissionais para o exercício da docência, conforme enumeradas no respectivo item deste PPC, com dois grandes focos: Estudos Linguísticos e Literários e Formação Profissional.

Os Estudos Linguísticos e Literários, contemplam o desenvolvimento de competências e habilidades específicas, fundamentados na percepção da língua e da literatura como prática social e como forma mais elaborada das manifestações culturais, articulando a reflexão teórico-crítica com os domínios da prática, priorizando uma abordagem intercultural, que concebe a diferença como valor antropológico e como forma de desenvolver o espírito crítico frente à realidade.

A Formação Profissional em Letras compreende as atividades curriculares que compõem o processo de aquisição de competências e habilidades necessárias ao exercício da profissão, e incluem os estudos linguísticos e literários, práticas profissionalizantes, estudos complementares, estágios, seminários, congressos, projetos de pesquisa, de extensão e de docência, incluído os conteúdos definidos para a educação básica, as didáticas próprias da Libras como primeira e segunda língua e as pesquisas que as embasam.

Considerando as DCNs-Formação do professor da Educação Básica (2024), divide-se os componentes curriculares da seguinte forma:

I. Núcleo I - Estudos de Formação Geral - EFG, com foco no desenvolvimento intelectual do aluno, oferecendo-lhe fundamentos suficientes para a prática docente e para reflexões críticas sobre a educação. Isso implica considerar:

- ❖ Aprendizagem com reflexão teórico-crítica com os domínios da prática
- ❖ Abordagem intercultural, concebendo a diferença como valor antropológico e como forma de desenvolver o espírito crítico frente à realidade;
- ❖ O planejamento, implementação e avaliação de processos educativos e de experiências educacionais;
- ❖ A didática de teorias e metodologias pedagógicas, de processos de organização do trabalho docente;
- ❖ Os textos legais relativos à organização da educação nacional, especialmente aqueles que regem a educação básica e sua organização curricular e didática;
- ❖ O sistema educacional inclusivo e o papel da educação especial, nas dimensões ética, moral, social, conceituais, políticas, pedagógicas, culturais e linguísticas.

II. Núcleo II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional - ACCE, voltado à formação sólida do licenciado em Letras Libras, com seus respectivos elementos discriminados no quadro referente aos conteúdos curriculares, e envolvem o previsto, principalmente, nas DCNs do Curso (Resolução nº 18/2002-CNE/CES), incluindo:

dos. Isso implica considerar:

- ❖ Estudos de Linguística e Literatura e das áreas da ciência que as perpassam;
- ❖ Percepção da língua e da literatura como prática social e como forma mais elaborada das manifestações culturais;
- ❖ Componentes que possibilitam a construção do perfil do profissional da área de Letras-Libras;
- ❖ Conhecimentos de Libras;
- ❖ Desenvolvimento de competências e habilidades próprias do professor de Libras como primeira e segunda língua.
- ❖ Consideração da modalidade visual-espacial da Libras e a importância das mídias digitais e tecnológicas em seu processo de difusão e registro;
- ❖ Formação para uso das tecnologias de informação e comunicação;
- ❖ Atenção às questões éticas e estéticas, no contexto do exercício profissional, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa.

III. Núcleo III - Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE, que pressupõe o protagonismo dos estudantes tanto na aprendizagem como na atuação na sociedade, com atividades desenvolvidas ao longo do curso, realizadas na forma de práticas vinculadas aos componentes curriculares, que envolvem a execução de ações de extensão nas instituições de Educação Básica e outros espaços que possam envolver o processo de ensino-aprendizagem e da Libras, com orientação, acompanhamento e avaliação de um professor formador do Curso.

IV. Núcleo IV - Estágio Curricular Supervisionado – ECS, realizados na escola, garantindo que o licenciado em Letras Libras tenha vivência e experiência suficiente para atuar e seguir aprendendo pela docência.

A pesquisa e consequente produção do trabalho de conclusão de curso (TCC), preveem momentos de orientação, mas também estimulam a participação ativa dos discente nas atividades de pesquisa que se fazem no curso e na Ufopa, principalmente por meio da sua inserção nos grupos de pesquisa, estando previstas de incorporação em todos os núcleos e sendo caracterizadas também como atividades teórico-práticas.

Desse modo, o desenho curricular do curso de Licenciatura em Letras Libras do Iced/Ufopa, organiza-se em núcleos, no interior dos quais os componentes curriculares. Tais núcleos trazem as nomenclaturas já citadas, fazendo a relação com as DCNs dos cursos de Letras e as demais Diretrizes que também tem influência na organização curricular do curso (Resolução nº 4/2024-CNE/CP).

10.1.1. Semana Padrão de Atividades do Curso

Conforme a Instrução Normativa nº 6 / 2025 – Proen, de 21 de janeiro de 2025, Art. 10, inciso II, é determinado que se deve seguir o Guia de Elaboração de PPC e seus anexos. Nesse sentido, foi incluído no PPC do Curso de Licenciatura em Letras Libras do Iced/Ufopa anexo com a previsão da Semana Padrão, que consiste na demonstração gráfica da semana padrão de atividades do curso.

Ressalta-se que a Semana Padrão se apresenta como uma previsão, sendo que a vivência e experiência acadêmica tem demonstrado não ser possível o cumprimento por completo de dias específicos para determinados componentes, uma vez que a dinâmica da vida cotidiana precisa comportar imprevistos e mudanças no planejamento das demais atividades de ensino, pesquisa e extensão dos docentes do curso. Assim, a previsão é apresentada no referido anexo.

10.2. Conteúdos curriculares

A seguir, apresenta-se a estrutura curricular do curso de Licenciatura em Letras Libras do Iced/Ufopa.

Quadro 1 - Estrutura curricular por núcleo

Componente	CH	T	P
Núcleo I - Estudos de Formação Geral - EFG	900		
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO	60	60	0
POLÍTICA E LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	60	60	0
DIDÁTICA	60	40	20
PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM	60	60	0
EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	60	60	0
PLANEJAMENTO, CURRÍCULO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	60	60	0
GESTÃO DE SISTEMAS E UNIDADES ESCOLARES	60	60	0
INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DE LITERATURA	60	60	0
INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS	60	60	0
SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA DAS LÍNGUAS	60	60	0
MORFOSSINTAXE DAS LÍNGUAS	60	60	0
METODOLOGIA DO TRABALHO ACADÊMICO	60	30	30
FONÉTICA E FONOLOGIA DAS LÍNGUAS	60	60	0
FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	60	60	0
EDUCAÇÃO AMBIENTAL	60	30	30
Núcleo II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional - ACCE	1600		
FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS	60	60	0
AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM	60	60	0
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS I	60	30	30
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS II	60	30	30
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS III	60	30	30
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS IV	60	30	30
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS V	60	30	30
ENSINO DE LIBRAS COMO L1 – I	60	40	20
ENSINO DE LIBRAS COMO L2 – I	60	30	30
ENSINO DE LIBRAS COMO L1 – II	60	40	20
ENSINO DE LIBRAS COMO L2 – II	60	30	30
DIDÁTICA DE EDUCAÇÃO DE SURDOS	60	40	20
LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA SURDOS I	60	40	20
LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA SURDOS II	60	30	30
LITERATURA SURDA I	60	40	20
LITERATURA SURDA II	60	30	30
ESCRITA DE SINAIS	60	40	20
ESTUDOS DA TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUAS DE SINAIS	60	40	20
EDUCAÇÃO DE SURDOS E NOVAS TECNOLOGIAS	30	30	0
AQUISIÇÃO DA LÍNGUA DE SINAIS	60	60	0

LINGÜÍSTICA APLICADA AO ENSINO DE LÍNGUAS	60	60	0
CORPOREIDADE E LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO DE PESSOAS SURDAS	60	30	30
ESTUDOS SURDOS	30	30	0
LITERATURAS NEGRAS	30	30	0
LITERATURAS INDÍGENAS	30	30	0
OPTATIVA 1	60	60	0
OPTATIVA 2	60	60	0
OPTATIVA 3	60	60	0
TCC I	10		
TCC II	30		
Núcleo III - Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE	340		
ATIVIDADES DE EXTENSÃO	340		
Núcleo IV - Estágio Curricular Supervisionado – ECS	400		
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 1	70	30	33
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 2	110	40	59
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 3	110	40	59
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 4	110	40	59
Núcleo V - Atividades Complementares – AC	100		
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	100		

As disciplinas optativas, em conformidade com o que estabelece o regimento da Ufopa, são no contexto do curso de Licenciatura em Letras - Libras são três e estão descritas nesta proposta de PPC. Serão oferecidas quando o discente já avançou em sua formação e encontra a necessidade de aprofundar-se na área ou áreas com a que estabeleceu maior identidade (a partir do 7º semestre).

A oferta se faz sempre com mais de uma opção, com coincidência de horário na oferta e antecedida de levantamento de interesse dos discentes e de consulta aos professores que atuam com cada campo das disciplinas para definir quais oferecer. As ofertas se fazem para as turmas a partir do 7º semestre, sempre considerando o interesse do discente e a disponibilidade docente.

Apresenta-se as disciplinas optativas previstas, cabendo destacar que os docentes podem propor uma vez ao ano ementas de disciplinas optativas, conforme regulamentação da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, considerando o período para registro junto a Proen/DRA para inclusão na estrutura curricular e posterior oferta aos alunos, sendo as mesmas adicionadas como anexos ao presente PPC.

Quadro 2 - Componentes curriculares optativos

Componente Curricular	CH	T	P
LÍNGUAS DE SINAIS E MINORIAS SURDAS	60	60	0
POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS E EDUCACIONAIS PARA SURDOS NO BRASIL	60	60	0
LÍNGUAS DE SINAIS E EDUCAÇÃO DE MIGRANTES SURDOS	60	60	0

ESCRITA DE SINAIS II	60	30	30
ENSINO E APRENDIZAGEM DE LIBRAS POR MEIO DE NOVAS TECNOLOGIAS	60	30	30
NOÇÕES DE LÍNGUAS DE SINAIS INTERNACIONAIS	60	20	40
CONVERSAÇÃO EM LIBRAS	60	0	60
PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO	60	30	30
PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS EM LIBRAS	60	30	30
CONSTITUIÇÃO PSICOLÓGICA DO EU-OUTRO SURDO	60	60	0
LEXICOGRAFIA DA LIBRAS	60	30	30
INGLÊS INSTRUMENTAL EM LIBRAS	60	30	30
SURDOCEGUEIRA E ESCOLARIZAÇÃO	60	60	0
REPRESENTAÇÃO E AUTOREPRESENTAÇÃO DA SURDEZ	60	60	0
LIBRAS ACADÊMICA	60	20	40
ESTUDOS TEMÁTICOS EM LINGÜÍSTICA DE LÍNGUAS DE SINAIS	60	60	0
ESTUDOS TEMÁTICOS EM ESTUDOS SURDOS	60	60	0
ESTUDOS TEMÁTICOS EM EDUCAÇÃO DE SURDOS	60	60	0
ESTUDOS TEMÁTICOS EM LITERATURA DE LÍNGUAS DE SINAIS	60	60	0

Considera-se as disciplinas propostas pelo corpo docente. No entanto, o discente é livre para cursar outras disciplinas no âmbito da Ufopa, em outros cursos e/ou institutos, a fim de diversificar sua formação e oportunizar a ampliação dos conhecimentos e aprofundamento das temáticas de interesse do discentes e relacionadas ao campo de formação da Licenciatura em Letras - Libras. Essas disciplinas são consideradas eletivas, e podem ser objeto de aproveitamento de estudos para as disciplinas optativas, sendo necessária avaliação do NDE a respeito da relação dela com a formação da Licenciatura em Letras – Libras. Nesse sentido, as disciplinas eletivas cursadas podem ser aproveitadas como optativas no limite de 120h do total de 180h optativas previstas neste PPC. Assim, o discente pode mesclar sua formação de optativas entre as ofertadas pelo curso e as ofertadas nos demais cursos da Ufopa, respeitando os limites aqui determinados para eletivas.

As disciplinas apresentadas na estrutura curricular permitem ao profissional em formação o desenvolvimento das habilidades desejadas. Componentes que tratam dos fundamentos para linguística e literatura promovem conhecimentos basilares para atuação do formado em Letras Libras (INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DE LITERATURA; INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS; SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA DAS LÍNGUAS; MORFOSSINTAXE DAS LÍNGUAS; METODOLOGIA DO TRABALHO ACADÊMICO E CIENTÍFICA; FONÉTICA E FONOLOGIA DAS LÍNGUAS; ESTUDOS SURDOS).

Os que tratam dos conteúdos específicos, necessários de domínios pelo profissional formado, permitem ao futuro licenciado aplicar modos de ensinar a Libras, de forma interdisciplinar e adequada aos diferentes níveis de atuação, particularmente nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio (AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM; LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS I; LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS II; LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS III; LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS IV; LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS V; ENSINO DE LIBRAS COMO L1 – I; ENSINO DE LIBRAS COMO L2 – I; ENSINO DE LIBRAS COMO L1 – II; ENSINO DE LIBRAS COMO L2 – II; DIDÁTICA DE EDUCAÇÃO DE SURDOS; LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA SURDOS I; LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA SURDOS II; LITERATURA SURDA I; LITERATURA SURDA II; ESCRITA DE SINAIS I; ESCRITA DE SINAIS II; ESTUDOS DA TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA LIBRAS; AQUISIÇÃO DA LÍNGUA DE SINAIS; LINGUÍSTICA APLICADA AO ENSINO DE LÍNGUAS; CORPOREIDADE E LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO DE PESSOAS SURDAS).

O uso e estudo das tecnologias educacionais permitem relacionar as linguagens dos meios de comunicação aplicadas à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas (EDUCAÇÃO DE SURDOS E NOVAS TECNOLOGIAS).

Elementos como Educação Especial, Educação para as relações Etnico-Raciais e demais eletivas que tratam de populações minoritárias permite identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras. Além disso, contribuem para que o profissional formado possa demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades educacionais especiais, escolhas sexuais, entre outras (EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS; FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL; FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS; EDUCAÇÃO AMBIENTAL).

Componentes que abordam os fundamentos sociológicos, filosóficos e históricos da educação, propiciam que os licenciados em Letras Libras atuem com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime,

igualitária; além de desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área linguística e da educação às demais áreas do conhecimento (FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO). A esse respeito, também podem promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade.

Os conhecimentos proporcionados pelos componentes que tratam dos aspectos psicológicos do desenvolvimento e da aprendizagem, nas diversas etapas da vida, permite que o profissional reconheça e respeite as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais e afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas (PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM).

Ao compreenderem sobre a estrutura dos sistemas de ensino e da educação, assim como dos aspectos relacionados a gestão desses sistemas e a gestão e avaliação educacional, serão capazes de participar da gestão das instituições em que atuem enquanto estudantes e profissionais, contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico. Ainda, participar da gestão das instituições em que atuem planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares (POLÍTICA E LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA; GESTÃO DE SISTEMAS E UNIDADES ESCOLARES)

Os aspectos teórico-práticos, didáticos e de ensino permitem utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos. De forma elementar, os estudos das políticas, legislações e orientações normativas presentes nos componentes curriculares levarão o profissional formado a estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes (DIDÁTICA; PLANEJAMENTO, CURRÍCULO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM).

Por fim, o conjunto dos componentes curriculares promovem o contato com conhecimentos atuais, e induzem o discente a constante busca por inovação e melhoria da sua atuação como profissional da educação. Os conteúdos propostos e presentes na formação de um profissional licenciado em Letras Libras no Iced/Ufopa pretende prepará-los para atuação profissional com os elementos já descritos, como também para realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros:

sobre seus alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental/ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre a organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas.

Quadro 4 - Composição da carga horária

COMPONENTES	CARGA HORÁRIA
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	2280
DISCIPLINAS OPTATIVAS	180
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	400
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	40
ATIVIDADES DE EXTENSÃO	340
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	100
Carga horária total	3340

10.3. Formação Básica Indígena / Formação Acadêmica Indígena

Aos discentes oriundos do Processo Seletivo Especial Indígena, como ação afirmativa da Ufopa aprovada por meio da Resolução Consepe/Ufopa nº 194, de 24 de abril de 2017, é acrescido um período específico, denominado de Formação Básica Indígena. Com a criação do Instituto de Formação Interdisciplinar e Intercultural (IFII), por meio da Resolução do Conselho Universitário – Consun/Ufopa nº 298/2022, o que antes estava vinculado ao Iced foi incorporado ao instituto criado, sendo parte do programa Intercultural do IFII.

A Formação Básica Indígena (FBI) corresponde ao processo de formação básica inicial, em ensino superior, destinada aos alunos indígenas provenientes do Processo Seletivo Especial Indígena. Com duração de dois semestres, contempla conteúdos de ciências exatas, ciências humanas, tecnologias e Língua Portuguesa, desenvolvidos por ações de ensino e extensão.

Tem o objetivo de mensurar a proficiência em Ciências Exatas, Humanas, Tecnologias e Língua Portuguesa dos estudantes recém-ingressados na Ufopa, por meio de Processo Seletivo Especial Indígena, visando proporcionar a excelência acadêmica destes, com expectativas na diminuição da retenção e evasão universitária.

O projeto caracteriza-se como meio de promoção a integração e melhores condições para a permanência dos(as) alunos(as) indígenas que ingressaram na Ufopa; desenvolvimento de metodologias de ensino, extensão e produção de conhecimento que valorizem e reconheçam as cosmologias e modo de vida dos povos indígenas; fortalecimento dos processos identitários e organizativos dos povos indígenas; promoção do intercâmbio perene entre a Ufopa e as comunidades indígenas; e a oferta de atividades de formação sobre os princípios da interculturalidade e a realidade dos povos indígenas.

De acordo com a Resolução Consepe/Ufopa nº 194, de 24 de abril de 2017, os estudantes indígenas ingressantes pelo Processo Seletivo Especial a partir de 2017 devem cursar tal formação. Isso implica alteração do percurso acadêmico desses estudantes, que, antes de cursarem os componentes curriculares em seu curso específico, ingressam nessa formação. Assim, o estudante é aprovado no curso específico, passa dois semestres nessa formação e no ano seguinte passa a

acompanhar a turma ingressante do respectivo ano. Assim, o estudante indígena terá o prazo de integralização ampliado em um ano.

Em termos exatos, no caso dos discentes ingressantes pelo Processo Seletivo Especial Indígena, o percurso acadêmico fica acrescido em tempo e em componentes curriculares, conforme o que determina a Resolução Consepe nº 194, de 24 de abril de 2017. Tais componentes são os seguintes:

Quadro 4 - Componentes curriculares da Formação Básica Indígena (FBI)

Componente Curricular	CH	T	P
1º Semestre			
FBI0001 - INTRODUÇÃO À METODOLOGIA CIENTÍFICA - 60h	60	60	0
FBI0002 - TECNOLOGIAS - 30h	30	30	0
FBI0003 - LÍNGUA PORTUGUESA I - 60h	60	60	0
FBI0004 - FUNDAMENTOS DE MATEMÁTICA I - 60h	60	60	0
CH total do semestre	210	210	0
2º Semestre			
FBI0005 - LÍNGUA PORTUGUESA II - 60h	60	60	0
FBI0006 - FUNDAMENTOS DE MATEMÁTICA II - 60h	60	60	0
FBI0007 - POVOS INDÍGENAS NO BRASIL - 40h	40	40	0
FBI0008 - CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA - 30h	30	30	0
FBI0009 - DIREITOS HUMANOS E DIREITOS INDÍGENAS - 40h	40	40	0
FBI0010 - PENSAMENTO CIENTÍFICO INTERCULTURAL - 30h	30	30	0
FBI0011 - ELABORAÇÃO DE PROJETO - 30h	30	30	0
FBI0012 - ATIVIDADES COMPLEMENTARES: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - 120h	60	0	60
CH total do semestre	350	290	60
CH total do semestre	560		

Os componentes descritos podem ser alterados conforme atualização das resoluções que tratam do percurso acadêmico de discentes oriundos do Processo Seletivo Especial Indígena.

Cabe ressaltar que a nomenclatura Formação Básica Indígena está em processo de reformulação, com proposta para se tornar Formação Acadêmica Indígena, conforme consta nos documentos Institucionais, como o PDI 2024-2031, que cita o apoio acadêmico aos estudantes indígenas e quilombolas ocorrendo por meio “de duas iniciativas específicas: Formação Acadêmica Indígena e Programa de Monitoria Ceanama, valorizando a interculturalidade e a interdisciplinaridade, visando à formação, socialização de experiências e integração entre o conhecimento científico e os saberes dos povos tradicionais da região amazônica” (p. 43).

Outra referência a esta nomenclatura também está presente no Guia de Elaboração de PPC da Proen, p. 57, onde aponta os acompanhamentos pedagógicos

dos alunos indígenas e quilombolas para buscar garantir o sucesso acadêmico dos discentes, entre eles: Formação Acadêmica Indígena (Fain) e Programa de Monitoria Ceanama”. Nesse sentido, o curso de Licenciatura em Letras – Libras busca respeitar e atender as reivindicações legítimas de atualização das nomenclaturas, especialmente porque “atribuir um nome a um objeto ou evento significa reconhecer, distinguir e dar importância. Quem nomeia adquire poder sobre o que era antes inarrável. O nome é signo e significado, enviesado em origem e uso” (Araújo *et al*, 2019, p. 1). Logo, o movimento de sair do “básico” para o “acadêmico” marca o trânsito e a representação de algo que antes talvez fosse percebido como sem dificuldade ou até mesmo carente de profundidade, para algo com valor científico e respeito a intersecção entre os saberes dos povos que compõem a comunidade da Ufopa e os saberes já arraigados nesse espaço, possibilitando a composição de novos saberes interdisciplinares e interculturais.

10.4. Percorso formativo

Organizar os módulos e as atividades em blocos permite pensar uma progressão que oferece coerência e consistência à formação, valorização do trabalho coletivo e articulação dos docentes para atividades integradas. Não se trata, contudo, de rigidez, mas sempre é possível ajustes nas ofertas em função da dinâmica do curso, de demandas específicas e, eventualmente, da própria disponibilidade de docente.

Quadro 5 - Distribuição curricular por semestre – noturno

COMPONENTE	TOPOLOGIA	CARGA HORÁRIA				
		TOTAL	TEÓRICA	PRÁTICA	EAD	Presencial
1º SEMESTRE						
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO	DISCIPLINA	60	60	0	15	45
METODOLOGIA DO TRABALHO ACADÊMICO	DISCIPLINA	60	30	30	15	45
INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS	DISCIPLINA	60	60	0	15	45
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS I	DISCIPLINA	60	30	30	15	45
ESTUDOS SURDOS	DISCIPLINA	30	30	0	8	22
EDUCAÇÃO DE SURDOS E NOVAS TECNOLOGIAS	DISCIPLINA	30	30	0	8	22
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 1	ATIVIDADE COLETIVA - ESTÁGIO	70	30	33	0	70
TOTAL DO SEMESTRE		370	270	93	76	294
2º SEMESTRE						
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS II	DISCIPLINA	60	30	30	15	45
SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA DAS LÍNGUAS	DISCIPLINA	60	60	0	15	45
INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DE LITERATURA	DISCIPLINA	60	60	0	15	45
PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM	DISCIPLINA	60	60	0	15	45
FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	DISCIPLINA	60	60	0	15	45
POLÍTICA E LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	DISCIPLINA	60	60	0	15	45
TOTAL DO SEMESTRE		360	330	30	90	270
3º SEMESTRE						
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS III	DISCIPLINA	60	30	30	15	45
AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM	DISCIPLINA	60	60	0	15	45
DIDÁTICA	DISCIPLINA	60	40	20	15	45
MORFOSSINTAXE DAS LÍNGUAS	DISCIPLINA	60	60	0	15	45
FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS	DISCIPLINA	60	60	0	15	45
EDUCAÇÃO AMBIENTAL	DISCIPLINA	60	30	30	15	45
TOTAL DO SEMESTRE		360	280	80	90	270

4º SEMESTRE						
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS IV	DISCIPLINA	60	30	30	15	45
FONÉTICA E FONOLOGIA DAS LÍNGUAS	DISCIPLINA	60	60	0	15	45
PLANEJAMENTO, CURRÍCULO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	DISCIPLINA	60	60	0	15	45
CORPOREIDADE E LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO DE PESSOAS SURDAS	DISCIPLINA	60	30	30	15	45
AQUISIÇÃO DA LÍNGUA DE SINAIS	DISCIPLINA	60	60	0	15	45
EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	DISCIPLINA	60	60	0	15	45
TOTAL DO SEMESTRE		360	300	60	90	270
5º SEMESTRE						
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS V	DISCIPLINA	60	30	30	15	45
LINGUÍSTICA APLICADA AO ENSINO DE LÍNGUAS	DISCIPLINA	60	60	0	15	45
ENSINO DE LIBRAS COMO L1 – I	DISCIPLINA	60	40	20	15	45
DIDÁTICA DE EDUCAÇÃO DE SURDOS	DISCIPLINA	60	40	20	15	45
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 2	ATIVIDADE COLETIVA - ESTÁGIO	110	40	59	0	110
TOTAL DO SEMESTRE		350	210	129	60	290
6º SEMESTRE						
ENSINO DE LIBRAS COMO L2 – I	DISCIPLINA	60	30	30	15	45
GESTÃO DE SISTEMAS E UNIDADES ESCOLARES	DISCIPLINA	60	60	0	15	45
LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA SURDOS I	DISCIPLINA	60	40	20	15	45
LITERATURA SURDA I	DISCIPLINA	60	40	20	15	45
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 3	ATIVIDADE COLETIVA - ESTÁGIO	110	40	59	0	110
TOTAL DO SEMESTRE		350	210	129	60	290
7º SEMESTRE						
ENSINO DE LIBRAS COMO L1 – II	DISCIPLINA	60	40	20	15	45
LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA SURDOS II	DISCIPLINA	60	30	30	15	45
LITERATURA SURDA II	DISCIPLINA	60	30	30	15	45
OPTATIVA 1	DISCIPLINA	60	60	0	15	45
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 4	ATIVIDADE COLETIVA - ESTÁGIO	110	40	59	0	110

TCC I	ATIVIDADE DE ORIENTAÇÃO INDIVIDUAL	10	0	0	0	10
TOTAL DO SEMESTRE		360	200	139	60	300
8º SEMESTRE						
ENSINO DE LIBRAS COMO L2 – II	DISCIPLINA	60	30	30	15	45
ESTUDOS DA TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUAS DE SINAIS	DISCIPLINA	60	40	20	15	45
ESCRITA DE SINAIS	DISCIPLINA	60	40	20	15	45
OPTATIVA 2	DISCIPLINA	60	60	0	15	45
OPTATIVA 3	DISCIPLINA	60	60	0	15	45
LITERATURAS NEGRAS	DISCIPLINA	30	30	0	8	22
LITERATURAS INDÍGENAS	DISCIPLINA	30	30	0	8	22
TCC II	ATIVIDADE DE ORIENTAÇÃO INDIVIDUAL - TCC	30	0	0	0	30
ATIVIDADES DE EXTENSÃO*	ATIVIDADE ACADÊMICA INDIVIDUAL - ATIV. DE EXTENSÃO	340	0	0	0	340
TOTAL DO SEMESTRE		730	290	70	91	639
ATIVIDADES COMPLEMENTARES*	ATIVIDADE ACADÊMICA INDIVIDUAL - ATIV. COMPL.	100	0	0	0	100
TOTAL DE ATIVIDADES AO LONGO DO CURSO*		100	0	0	0	100

* As atividades referentes a esse componente são realizadas durante todo o percurso acadêmico do estudante, ou seja, no decorrer dos 8 semestres.

10.5. Representação Gráfica do Perfil de Formação

Quadro 7 - Composição do perfil de formação por núcleos estruturantes

Núcleos estruturantes	CH
Núcleo I - EFG	900
Núcleo II - ACCE	1600
Núcleo III - AAE	340
Núcleo IV - ECS	400
Núcleo V - AC	100
CH Total	3340

10.6. Ementário e bibliografias

Em anexo.

10.7. Estágio curricular supervisionado do curso

Os estágios têm por princípio a atividade no local de sua realização – a escola – sempre de modo planejamento, dinâmico e assistido. Cabe ao docente responsável, na supervisão de estágio, estabelecer aqueles momentos de orientação, avaliação, reflexão e síntese; são essas situações, realizadas coletivamente com os alunos, que se entenderam como teóricas, embora tal categorização não pareça a mais apropriada. A Carga Horária de estágio se definiu em consonância com o que determina a Resolução Nº 04, de 29 de maio de 2024.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da licenciatura em Letras enfatizam a relação intrínseca entre teoria e prática e ressaltam que cabe romper com a divisão de, por um lado, fazer a transmissão de conhecimento e técnicas na sala de aula, que tem como referência a visão aplicacionista e, por outro, oferecer estágios isolados no final dos cursos.

A escola é o *locus* de realização do estágio, visando à inserção no campo profissional desde o quinto semestre do curso, tomando como referência a formação com a experiência e a reflexão sobre a prática, considerando a problemática escolar e as experiências vivenciadas em diversos espaços educativos.

Para a efetivação de uma proposta que considerasse a complexidade do processo da docência e da gestão, a Ufopa firmou convênio com a Secretaria Municipal de Educação de Santarém e com a Diretoria Regional de Ensino (DRE) de Santarém, da Secretaria Estadual de Educação (Seduc).

O estágio foi planejado para oportunizar ao estudante o contato com o espaço de atuação, seguindo recomendado pela Resolução nº 04, de 29 de maio de 2024, inicialmente por meio da observação e progressivamente por meio de sua atuação direta em sala de aula. Assim, a primeira fase do Estágio destina-se a observação da prática educativa. As fases seguintes buscam também a investigação em sobre o ensino e uso das línguas de sinais, caracterizando-se como o contato do acadêmico com o lugar de atuação profissional e destinam-se ao processo de aprendizagem interativa: atividades curriculares, implementação de projetos de intervenção direcionados à docência e gestão escolar tendo como objetivo qualificar a aprendizagem na ação.

O estágio curricular supervisionado se dá em quatro etapas: a primeira voltada para observação no campo de estágio, relato de práticas pedagógicas de Libras como L1, L2 e artefatos culturais, artísticos, literários e históricos das comunidades surdas; a segunda com exercício de práticas e concepções de linguagem e ensino nos processos de ensino da Libras como L1 para pessoas surdas e aplicação de estratégias e metodologias no ensino de Libras como L1. A terceira com exercício de práticas e aplicação de estratégias e metodologias no ensino de Libras como L2. A quarta com aplicação de estratégias pedagógicas com base em artefatos culturais, artísticos, literários e históricos das comunidades surdas, aplicação de metodologias do ensino da Literatura Surda a partir de diversos gêneros literários, e utilização de tecnologia assistiva e de recursos audiovisuais e digitais como mediadores no processo de ensino-aprendizagem.

Todas as fases do estágio serão supervisionados por docentes das redes de ensino e dos espaços de realização do estágio, assim como orientados por docentes do curso de Licenciatura em Letras – Libras da Ufopa. O detalhamento das atividades necessárias aos estágios supervisionados será objeto de Instrução Normativa a ser publicada pelo NDE do curso.

10.7.1. Estágio curricular supervisionado - relação com a rede de escolas da educação básica

Considerando o disposto nas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Formação de Professores e as diretrizes curriculares de Licenciatura em Letras Libras e das demais licenciaturas, a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – Proen criou a

Coordenadoria de Estágio, à qual compete estabelecer convênios com instituições públicas e privadas que permitam a realização de estágios ao longo do processo de formação, para que os graduandos conheçam a realidade na qual atuarão profissionalmente, e, principalmente, lhes permita colocar em prática os saberes trabalhados pelos diversos componentes curriculares do curso.

A coordenadoria firmou convênio com o Governo do Estado do Pará para realização de estágio nas instituições públicas nas mais diversas áreas de serviço, em ambientes escolares como em ambientes não escolares. E mantém cooperação com a Prefeitura Municipal de Santarém, o que permite a Integração da Ufopa com instituições públicas.

A Coordenadoria de Estágio faz também articulação com instituições privadas e organizações da sociedade civil para utilização de espaço de formação. Através de convênios, os alunos do curso de Licenciatura em Letras Libras do Iced/Ufopa têm amplo campo de desenvolvimento de atividades.

10.7.2. Estágio curricular supervisionado - relação teoria e prática

Para que tenha sentido e esteja integrado ao curso, o estágio supervisionado é percebido por este PPC como espaço de ação-reflexão-ação que possibilita o exercício da docência e da gestão educacional como experiência da práxis.

Para tornar efetivo esse objetivo, prevê-se a participação no Núcleo de Estágio do Iced, que atua como instrumento regulador, orientador e avaliador das atividades de estágio. O curso coordena as ações e atividades curriculares de estágio supervisionado, congregando docentes orientadores e professores da educação básica e comunidades das escolas públicas conveniadas. O curso de Licenciatura em Letras Libras, busca manter relação estreita com o sistema público de ensino, uma vez que prioriza atividades práticas de aproximação entre os alunos do curso e as escolas e instituições de ensino fundamental e ensino médio, efetivando uma carga horária de prática em várias componentes curriculares desde o início do curso. Ao longo de sua trajetória acadêmica, os alunos têm os sistemas públicos de ensino como *lócus* privilegiado para as atividades complementares, extensão, estágios e possivelmente o programa de residência pedagógica.

10.8. Integração com as redes públicas de ensino

O curso de Licenciatura em Letras Libras busca efetivar sua integração com as redes públicas de ensino de modos diversos, como diálogos constantes em reuniões com as Secretarias Municipais de Educação e Seduc/DRE Santarém, realização de visitas, cessão de espaços da Ufopa para a realização de atividades.

Ainda, a execução de atividades de formação realizada pelo corpo docente, com a participação de discentes com as habilidades requeridas pelos projetos que envolvem escolas de educação básica.

A realização de atividades extensionistas em parceria com escolas da região também demonstra a integração com a rede pública de ensino. Cursos e eventos são realizados visando a formação continuada dos professores e gestores da educação básica. A exemplo, palestras são realizadas para tratar da Educação Bilíngue de Surdos e Educação Inclusiva na região, assim como a participação de docentes do curso em instâncias consultivas, como o Conselho Municipal de Educação.

A realização dos estágios dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio também serve como espaço de diálogo entre a Universidade, o Curso e a rede pública de ensino, com trabalho realizado buscando a articulação teoria-prática de forma constante. Todos os estágios do curso permitem a articulação entre os sujeitos sociais implicados nos processos educacionais.

O curso e seus docentes se mostram atentos às oportunidades de ampliação na intervenção político-pedagógica nas redes públicas de ensino e fortalecimento da formação inicial e continuada, qualificando a presença dos docentes e discentes nas escolas e promovendo o desenvolvimento de práticas em que, efetivamente, se verifique o binômio teoria e prática.

10.9. Atividades práticas de ensino para licenciaturas

O presente PPC busca a articulação constante entre teoria e prática, com vistas a proporcionar aos seus discentes uma aproximação com a realidade do ambiente escolar. Componentes curriculares específicos levam aspectos práticos e a possibilidade de vivências durante a formação do licenciado em Letras Libras, como: Língua Brasileira de Sinais I, II, III, IV e V; Ensino de Libras como L1 – I e II; Ensino de Libras como L2 – I e II; Didática de educação de surdos; Língua Portuguesa como

segunda língua para surdos I e II; Literatura surda I e II; Escrita de sinais; Estudos da tradução e interpretação da Libras; Educação de surdos e novas tecnologias; e corporeidade e ludicidade na educação de pessoas surdas.

Ainda, outros componentes preveem atividades práticas, que envolvem não apenas os conteúdos como o desenvolvimento de habilidades didático-pedagógicas para atuação na educação básica. Desde o primeiro ano de curso, os discentes são levados a refletir sobre os conhecimentos apreendidos durante sua formação, e a realização de atividades práticas está presente nos componentes curriculares que permitem a relação teoria prática de forma reflexiva durante todo o curso.

Ademais, o curso busca a realização de atividades em Laboratórios, que tem como objetivo oportunizar um espaço de experimentação para os docentes e discentes de práticas pedagógicas inovadoras ou a consolidação de práticas já difundidas. Por meio de projetos que envolvem o uso de laboratórios ou a criação desses espaços, os discentes, juntamente com professores e gestores da educação básica, produzem conhecimento e materiais possíveis de utilização no cotidiano escolar, promovendo a autonomia profissional e a experiência de utilização de práticas educativas diversificadas.

10.10. Curricularização da extensão

É bem estabelecida no cenário acadêmico brasileiro o princípio da indissociabilidade do tríade pesquisa-ensino-extensão. Nesse sentido, a extensão universitária, não é um simples complemento do fazer acadêmico, em que a universidade devolve à sociedade um pouco do que dela recebe. Ao contrário, como não se estuda nem aprende sem função ou finalidade, descuidando da vida objetiva que se faz continuamente na prática social, a ação com e para o outro, aplicando as descobertas da pesquisa e da aprendizagem – a extensão, é imperativa, se se busca um processo equilibrado, socialmente legítimo e eticamente sustentado.

A extensão é a realização de ação direta com e para o outro – o assistido, por assim dizer. Ela não se confunde, contudo, com assistencialismo e é sempre um momento de aprendizagem do que se faz e com o que se encontra diante de si. Ela deve, contudo, ser planejada, pensada e avaliada, e esses momentos aparecem indicados como atividade teórica, embora rigorosamente não sejam. A carga horária

está em conformidade com o que determinam a resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 (CNE) e a Resolução nº 401, de 07 de março de 2023 (Consepe/Ufopa).

É nesse sentido que o PPC do curso de Licenciatura em Letras Libras do Iced/Ufopa, em conformidade com o que estabelece a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação e a Resolução nº 401, de 07 de março de 2023, do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Ufopa, propõe a incorporação consistente e planejada de atividades de extensão, de modo articulado com a pesquisa e o ensino, incluindo a perspectiva indicada na resolução, onde insta-se o aluno a engajar-se em ações de extensão da universidade conforme suas perspectivas individuais e fomentadas pelo curso por meio de projetos integrados aos programas realizados pelos docentes da Ufopa que coloque o discente em ação e reflexão com/na comunidade. Dessa maneira, o discente aplicará continuamente o que estuda, o que pesquisa e aprende, refletindo sobre a própria aprendizagem e participando de maneira ética e politicamente do fazer acadêmico em sua relação com a comunidade.

Para efeitos de creditação, o curso estabelece as Atividades de Extensão, sendo realizadas no decorrer de todo o curso, com carga horária total de 340. Essas atividades serão realizadas em ações de extensão (cursos, eventos, projetos, programas entre outros), orientados e coordenados por docentes do curso e registradas por meio de registros nos sistemas institucionais da Ufopa para esse fim, assim como declarações de atuação nas ações pelos discentes com as respectivas horas determinadas para as atividades extensionistas. Ainda, demais Atividades de Extensão podem ser realizadas por iniciativa dos discentes e fomentadas pelos docentes do curso e da Ufopa.

A Comissão de Extensão do curso será formada por 3 servidores (docentes e/ou técnicos), vinculados ao Curso ou Gestão Acadêmica do Iced, a fim de realizar a validação das atividades informadas em relatório pelo discente no último período do curso. Conforme o Art. 17 da Resolução nº 401/2023, a creditação das Atividades de Extensão ocorrerá por meio de apresentação de relatório pelo discente, juntamente com certificados emitidos pela Pró-reitoria da Comunidade, Cultura e Extensão – Procce ou ações de extensão certificadas/declaradas por outras instituições de educação superior no Brasil ou no Exterior, desde que: o documento comprobatório apresente registro que possibilite a confirmação de sua autenticidade; e seja possível comprovar que a ação tenha caráter extensionista e atenda aos requisitos da

Resolução e do respectivo PPC. A forma de apresentação do relatório e as pontuações estarão descritas em documento regulamentador ser elaborado pelo NDE do curso e posteriormente anexado ao PPC.

10.11. Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sintetiza os conhecimentos e as habilidades desenvolvidas durante o curso (Resolução Consepe/Ufopa nº 331, de 28 de setembro de 2020). Tem por finalidade sistematizar o conhecimento de natureza científica, artística, tecnológica e interdisciplinar, por meio de estudo de tema relacionado com um dos campos de conhecimentos da área de Letras. Tal temática refere-se a linguística, literatura, ensino de línguas e aspectos didático-pedagógicos da educação de surdos.

Com o intuito de capacitar os estudantes teórica, metodológica e epistemologicamente sobre processos da investigação científica e promover reflexão sobre o objeto de pesquisa, propõem-se na organização curricular do curso componentes curriculares relacionados ao Trabalho de Conclusão do Curso que garantem sua base mínima de estruturação. Tais componentes têm por finalidade discutir os fundamentos teóricos próprios da pesquisa em educação ao envolver problemas da seara de atuação do pedagogo.

Quadro 8 - Componentes curriculares relacionados ao Trabalho de Conclusão do Curso

Componente Curricular	Período do curso
TCC I	7º semestre
TCC II	8º semestre

O TCC deve ser iniciado formalmente a partir do cumprimento pelo menos de 80% dos componentes curriculares do Curso (Resolução Consepe/Ufopa nº 331, de 28 de setembro de 2020). Cabe à Comissão de TCC do curso verificar junto à coordenação do curso os aptos à defesa em cada período letivo; estabelecer calendário específico para esse fim, com datas de entrega do projeto de pesquisa, do acompanhamento e da apresentação pública da versão final.

A vinculação do orientando ao orientador inicia-se no sétimo semestre do curso, com a motivação do estudante, que envia solicitação de orientação à coordenação do curso. A comissão de TCC delibera sobre o orientador em função do tema de pesquisa e, após seu aceite, encaminha à coordenação do Curso o nome do orientador para

vinculação no SIGAA. A comissão de TCC acompanha todo o processo de discussão, de planejamento, de construção e de apresentação pública do trabalho.

O TCC, que se desenvolve individualmente ou em dupla de discentes, pode ser apresentado na forma de monografia, artigo científico, relato de experiência, memorial ou produto educacional (*software*, aplicativo, sequência didática, história em quadrinho, peça teatral, vídeos), em Língua Portuguesa ou em Libras. Em qualquer caso, é obrigatória apresentação do relatório de pesquisa em Língua Portuguesa conforme Resolução Consepe/Ufopa nº 331, de 28 de setembro de 2020.

O TCC é socializado por meio de apresentação pública perante três avaliadores, um deles, obrigatoriamente, o orientador, um avaliador interno ao curso e outro interno ou externo. O relatório de pesquisa entregue em via digital, compõe o banco de TCC, obedecendo as diretrizes estabelecidas pelo Sistema Integrado de Bibliotecas da Ufopa.

A avaliação do desempenho acadêmico no TCC considera a realização das tarefas planejadas, a autonomia e a iniciativa na busca de recursos bibliográficos e na operacionalização do trabalho (aprofundamento teórico e metodológico), a capacidade de dialogar, aprender e cumprir as correções sugeridas, o domínio do processo da pesquisa e a elaboração do texto.

A avaliação do TCC considerará a coerência entre a problematização, os objetivos e a argumentação; a normatização da produção científica de acordo com a Resolução Consepe/Ufopa nº 331, de 28 de setembro de 2020; a relevância e a coerência da questão abordada; a clareza, a precisão e os resultados obtidos.

Como forma de impulsionar o desenvolvimento do TCC durante o percurso acadêmico, os estudantes se envolvem em Projetos de Pesquisa ou Extensão e em Grupos de Estudos e Pesquisas (GPs) vinculados ao curso. É importante que, desde o início de sua formação, estejam envolvidos com a pesquisa e convivam com pesquisadores (docentes e discentes de graduação e pós-graduação) que estudam temas afins. Nesses grupos e eventos os estudantes compartilham e desenvolvem seus projetos de pesquisa em condições favoráveis a um bom desempenho acadêmico. As especificidades do TCC serão objeto de Instrução Normativa a ser publicada pelo NDE do curso.

10.12. Atividades Complementares

São consideradas complementares, atividades teórico-práticas desenvolvidas pelos acadêmicos(as), no decorrer do curso, para além do que consta na estrutura curricular, com o intuito de aprofundar seus conhecimentos nas áreas de estudo de seu interesse. A recomendação destas atividades é estabelecida pela Resolução nº 331, de 28 de setembro de 2020 (Regimento de Graduação da Ufopa). O art. 72. Recomenda que essas atividades sejam incluídas no processo de integralização do curso. No curso de Licenciatura em Letras - Libras são determinadas 100 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos. Estão aqui subdivididas em: produções acadêmicas; participações em atividades; e formação complementar.

10.12.1. Produções acadêmicas

Incluem publicações em diversos veículos de comunicação como revistas científicas, jornais, eventos científicos e culturais; elaboração de recursos didáticos e/ou tecnológicos, que contribuam para a melhoria do processo de ensino aprendizagem; produções artísticas com enfoque na educação, entre outras, como descrito em documento a ser elaborado pelo NDE do curso e posteriormente anexado ao PPC.

10.12.2. Participações em atividades

Incluem participações em eventos científicos como ouvinte: congressos, seminários, palestras mesas redondas, etc.; em produções artísticas, como músico, cantor(a), ator (atriz), declamador(a), entre outros; eventos desportivos, como organizador e/ou atleta; representação estudantil em agremiações, conselhos e colegiados da instituição. A descrição detalhada será apresentada em documento a ser elaborado pelo NDE do curso e posteriormente anexado ao PPC.

10.12.3. Formação Complementar

Incluem cursos e minicursos da área da linguística, literatura, educação e afins, que contribuam para o aperfeiçoamento profissional; participação como bolsista ou voluntário em programas, projetos de ensino, pesquisa ou extensão; estágios não obrigatórios, monitorias e mobilidades acadêmicas. Atividades que propiciem vivenciar na prática os conteúdos apreendidos por meio das leituras e das diversas disciplinas curriculares. A pontuação para cada atividade será descrita em documento a ser elaborado pelo NDE do curso e posteriormente anexado ao PPC.

Para efeito de integralização curricular destas atividades, o discente deverá apresentar um relatório, em formato eletrônico e disponibilizado pela Comissão de Atividades Complementares aos discentes, que será encaminhada diretamente à referida comissão para análise. A cada início de semestre, será estabelecido o prazo de entrega, de análise e de publicação dos resultados do relatório. Serão aceitos relatórios de acadêmicos que estejam cursando a partir do 5º semestre, não sendo necessário estar finalizando o curso para isso.

11. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

O curso de Licenciatura em Letras Libras do Iced/Ufopa se alinha à atenção da universidade à crescente inserção dos recursos de tecnologia da informação e comunicação no ensino.

Como forma de gerenciar as disciplinas, o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) oferece a Turma Virtual para ajudar no aprendizado dos discentes, criando uma extensão da sala de aula e permitindo o intercâmbio de informações entre discentes e docentes. Também podem acessar a turma virtual, usuários com permissão configurada pelo docente responsável pelo componente curricular correspondente.

Na turma virtual, o docente: exibe o cronograma de aulas do componente curricular, após cadastrar os tópicos de aula; visualiza os participantes e o programa do componente curricular; cadastrar notícias e aulas extras; registra a frequência e as notas dos discentes; imprime o diário de turma e lista de presença; disponibiliza conteúdos e referências; carrega arquivos no seu porta-arquivos e os insere nas turmas que desejar; registra a data das avaliações, enquetes, fóruns e tarefas a serem cumpridas pelos discentes; importa dados de outra turma para a turma atual,

aproveitando informações do mesmo componente curricular; permite outras pessoas a participar (por ex.: monitores).

Todos os discentes têm acesso aos laboratórios de informática e biblioteca para editor de texto, planilha eletrônica, apresentação de atividades.

Os laboratórios de informática do Iced oferecem acesso à informação por conexão com a internet e colaboram com as atividades de ensino, pesquisa e extensão. O acesso aos computadores e seus recursos e acesso à internet estão disponíveis através das tarefas executadas pelo Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação – Ctic.

Ainda, são utilizadas outras ferramentas da tecnologia para o desenvolvimento das atividades, como: salas de aulas inteligentes, equipadas com Televisores e Computadores; *datashows*, acesso a rede de internet Wi-Fi em todos os espaços da Ufopa.

Ressalta-se também que o curso faz uso de estratégias de EaD, conforma já apresentado na seção Metodologia do Curso, o que também reflete no uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem.

12. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

De acordo com o Regimento de Graduação da Ufopa (Resolução nº 331, de 28 de setembro de 2020), a avaliação da aprendizagem é um processo contínuo que compreende diagnóstico, acompanhamento e somatório da aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes pelo discente, manifesta em seu rendimento acadêmico e na assiduidade.

Ainda conforme o Regimento de Graduação da Ufopa, a aprovação em um componente curricular está condicionada à obtenção de média final mínima de 6,0 (seis) exigida na avaliação da aprendizagem e, para os componentes curriculares presenciais, à frequência mínima de 75% (setenta e cinco) exigida na avaliação da assiduidade.

Em cada componente curricular do tipo módulo deve haver pelo menos 3 (três) avaliações obrigatórias e 1 (uma) avaliação substitutiva (de reposição), conforme o Art. 142 do Regimento de Graduação da Ufopa.

Cabe ao docente apresentar, no início do período letivo, os critérios de avaliação da aprendizagem conforme o plano de ensino, discutir os resultados de

avaliação parcial com a turma, garantindo que tal procedimento ocorra antes da avaliação subsequente, e fazer o registro eletrônico da nota final no prazo estabelecido no calendário acadêmico.

As notas de cada avaliação são usadas no cômputo da nota do componente curricular, de acordo com procedimento estabelecido na metodologia do plano de ensino. O discente com nota inferior a 6,0 ao final do processo de avaliação terá direito à realização de uma avaliação substitutiva individual, caso não tenha reprovado por falta.

12.1. Procedimentos de acompanhamento de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

A avaliação do processo ensino-aprendizagem segue o que estabelecem o PDI, o PPI, da Ufopa e o PPC do curso, tendo em vista o almejado perfil do egresso e os objetivos do curso, bem como os conteúdos e as metodologias utilizadas no processo formativo. Tal processo de avaliação, considerando a autonomia de cada docente responsável pelo componente curricular, deve permitir que o discente desenvolva os conhecimentos esperados e garantam a natureza formativa do componente.

Conforme o art. 143 do Regimento de Graduação da Ufopa, o tipo de instrumento utilizado pelo docente para avaliação da aprendizagem deve considerar a sistemática de avaliação definida neste PPC, de acordo com a natureza do componente curricular e especificidades da turma. Nesse sentido, o curso de Licenciatura em Letras Libras compreende a liberdade de cátedra também nesse aspecto, sendo contemplados os diversos instrumentos de avaliação, como: provas individuais, provas coletivas, seminários, relatórios, oficinas, apresentação cultural, experimentos, produtos tecnológicos, vídeos, questionários, textos dissertativos, entre outros possíveis e acordados entre o docente e a turma de discentes.

Chama-se atenção que os docentes são orientados a realizar a avaliação de aprendizagem de acordo com as suas concepções teóricas, sem deixar de lado as determinações do Regimento de Graduação, e sempre de forma contínua e efetiva e com diálogo dos resultados junto aos discentes, a fim de que o caráter formativo do Licenciado em Letras Libras seja a prioridade, e não apenas a obtenção de nota quantitativa.

13. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

13.1. Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

O curso é avaliado por reuniões periódicas do NDE e por eventos coletivos nos quais os corpos docentes e discentes expõem problemas e proposições com vistas a melhorias do curso. Nessas oportunidades, verificam-se dificuldades e demandas e buscam-se encaminhamentos apropriados para sua solução. A avaliação pontual de questões relativas aos processos de ensino-aprendizagem ocorre em reunião do NDE e em plenárias com a presença de professores. A avaliação ampla se dá com o preenchimento de formulários definidos no âmbito da gestão universitária (comissão permanente de avaliação – CPA).

As atividades de pesquisa e de extensão, para as quais se atribuem horas de trabalho aos docentes, são alvo de dupla avaliação: uma interna, pelo colegiado do programa de Educação ao qual o curso está vinculado, e outra externa, pelas Proppit e Procce, conforme o caso, ou pela agência de fomento a que a ação esteja vinculada.

Os alunos passam por avaliações externas, como o Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade). Os resultados apresentados pela CPA e do Enade são objetos de análise do NDE, que estabelece políticas de melhoria e atualização das metodologias e estratégias de formação e do PPC do curso.

13.2. Gestão e avaliação do curso e os processos de avaliação interna e externa

13.2.1. Avaliação Docente

A avaliação dos docentes ocorre no processo de autoavaliação institucional, realizado pela Comissão Própria de Avaliação – CPA. Os docentes são avaliados, também, pelo coordenador de curso e pelos discentes, porém, de maneira menos formal. Podem ocorrer situações específicas, oriundas de demandas justificadas, que demandem avaliação.

13.2.2. Sistema de Avaliação do Projeto do Curso

O projeto do curso de Licenciatura em Letras Libras do Iced/Ufopa é avaliado continuamente, por docentes e discentes, sob acompanhamento do NDE, que, por sua vez, realiza avaliações constantes e propõe reformulações ao colegiado do curso.

14. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

As políticas institucionais no âmbito do curso seguem as orientações institucionais gerais da Ufopa, abrangendo ações e eventos no ensino, na pesquisa e na extensão e formas de acesso, permanência e conclusão dos cursos, consolidando práticas acadêmicas e sociais democráticas consistentes para garantir aos estudantes e professores inserção cidadã na realidade amazônica, no cenário nacional e nas conexões internacionais.

Conforme se expõe no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/Ufopa 2024-2031, a traz como princípios filosóficos:

a) Responsabilidade social e pública: a Ufopa deve empreender esforços para desenvolver processos inclusivos que favoreçam o acesso de pessoas e grupos historicamente marginalizados; pautar suas ações no respeito aos valores humanos e na preservação ambiental e a segurança no trabalho para as atividades acadêmicas; e defender a garantia da universidade pública, gratuita e de excelência. b) Pertinência da formação para o desenvolvimento humano sustentável: a Ufopa deve contribuir, por meio dos seus cursos e percursos formativos, para a redução das desigualdades e para o desenvolvimento integral da sociedade, buscando atender às necessidades da população e dos setores públicos e privados. Para tal, deve fazê-lo em consonância com os processos de construção do conhecimento e em ação dialógica com a sociedade, reafirmando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. c) Justiça e equidade: os processos praticados na Ufopa deverão ter como finalidade a construção de uma sociedade solidária, promovendo o acesso à educação de grupos desfavorecidos pelas condições históricas, socioeconômicas e geográficas. d) Relevância científica, artística e sociocultural: a Ufopa deve sustentar a perspectiva de integração para valorização das manifestações científicas, artísticas e culturais, resguardando a pluralidade e a universalidade do conhecimento. Deverá inovar continuamente, exercitando a reflexão em face dos desafios e das transformações da sociedade e da ciência. (PDI/Ufopa 2024-2031, p. 26-27).

A materialidade das políticas institucionais nos projetos pedagógicos dos cursos seguem as orientações de suas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs)

específicas, dos requisitos normativos legais da instituição e das legislações educacionais pertinentes e que demandam para os currículos incluam: as relações étnico-raciais, as políticas de educação ambiental, o desenvolvimento sustentável, a educação em direitos humanos, a garantia das condições de acessibilidade para pessoas com deficiências ou mobilidades reduzidas, a garantia do direito da pessoa com deficiência e com transtorno do espectro autista.

Neste contexto, este curso é fundamentado pela interdisciplinaridade, pela mobilidade acadêmica, pela formação continuada e pela flexibilidade curricular, princípios que se concretizam na oferta de cursos de formação e por ações estratégicas de aprimoramento dos recursos humanos e do uso de seus recursos financeiros, materiais e imateriais, “visando a um alinhamento com as políticas nacionais e, concomitantemente, considerando as questões regionais em que a Ufopa está inserida”, garantindo seu caráter público, gratuito e de qualidade (PDI/Ufopa 2024-2031, p. 29).

Na busca da formação cidadã com ênfase no engrandecimento humano e no desenvolvimento sustentável, o PDI/Ufopa enumera os quatro princípios filosóficos já citados que norteiam seus cursos: responsabilidade social e pública, pertinência da formação para o desenvolvimento humano sustentável, justiça e equidade, e relevância científica, artística e sociocultural (PDI/Ufopa 2024-2031, p. 26-27).

Na Ufopa, as políticas institucionais objetivam a integração, de modo que as demandas advindas da comunidade acadêmica, da educação básica, da sociedade civil organizada e do mundo do trabalho se traduzem num processo formador amplo e diverso, que incluam os espaços e instâncias formativas relativos à cultura, aos esportes e aos saberes tradicionais, num fluxo contínuo e virtuoso de influências entre os vários elementos que compõe a diversidade cultural, social e ambiental da Amazônia.

O curso de licenciatura em Letras Libras acompanha o movimento das políticas institucionais do ensino de graduação acompanhadas pelo trabalho das Pró-reitoria de Ensino de Graduação (Proen), Pró-reitoria da Comunidade, Cultura e Extensão (Procce), Pró-reitoria de Pós-graduação, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Proppit) e Pró-reitoria de Gestão Estudantil (Proges).

Políticas de acesso, permanência e conclusão de curso

O ensino de graduação na Ufopa vincula-se aos institutos temáticos e aos campi fora da sede. O curso de Licenciatura em Letras Libras integra o Instituto de Ciência da Educação (Iced) junto com outras licenciaturas, com o Programa de Formação de Professores (Parfor), Programa Forma Pará, assim como tem colaboração do Instituto de Formação Interdisciplinar e Intercultural (IFII) por meio da Formação Básica Indígena (FBI) / Formação Acadêmica Indígena (Fain). É no âmbito do Iced que as políticas institucionais são executadas, fortalecendo a formação dos profissionais da educação na região Oeste do Pará, formando profissionais capacitados e comprometidos com o desenvolvimento da educação básica.

Para garantir o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos de graduação, o curso conta com o apoio do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) que, na Ufopa, é gerido pela Proges. O Decreto presidencial nº 7234/2010 instituiu o Pnaes, destinando recursos próprios para que as universidades ampliem as ações de assistência estudantil; além desse decreto, a Lei nº 12.711 de 2012 – a chamada Lei das Cotas – impõe a reservar 50% de suas vagas para estudantes oriundos do Ensino Médio realizado totalmente em escola pública.

Outra medida do governo federal foi a portaria do MEC nº 389 de 09 de maio de 2013 que institui o Programa de Bolsa Permanência – PBP para estudantes indígenas, quilombolas e estudantes de baixa renda em cursos de tempo integral. Essas políticas vislumbram o acesso e permanência dos estudantes na universidade, assim como a conclusão no tempo certo.

Essas políticas educacionais fizeram com que os estudantes da Ufopa tivessem um novo perfil: vêm das escolas públicas (+ 80%), tem renda familiar inferior a um e meio salário-mínimo e 50% são negros, pardos ou indígenas ou PCDs. Esse perfil de estudante traz em sua origem deficiências e carências históricas de escolarização precária, correspondendo ao que Britto e colaboradores (2008) chamam de “aluno novo” da educação superior, cujo comportamento frente ao conhecimento e finalidade de realização de educação superior são diversos do aluno dito “clássico”.

Na Ufopa, a assistência estudantil começou em 2011 quando passou a ter acesso aos recursos do PNAES, ganhando, a partir de 2014, com a criação da Proges, uma nova Pró-reitoria para a ordenação desses recursos.

A Pró-reitoria de Gestão Estudantil (Proges) da Ufopa foi criada em 14 de abril de 2014 com a missão de incentivar, apoiar, orientar e acompanhar, de forma articulada com as demais pró-reitorias, unidades acadêmicas e órgãos suplementares, o estudante em suas múltiplas demandas no decorrer de sua trajetória acadêmica. Entre outras ações, ela atua firmemente nas ações afirmativas e de permanência dos estudantes nos cursos nas áreas social, psicológica, pedagógica e esportiva, visando sempre seu bom desempenho acadêmico.

A Proges, por meio da Diretoria de Políticas Estudantis e Ações afirmativas, apoia o estudante, orientando-o a resolver as dificuldades encontradas na vida estudantil, proporcionando-lhe melhores condições de vida universitária e fortalecendo as ações afirmativas para os estudantes indígenas, negros, quilombolas, de comunidades tradicionais, pessoas com deficiência e população LGBTQI+ por meio de programas e projetos que visam à permanência dos estudantes, especialmente do público-alvo das ações afirmativas nos cursos da Ufopa. Compõe essa diretoria a Coordenação de Inclusão e Diversidade e o Núcleo de Acessibilidade. No âmbito do Curso de Letras Libras essas políticas institucionais garantem o atendimento dos estudantes indígenas, quilombolas, LGBTI+, PCDs e, especialmente, surdos.

Na área social, psicológica e pedagógica, os estudantes contam com as políticas institucionais desenvolvidas pela Diretoria de Acompanhamento Estudantil da Proges, que tem por finalidade precípua orientar e acompanhar os serviços de assistência ao estudante, propondo ações de permanência daqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, bem como estabelecendo critérios de seleção dos estudantes para receber os auxílios estudantis pecuniários, de moradia, transporte, alimentação e apoio didático, de acordo com a legislação vigente, acompanhando seu desempenho acadêmico e garantindo o cumprimento das deliberações do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, desenvolvendo estudos, projetos e análises. Faz parte dessa diretoria a Coordenação de Acompanhamento Estudantil (Núcleo de Psicologia – Nupsi, Núcleo de Serviço Social – Nuses, Núcleo de Gestão Pedagógica – Nugepe e a Coordenação de esporte e Lazer – Cel).

No Iced, os estudantes contam o apoio da Comissão de Acompanhamento das Ações Afirmativas, composta por professores, técnicos administrativos e estudantes, que implementa, acompanha e avalia a Política de Ações Afirmativas e Promoção da Igualdade Étnico-racial (Resolução Consepe/Ufopa nº 448, de 26 de fevereiro de

2025). Em seu plano de ação, essa comissão destaca três eixos: promoção da igualdade étnico-racial; enfrentamento ao preconceito e racismo; e acompanhamento discente e ações de atenção às pessoas com deficiência, desenvolvendo os projetos de ensino Ceanama – Monitoria para o acompanhamento de apoio pedagógico aos estudantes indígenas, e outros projetos criados para acompanhamento de quilombolas e estudantes com deficiência.

Na área esportiva, a Proges, por meio de sua Coordenação de Esporte e Lazer, programa e desenvolve ações junto à comunidade universitária de apoio no campo da saúde, do desporto e do lazer. Os estudantes e servidores do curso de Licenciatura em Letras Libras buscarão participar ativamente desses projetos, em especial do JIUfopa – Jogos Universitários da Ufopa, organizando times e torcidas, com participações locais e nos Jogos Universitários Brasileiros (JUBs), etapas regional e nacional.

14.1. Políticas de ensino de graduação

A Pró-reitoria responsável em promover as políticas institucionais de ensino de graduação da Ufopa é a Pró-reitoria de Ensino de Graduação – Proen, que propõe, coordena, avalia e, quando é o caso, altera as políticas de ensino de graduação, sempre em consonância com as diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional, a legislação vigente e em cooperação com as unidades acadêmicas e administrativas da universidade.

A Proen está organizada em três grandes setores: a Secretaria, a Diretoria de Ensino (DE) e a Diretoria de Registro Acadêmico (DRA). A DE acompanha e avalia as políticas de ensino de graduação, em articulação com as unidades e subunidades acadêmicas. A DRA controla as informações do percurso acadêmico dos estudantes e cuida para que os registros e os controles acadêmicos sejam realizados de maneira apropriada, em conformidade com a legislação e as normas internas da instituição.

Essa estrutura garante o acompanhamento da situação acadêmica e o desempenho de cada estudante, viabilizados pelo SIGAA, por meio do qual os estudantes, professores e a gestão acadêmica dos institutos gerenciam o processo de ensino e aprendizagem, tendo acesso às informações cadastrais, histórico acadêmico, componentes curriculares matriculados e rendimento acadêmico, garantindo a interatividade entre professores e alunos. Isso permite assegurar o

acesso a diferentes materiais textuais e recursos didáticos, possibilitando experiências diferenciadas de aprendizagem e melhoria de desempenho baseadas no uso do Sistema.

Sob a gestão da DE, estão as políticas institucionais voltadas ao bom funcionamento dos cursos, como a execução, aprovação e atualização dos calendários acadêmicos, a regulação dos cursos, a definição dos indicadores de qualidades, a avaliação dos PPCs e o Enade. Estão também sob sua responsabilidade os programas de monitoria, de educação tutorial e o Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid).

O Programa de Monitoria fomenta ações de fortalecimento do ensino de graduação, a iniciação à docência, o apoio pedagógico e, prioritariamente, a redução das taxas de retenção e evasão acadêmica.

O Programa de Educação Tutorial (PET) é desenvolvido em grupos organizados dos cursos de graduação, orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sendo regido pela Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005, Portaria nº 976, de 27 de julho de 2010 e pela Portaria Nº 343, de 24 de abril de 2013. O PET funciona com no máximo 18 discentes, sendo 12 bolsistas e seis voluntários. Na Ufopa há dois grupos de Educação Tutorial: o PET – Conexões de Saberes de Estudos Interdisciplinares/Comunidades de Campo, vinculado ao Instituto de Formação Interdisciplinar e Intercultural (IIFI), do qual os estudantes do Curso de Licenciatura em Letras Libras podem participar; e o PET do Instituto de Engenharia e Geociências (IEG) / Bacharelado Interdisciplinar em Tecnologia da Informação.

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) do Ministério da Educação que proporciona aos estudantes de licenciatura sua inserção no cotidiano das escolas públicas de educação básica. Para o desenvolvimento dos projetos institucionais de iniciação à docência, o programa concede bolsas aos licenciandos, aos professores das escolas da rede pública de educação básica e aos professores das Instituições de Ensino Superior (IES).

A Mobilidade Acadêmica é outro programa institucional de responsabilidade da Proen, realizando-se nas modalidades Interna (Mobin), Externa (Mobex), Acadêmica Externa Temporária Nacional (intercâmbio) e Acadêmica Internacional.

A Mobin viabiliza a transferência interna para estudantes regulares da instituição, que desejam se transferir de turno no mesmo curso e unidade ou de unidade no mesmo curso ou para outro curso de área afim, conforme edital específico.

A Mobex ocorre quando, por não haver preenchimento de vagas nas subunidades acadêmicas, a instituição disponibiliza vagas a candidatos de outras instituições brasileiras ou internacionais. O Programa de Mobilidade Acadêmica Externa Temporária Nacional concede bolsas e ajuda de custo para mobilidade acadêmica nacional, mediante submissão de projetos visando à promoção de ações acadêmicas de ensino integrado com pesquisa e extensão em intercâmbio com outras Instituições federais de ensino superior. O Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional prevê a seleção de estudantes de graduação, por meio do desempenho acadêmico, para fomento de ações acadêmicas integradas de pesquisa, ensino e extensão em instituições estrangeiras.

Além dos programas geridos pela Proen, a Assessoria de Relações Nacionais e Internacionais da Ufopa – Arni dá suporte às ações de cooperação acadêmico-científicas, tecnológicas e culturais a nível local, nacional e internacional com outras instituições ou organizações em cenários em que os processos de internacionalização se põem como alternativas de desenvolvimento. Entre as suas competências está a inclusão da Ufopa nos programas de mobilidade nacional e internacional para estudantes e professores.

O curso de Licenciatura em Letras Libras procura participar do Programa de Residência Pedagógica do Iced, que integra a Política Nacional de Formação de Professores com o objetivo induzir aperfeiçoamento da formação nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica a partir da segunda metade do curso. Com isso, pretende-se proporcionar aos discentes, experiências metodológicas, tecnológicas e práticas de caráter inovador e interdisciplinar.

14.2. Política de pesquisa

Na Ufopa, a pesquisa, integrada à graduação, à pós-graduação e à extensão, apresenta-se permeada pela inovação, objetivando a produção e difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, artísticos e culturais que contribuam para a

melhoria das condições de vida da sociedade, principalmente na região amazônica (PDI/Ufopa 2024-2031, p. 30).

A pesquisa é um dos seus eixos formativos do curso de licenciatura em Letras Libras do Iced/Ufopa, envolvendo conhecimentos e saberes inerentes à formação capaz frente aos desafios contemporâneos. A pesquisa é, assim, elemento a ser apreendido em todos os momentos do curso, considerando-se reflexões e vivências do licenciado em Letras Libras.

O discente é colocado frente à pesquisa por componentes curriculares ao longo do seu trajeto acadêmico, preparando-o para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e oferecendo, desde o primeiro semestre do percurso formativo, a oportunidade de participar dos grupos de pesquisas; ademais, está a oportunidade de participar dos editais do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) vinculados às pesquisas dos docentes.

Quadro 13 - Grupos de pesquisas da Ufopa a que se vinculam os docentes do curso

Grupo de pesquisa	Líder (es)	Participantes (docentes do curso)
Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Surdos – GEPEs	Profa. Dra. Eleny Brandão Cavalcante Prof. Dr. Hector Renan da S. Calixto	Profa. Ma. Carina da Silva Mota Profa. Dra. Daiane Pinheiro Janner Profa. Ma. Thaisy Bentes de Souza
Grupo de Pesquisa em Educação Especial e Processos Inclusivos – GPEEI	Profa. Dra. Daiane Pinheiro	Profa. Ma. Thaisy Bentes de Souza Profa. Ma. Carina da Silva Mota Profa. Ma. Kassya Christinna Oliveira Rodrigues

14.3. Política de extensão

Na Ufopa, em consonância com os encaminhamentos do PNE (2014) e das Diretrizes Nacionais para a Extensão Universitária, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação em 2018, a extensão é considerada processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político. promovendo a interação entre a universidade e a sociedade, em estreita integração com o ensino e a pesquisa. Tem como princípios fundamentais: valorização e promoção da diversidade cultural e socioambiental; compromisso com os direitos humanos; respeito às diferenças de raças, etnias, crenças e gêneros, a ética, a promoção da inclusão social e o desenvolvimento humano sustentável (PDI/Ufopa 2024-2031, p. 31).

No curso de Licenciatura em Letras Libras do Iced/Ufopa a extensão acontecerá: na estrutura curricular, com o componente curricular “Atividades de Extensão”; pelo oferecimento de cursos de formação de professores da educação básica, participação em entidades ligadas a educação como Conselhos e Fóruns; Feiras, Jornadas, Assessorias e Consultorias e da participação de estudantes e professores no Salão de Orientação Profissional, Salão de extensão e na Jornada Acadêmica da Ufopa.

As políticas institucionais na Ufopa se materializam em diversas ações diretamente relacionadas ao cumprimento do objetivo estratégico de promover valores éticos, democráticos e de inclusão social que auxiliam no acesso, permanência e aprendizagem do estudante no ambiente universitário e de inclusão social.

14.4. Política de Cultura

Conforme o PDI (2024-2031), a Política de Cultura da Ufopa (Resolução Consejo nº 404, de 26 de abril de 2023) está consoante a Lei nº 12.343 (Plano Nacional de Cultura – PNC), de 2 de dezembro de 2010, e com a Lei nº 13.018 (Política Nacional de Cultura Viva), de 22 de julho de 2014, orientada ainda pelo Estatuto e Regimento Geral da Ufopa. É um instrumento que objetiva contribuir para o exercício dos direitos culturais pela comunidade acadêmica e comunidades de abrangência. Considerando a cultura como um direito, a Ufopa deve cooperar para a implementação das políticas culturais democráticas e permanentes, pactuadas entre a Universidade, os entes federativos e a sociedade civil.

Com a Política de Cultura, é garantido o reconhecimento da legitimidade das diferentes expressões culturais manifestadas pelos grupos sociais, além de incentivar, apoiar e fomentar a popularização de obras culturais, as práticas extensionistas, de ensino e a produção de conhecimento científico que favoreçam a produção artística e cultural na região oeste do Pará, em diálogo constante com a comunidade presente no território de atuação da Ufopa.

São desafios para a implementação da Política de Cultura: a) ampliar o protagonismo acadêmico e não acadêmico nas ações culturais universitárias; b) incentivar a oferta de cursos, capacitações e formações em artes e cultura; c) aprimorar estratégias, ações e instrumentos que estimulem a presença da arte e da cultura inclusiva e acessível no ambiente educacional; d) fomentar a cultura de forma

ampla, concedendo apoio financeiro às atividades e projetos de arte e cultura na Ufopa; (e) adquirir equipamentos e viabilizar espaços físicos para a promoção de atividades e eventos culturais.

14.5. Política de Inovação

O enquadramento legal que ampara a Política de Inovação da Ufopa fundamenta-se na Constituição Federal de 1988, via Emenda Constitucional nº 85/2015, que estabelece a obrigatoriedade do Estado em promover e incentivar a inovação.

O disciplinamento legal vem dos seguintes instrumentos: i) Lei nº 13.243/2016 (estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação; ii) Decreto nº 9.283/2018, que regulamenta a Lei nº 10.973/2004; iii) artigo 24, § 3º, e o artigo 32, § 7º, da Lei nº 8.666/1993; iv) artigo 1º da Lei nº 8.010, de 1990; v) artigo 2º, caput, inciso I, alínea “g”, da Lei nº 8.032/1990; e vi) Decreto nº 6.759/2009. A Política de Inovação da Ufopa segue preceitos oriundos do Marco Regulatório de Inovação (Lei nº 13.243/2016), da Lei da Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/1996) e da legislação correlata vigente, para fazer valer um conjunto de princípios norteadores, que partem do desenvolvimento social e econômico do país, passando pelo crescimento e fortalecimento da cultura de inovação, transparência e ética, responsabilidade social, licenciamento e transferência tecnológica, empreendedorismo e incubação de empresas, chegando até as bolsas de estímulo à inovação e ao exercício de atividades remuneradas de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

As diretrizes desta Política são as seguintes: disseminar a cultura da gestão da propriedade intelectual e garantir a sua proteção; promover e apoiar a transferência de tecnologia; promover as ações de empreendedorismo inovador; incentivar a criação de ambientes favoráveis à inovação; apoiar a cooperação e a interação entre entes públicos, setores públicos e privados, empresas em temas ligados à inovação; estimular o ambiente produtivo; apoiar a comunidade no que tange ao uso do conhecimento criado na Ufopa para gerar benefícios econômicos e sociais para a região.

Importa ainda mencionar, para fins de contextualização, que a propriedade intelectual está categorizada em Direito Autoral, Propriedade Industrial e Proteção “Sui

Generis”, onde se encontram as subcategorias Programa de Computador, Marca, Patente, Indicação Geográfica, Cultivo do Conhecimento Tradicional, as quais devem ser o foco de trabalho desta Política.

14.6. Política de Integração com a Educação Básica

Conforme o PDI (2024 - 2031), os princípios da Política de Integração da Ufopa com a Educação Básica apontam que os processos formativos devem refleti-la na perspectiva de unificar os conhecimentos produzidos no tripé acadêmico de formação. A prática interdisciplinar e intercultural, necessária ao desenvolvimento regional sustentável, deve ser contemplada em ações projetadas por programas e projetos institucionais que almejam prospectar e socializar conhecimento, os quais resultem em impacto direto no desenvolvimento da região e do povo.

Em vista desse objetivo, a Ufopa atua na formação de professores para o exercício na rede pública de educação, através da oferta de cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*, bem como oferta de turmas especiais de licenciaturas no Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) e Programa Forma Pará.

A Ufopa participa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e do Programa Residência Pedagógica (PRP), que objetivam a valorização da formação docente, apoiando a atuação dos estudantes de licenciatura, no cotidiano do ensino básico, e a troca de experiência dos professores das escolas na preparação desses futuros profissionais, promovendo a articulação entre a educação superior, a escola básica e os sistemas estaduais e municipais de ensino. Na pós-graduação, esse fortalecimento ocorre com a oferta de mestrados profissionais em rede, tais como o Mestrado Profissional em Matemática (Profmat), o Programa de Mestrado Profissional em Letras (Profletras), o Mestrado Profissional em Ensino de Física (MPEF) e o Mestrado Acadêmico em Educação (PPGE).

Há ainda a interação por meio de projetos desenvolvidos pelo Centro Pedagógico de Apoio ao Desenvolvimento Científico (CPADC), incluindo a realização anual da Feira de Ciências e Tecnologias Educacionais da Mesorregião do Baixo Amazonas (Fecitiba). Soma-se a essas iniciativas o Programa de Pesquisa, Ensino e Extensão (PEEx), que objetiva fortalecer o ensino de graduação com base em

atividades de extensão e pesquisa vinculadas aos PPCs. Estas devem estimular a iniciação científica no ensino médio e na graduação, promovendo um ciclo dinâmico-dialógico articulado à pós-graduação em uma perspectiva bidirecional, retroalimentando-se e visando garantir a integração compartilhada da tríade ensino-pesquisa-extensão. No PEEEx, há a oferta de bolsas para estudantes do ensino médio, provenientes do Programa Institucional de Iniciação Científica Júnior (Pibic-EM) e de orçamento - Lei Orçamentária Anual – LOA.

14.7. Políticas de Internacionalização

As ações institucionais de incentivo à internacionalização são definidas no Plano de Internacionalização e na Política Linguística Institucional, compreendendo a internacionalização nas atividades de pesquisa, ensino, extensão e na gestão institucional. Nesse sentido, a Ufopa deve conferir dimensão internacional a seus cursos, situando-os como protagonistas nas relações acadêmico-científicas e tecnológicas.

As políticas institucionais de incentivo à internacionalização envolvem: oportunidades de intercâmbio discente; atração de pesquisadores estrangeiros e suporte ao docente no exterior; programas de pesquisa, ensino e extensão internacionais; parcerias para dupla titulação com universidades estrangeiras; suporte aos grupos de pesquisa para publicação em periódicos internacionais de alto impacto.

Para cumprimento do plano e da política, a Instituição possui em seu quadro um expressivo número de docentes com inserção internacional, indicando excelente potencial para as atividades de pesquisa, ensino e extensão com parcerias internacionais. A Ufopa também possui convênios e acordos de cooperação com excelentes universidades estrangeiras, sobretudo na América do Norte e Europa. A Instituição busca ampliar sua diversidade de parcerias, reforçando a relação com países latino-americanos, asiáticos e africanos, por entender que esta aproximação cultural, geográfica, linguística e histórica contribuirá para a consolidação da Universidade como referência na Pan-Amazônia.

A título de exemplo, podemos elencar como ações desejáveis para o avanço da internacionalização: programas que fomentem a integração com a comunidade acadêmica estrangeira; conscientização da comunidade acadêmica para a necessidade da internacionalização; programas contínuos de mobilidade acadêmica

para instituições estrangeiras; consolidação de uma política linguística; programas que promovam a atuação na área de pesquisa, ensino e extensão no contexto internacional.

14.8. Política de Assistência Estudantil

A Política de Assistência Estudantil é oriunda da Gestão Estudantil, organizada pela Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (Proges), e baseada no diálogo com a comunidade acadêmica, segue diversos documentos que permitem a governança desta pauta, como o decreto que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), o Regimento Geral da Ufopa, a Política de Ações Afirmativas, a Política de Assistência Estudantil, o Regimento de Graduação e os demais documentos institucionais.

A gestão estudantil atua no sentido de garantir a permanência e a diplomação dos discentes de modo geral e em específico daqueles oriundos das comunidades tradicionais e populações historicamente marginalizadas. As políticas de acesso refletem no perfil dos alunos da Ufopa, que necessitam de políticas de permanência para garantir que eles possam concluir seu curso com êxito.

As principais políticas da Ufopa para a assistência estudantil são: acompanhamento pedagógico, assistência social, acompanhamento psicológico, esporte e lazer, inclusão e acessibilidade, práticas restaurativas e auxílio financeiro para inserção acadêmica.

A Ufopa visa garantir o sucesso acadêmico em uma perspectiva de formação com excelência, realizando acompanhamento pedagógico, por meio de atendimentos especializados, de práticas pedagógicas interdisciplinares e de metodologias diferenciadas. Nessa perspectiva, a Ufopa conta ainda com a Política de Acompanhamento Pedagógico (Resolução Consepe nº 338/2020), estruturada por meio do Núcleo de Gestão Pedagógica (Nugepe), vinculado à Proges, e dos Núcleos de Acompanhamento e Apoio Pedagógico (Napes), vinculados às unidades acadêmicas e campi regionais. Referente ao apoio pedagógico aos estudantes indígenas e quilombolas, este ocorre por meio de duas iniciativas específicas: Formação Acadêmica Indígena (Fain) e Programa de Monitoria Ceanama, valorizando a interculturalidade e a interdisciplinaridade, visando à formação, socialização de experiências e integração entre o conhecimento científico e os saberes dos povos

tradicionais da região amazônica. Também há o Programa Especial de Ajuste de Percurso Acadêmico (Peapa), Resolução Consepe nº 340/2021, para estudantes indígenas e quilombolas, que objetiva acompanhar estes, de forma preventiva, durante seu percurso acadêmico.

Para os discentes PcD, a Ufopa disponibiliza tradutores/intérpretes de Libras (TILs) e acompanhamento pedagógico de monitores a estudantes com deficiência, em ação coordenada pelo Núcleo de Acessibilidade da Proges.

O acompanhamento pedagógico dos estudantes em condições de vulnerabilidade social e de outros grupos específicos da região amazônica é assegurado mediante a análise e acompanhamento do rendimento acadêmico pela Comissão Permanente e Comissões Setoriais de Acompanhamento da Política de Ações Afirmativas, vinculados às Unidades e Subunidades Acadêmicas, com apoio das Pró-reitorias, Institutos, Campi, Programas de Pós-graduação, Coletivos institucionalizados na Ufopa e representações da sociedade civil em defesa da política de ações afirmativas da Ufopa.

14.8.1. Apoio aos Estudantes

No contexto da Política de Assistência Estudantil, a Ufopa conta com diversas ações e serviços que têm como princípios básicos ações que vão desde o acolhimento, acompanhamento, permanência qualitativa durante o percurso acadêmico e diplomação dos/as estudantes. São estabelecidas ações organizadas diversas que visam à inclusão social, formação, produção de conhecimento e o bem-estar biopsicossocial. Destacam-se algumas ações e programas de apoio ao discente ofertados pela Ufopa: (a) o Programa Bolsa Permanência (PBP) que é um programa do Governo Federal que concede auxílio financeiro e viabiliza a permanência no curso de graduação a estudantes indígenas e quilombolas, (b) política de acompanhamento pedagógico, (c) incentivo para a internacionalização acadêmica, (d) restaurante universitário, (e) incentivo financeiro à participação em eventos acadêmicos, (f) eventos de esporte, recreação e lazer, (g) acompanhamento psicossocial, (h) apoio logístico e de infraestrutura aos Diretório Central dos Estudantes (DCE), Diretório Acadêmico Indígena (DAIN) e os Coletivos Acadêmicos (CAs) para realização de eventos das entidades de representação estudantil, (i) promoção de acessibilidade para estudantes com deficiência

14.8.1.1. Assistência Psicossociopedagógica

A Assistência Psicossociopedagógica está vinculada a Proges, a qual presta serviços à comunidade acadêmica por meio de seus núcleos que atuam na assistência psicológica, social e pedagógica, atendendo as demandas relacionadas a processos de estudo, trajetória acadêmica, ocorrências que interfiram na integração do aluno à vida estudantil, contribuindo para a sua permanência e melhor desempenho acadêmico. Os núcleos são: Núcleo de Acessibilidade (Nuaces), Núcleo de Psicologia (Nupsi), Núcleo de Serviço Social (Nuses), Núcleo de Gestão Pedagógica (Nugepe).

14.8.1.2. Núcleo de Acessibilidade (Nuaces)

O Nuances fomenta o debate sobre a inclusão e acessibilidade, assim como realiza ações para a inserção dos alunos com deficiência e das pessoas com transtorno do espectro autista no ensino superior. Realiza ações e atividades de pesquisa e extensão, os quais colaboram com dados informativos, pesquisas e formação continuada na comunidade acadêmica e geral. Tem como objetivo promover em todas as instâncias da Universidade a formação de uma cultura de inclusão social e educacional das pessoas público da Educação Especial, produzindo conceitos que legitimem as representações sobre esses sujeitos a partir da diferença política, cultural, ética, estética e linguística.

14.8.1.3. Núcleo de Psicologia (Nupsi)

O assessoramento psicológico é realizado pelo Nupsi, por meio da realização de ações coletivas e/ou individuais em psicologia escolar/educacional, na perspectiva de acolher, orientar e mediar as demandas acadêmicas como forma de subsidiar o processo de ensino-aprendizagem, potencializar as relações interpessoais estabelecidas no âmbito acadêmico, contribuindo para a permanência e diplomação. O Nupsi atua a partir da queixa acadêmica e busca melhorar o envolvimento entre os atores que compõem a comunidade acadêmica, bem como mediar as relações em

que possam construir ações transformadoras, as quais, possibilitem a abertura para sujeitos implicados com novas formas de fazer a Universidade, educação e ensino.

14.8.1.4. Núcleo de Serviço Social (Nuses)

Acerca da assistência social, o Nuses desenvolve ações e serviços com vistas a atender às demandas sociais dos estudantes, como: acompanhamento social do (da) estudante; avaliação socioeconômica; encaminhamento aos serviços internos ou externos à Ufopa; orientações individuais e coletivas sobre direitos sociais; realização de estudo de caso; atuação em equipe multiprofissional de forma interdisciplinar, nos casos que demandarem o atendimento integral ao estudante; elaboração, desenvolvimento, monitoramento e avaliação de projetos sociais.

14.8.1.5. Núcleo de Gestão Pedagógica (Nugepe)

Sobre assistência pedagógica, o Nugepe, oferece um serviço que compreende um conjunto de ações desenvolvidas em parceria com outros setores que atendem o público estudantil na Ufopa por meio de atendimentos aos estudantes nas modalidades individuais e em grupo, além de outras atividades de assessoramento pedagógico com apoio e orientação aos/as discentes diante das dificuldades de aprendizagem provocadas por fatores diversos, coordenação, levantamento de dados e formação na área de educação, conforme previsto na Resolução Consepe nº 338/2020.

14.9. Política de Acessibilidade

Tendo em vista a legislação referente à acessibilidade, inclusão e dos direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais, o curso de licenciatura em Letras Libras do Iced/Ufopa, está empenhado em garantir acessibilidade metodológica, atitudinal e comunicacional aos alunos, docentes e técnico-administrativos, em favor do direito ao ensino superior e adequado às condições das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e Altas habilidades/Superdotação.

As ações de acessibilidade e inclusão são planejadas e implementadas desde o processo seletivo de ingresso na instituição. Para viabilizar medidas e estratégias voltadas a esse fim, dispõe-se, por meio do Núcleo de Acessibilidade de tecnologias assistivas, como impressora em braille, software para ampliação de textos, software de sintetização de voz e acompanhamento por tradutor e intérprete de Libras-Português.

Além disso, a organização pedagógica do curso está articulada de forma flexível e prevê a utilização de recursos e metodologias que atendam às especificidades do público da educação especial, discutindo constantemente ações que surgem em função das demandas. A arquitetura predial onde se desenvolvem as atividades do curso apresenta acessibilidade arquitetônica e de comunicação. No curso, especialmente o público surdo é atendido por meio de aulas ministradas diretamente em Libras pelos docentes fluentes na língua ou com acompanhamento de intérpretes para os que ainda não dominam a Libras ou convidados de outros colegiados para ministrar disciplinas.

Ressalta-se que a Ufopa busca atender às legislações referentes à acessibilidade, especialmente a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). Serviços ofertados pelo Núcleo de Acessibilidade viabilizam o acesso à informação e a formação no contexto do curso de Licenciatura em Letras Libras, que por si só já é uma aplicação do previsto na Lei. Os docentes também participam de ações de formação continuada para atendimento educacional aos alunos que são público-alvo da Educação Especial, como cursos de preparação de material didático para pessoas cegas; Aspectos educacionais de pessoas surdas; Inclusão do aluno com autismo no ensino superior. Essas ações são coordenadas pelo Iced, Progep, Proen e Proges, e voltadas para todos os docentes da Ufopa.

Destaca-se a participação de docentes do curso de Letras Libras desde a criação das políticas de acessibilidade na Ufopa, com a primeira coordenação do Núcleo de Acessibilidade com a Prof. Dra. Daiane Pinheiro, tendo a participação posterior das Professoras Dra. Eleny Brandão Cavalcante, Ma. Kassya Christinna Oliveira Rodrigues e Ma. Thaisy Bentes de Souza, demonstrando a estreita relação do colegiado do curso com a temática da Acessibilidade e Inclusão.

14.9.1. Condições de Acesso para Pessoas com Deficiência

A infraestrutura da Ufopa, em todos os espaços existentes, progressivamente se adequa à legislação de acessibilidade, bem como privilegiar projetos de arquitetura, engenharia e planos diretores de infraestrutura com foco no conceito de desenho universal.

Especificamente, sobre acessibilidade arquitetônica, a Ufopa prevê para edificações com mais de um pavimento: elevadores sociais dimensionados para transporte de pessoas, inclusive de cadeirantes; os elevadores possuem botoeiras e botões de chamada em braile; aviso de voz identificando andares de parada; rampas para acesso; elevador para cadeirantes para acesso ao auditório do prédio Tapajós; sanitários adaptados para uso de cadeirantes e de pessoas com mobilidade reduzida; auditórios com lugares reservados para cadeirantes; auditórios com iluminação suficiente e de emergência; saídas de emergência sinalizadas; salas de aula com cadeiras para destros; restaurante Universitário possui acessibilidade com catracas acessíveis e banheiros com sanitários adaptados para uso de cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida; vagas de estacionamento para pessoas com deficiência e idosos; portas dos ambientes com no mínimo 80cm de vão livre; escadas e rampas atendem as exigências da NBR 9050; piso tátil nos passeios; identificação dos prédios e ambientes; totens de localização; barras de apoio em sanitários acessíveis; tratamentos de desníveis com rampas em passeios e acessos às edificações; cadeiras e carteiras para pessoas obesas.

Sobre acessibilidade atitudinal a Ufopa desenvolve eventos e ações promovidas por diversos segmentos da comunidade, como: cursos de formação e capacitação; realização de rodas de conversa, seminários, fórum e cartilhas; construção e acompanhamento da Política de Inclusão e Acessibilidade.

Sobre acessibilidade comunicacional a Ufopa conta com: currículos dos cursos de graduação que possuem disciplinas obrigatórias e optativas de Língua Brasileira de Sinais; capacitação voltada para produção de materiais didáticos e atendimento à PcD; máquina Braile; apoio para produção de textos em Braille; intérpretes de Libras com cobertura de eventos institucionais e outros; disponibilidade de bolsistas de apoio educacional de acessibilidade para acompanhamento dos estudantes com deficiência; textos com letras ampliadas para pessoas com baixa visão; Software para leitor de tela. Sobre acessibilidade digital destaca-se: o site da Ufopa conta com

recursos de acessibilidade digital, como a possibilidade de ampliação ou redução de letras, uso de contraste, tradução do conteúdo em Libras. O Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas para acompanhamento discente e docente das rotinas acadêmicas também é acessibilizado para pessoas com deficiência visual. Além da disponibilização de equipamentos de acesso à internet, hardwares e software na biblioteca para leitor de textos próprios para pessoas com deficiência visual.

14.10. Política de Acompanhamento de Egressos

A Política de Acompanhamento dos Egressos de cursos de graduação e de pós-graduação da Ufopa é normatizada pela Resolução Consepe nº 432, de 27/08/2024, seguindo os princípios e valores institucionais, traçando um perfil de egressos pautado na sólida formação técnico-científica inovadora, cultural e humanística.

A política tem por finalidade planejar e executar um conjunto de ações destinadas ao acompanhamento do itinerário profissional, social e acadêmico do egresso de graduação e de pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*), na perspectiva de identificar sua relação com a sociedade, de um modo geral, e com o mundo do trabalho, de modo mais específico, e, a partir daí, aperfeiçoar suas ações de ensino, pesquisa, extensão, inovação, políticas afirmativas e administração, em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da Ufopa.

Estabelece diretrizes e mecanismos de acompanhamento de ex-discentes para conhecer os seus perfis, as suas necessidades, expectativas e buscar novas formas de comunicação e atuação institucionais para estabelecer uma relação mais integrada e duradoura com o processo de aprendizagem e com o sucesso acadêmico, profissional e social de egressos da Instituição, contribuindo com sua inserção no mundo do trabalho e em atividades sociais que visem a sua participação em processos de transformação da realidade social, como a inserção em coletivos e associações que lutam por direitos humanos, por um mundo sustentável do ponto de vista ambiental, mais justo e igualitário.

A execução da política é orientada por três eixos: participação dos egressos na vida da Universidade; avaliação que o egresso e a sociedade manifestam sobre a graduação ou curso/programa de pós-graduação cursados na Ufopa e a inserção do

egresso no mundo do trabalho, de forma mais específica, e na sociedade, de forma mais ampla.

Destaca-se como instrumentos da política o desenvolvimento de plataforma de acompanhamento de egressos que conta com diversas finalidades, a pesquisa sobre informações e opiniões de egressos e ações para aproximação com o mundo do trabalho.

Nesse sentido, a Ufopa poderá atuar como uma rede de inserção profissional, com o objetivo de auxiliar o egresso na indicação de novos cursos, possibilidades de concursos, formação continuada, informação sobre mercado de trabalho, entre outras ações. Os egressos serão convidados a participar nas ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, mantendo um sentimento de pertencimento institucional.

14.11. Apoio à participação em atividades de Iniciação Científica

O caráter interdisciplinar da universidade não permite distinção das atividades de ensino, pesquisa e extensão, cabendo a articulação constante desses três eixos.

A organização da pesquisa e da extensão no curso de Licenciatura em Letras Libras se implementa por programas, projetos interdisciplinares e multiculturais, aos quais se vinculam docentes, discentes e egressos do curso, com vista à interação entre as linhas de pesquisa do curso em atendimento às demandas sociais.

De acordo com as metas estabelecidas no PDI, estimulam-se atividades de pesquisa e extensão por docentes e discentes. Com apoio das Pró-Reitorias de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (Proppit) e Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão (Procce) e a mediação de programas como: Pibic, Pivic, Pibex e PEEEx diversos projetos orientados por docentes do curso foram postos em funcionamento, tanto na oferta de formação continuada para professores da região quanto na qualificação de discentes do curso em determinadas modalidades de ensino.

Para viabilizar a interligação da extensão e em consonância com a missão e os objetivos da Universidade Federal do Oeste do Pará, o curso de Licenciatura em Letras Libras possibilita, em conformidade com as resoluções do trabalho docente na Ufopa, até 20h semanais (50%) da carga horária do docente para atividades dessa dimensão.

A proposta curricular do curso prevê o contato do discente, desde o início do curso com a realidade na qual atuará profissionalmente, por meio das Atividades de Extensão, que se oferecem como nova dinâmica. Tal contato se dará na observação, participação, vivência, acompanhamento e desenvolvimento de atividades pedagógicas, reunindo experiências e uso dos conhecimentos adquiridos ao longo da formação. Para tanto, faz-se necessário articular as atividades curriculares em torno da solução de problemas reais, em que docentes e discentes buscam na integração entre ensino e pesquisa subsidiar as ações de extensão do curso, pensando num processo indissociável que “viabiliza a relação transformadora entre Universidade e sociedade”, e se apresenta como “a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico” (FORUMDIR, 2003, p. 28).

É, portanto, parte indispensável do pensar e do fazer universitário na produção de saberes científicos, tecnológicos, culturais, artísticos, históricos, sociológicos e filosóficos, com objetivo de interligar a universidade às demandas da sociedade.

14.11.1. Programa de Iniciação Científica

A Ufopa propõe a pesquisa como meio de produção e circulação de conhecimentos científicos, tecnológicos, artísticos e culturais, sempre articulado ao ensino e à extensão. A produtividade acadêmica deve estar de acordo com a realidade regional, contribuindo para melhoria da qualidade e condições de vida da sociedade amazônica.

As políticas de pesquisa da Ufopa buscam o fortalecimento dos grupos de pesquisa da instituição e a criação de novos grupos, bem como o estímulo a cursos de pós-graduação de mestrado e doutorado e de estágios de pós-doutorado. A instituição fomenta pesquisas atrativas que viabilizem o interesse de pesquisadores de outras instituições, promovendo intercâmbios científicos e tecnológicos cooperativos.

Como estratégia de qualificar a graduação, o curso de Licenciatura em Letras Libras incentiva projetos que envolvam a integração entre a educação básica e a educação superior por meio de ações de iniciação científica.

A regulamentação de cadastro de atividades de pesquisa e extensão ocorreu em 2015 com a Resolução Consun nº 84/2015, que dispõe sobre atribuição de carga horária para pesquisa, e a Resolução nº 108, de 8 de abril de 2015, que aprova a

Política Institucional de Extensão da Ufopa (atualizada pela Resolução nº 254, de 2 de julho de 2018).

PARTE III: ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO CURSO

15. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA-ADMINISTRATIVA

15.1. Direção do instituto

O Instituto é a Unidade Acadêmica, com dotação orçamentária, à qual o curso está vinculado; a gestão executiva contempla diretor(a) e vice-diretor(a) e colegiado com representação de docentes, discentes, e de técnicos em assuntos educacionais.

15.2. Coordenação de curso

15.2.1. Atuação da coordenação do curso

A coordenação do curso é composta por dois docentes eleitos/indicados pelo colegiado do curso, sendo um coordenador e um coordenador adjunto. As atribuições constam em normativas específicas.

15.2.2. Regime de trabalho da coordenação do curso

A coordenação do curso atua com dedicação de 20 horas para o(a) coordenador(a) e 15 horas para o(a) coordenador(a) adjunto ou vice coordenador(a), conforme descrito no Plano Acadêmico da Ufopa. Em caso de alterações nas respectivas resoluções, o curso fará as adequações necessárias a respeito da carga horária para Coordenação e Coordenação adjunta.

15.3. Coordenação/Secretaria Acadêmica

O atendimento ao curso é realizado pelos Técnicos em Assuntos Educacionais e Assistentes Administrativos por meio da Gestão Acadêmica do Iced, localizada no 3º andar, Bloco H, Unidade Rondon, de segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 22h.

Quadro 21 - Corpo técnico – Iced/Ufopa

Servidor(a)
Aldo Sousa Campos
Walter Lopes de Sousa
Adriana Lopes da Silva
André Augusto Ramos Pinheiro Lemos
Andreia Sousa Duarte
Juscelino Ferreira

Rita Maria Melo Neves
Soemira Pena
Elenise Pinto de Arruda
Núbia Maria Silva de Santana

15.4. Secretaria executiva

A secretaria executiva atua junto a direção do Instituto de Ciências da Educação e presta apoio, de natureza administrativa funcional, a todos os cursos.

Quadro 22 - Secretaria executiva – Iced/Ufopa

Servidor(a)
Sérgio Palma
Jéssica Sampaio
Marília Corrêa

15.5. Órgãos colegiados

O colegiado do curso de Licenciatura em Letras Libras do Iced/Ufopa é composto pelos docentes vinculados ao curso, representação de técnicos com um membro, que também assessora o curso e compõe a da gestão acadêmica e representação discentes, com participação de um membro por turma em andamento do curso. As reuniões ocorrem ordinariamente todo mês, sempre antecedendo as reuniões do Conselho da Unidade, e extraordinariamente sempre que convocada pelo presidente do colegiado (coordenação ou, na sua ausência, vice-coordenação). As decisões para encaminhamentos são tomadas por votação, com maioria simples dos presentes (50%+1).

16. CORPO DOCENTE

16.1. Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante é composto conforme normatização do Ministério da Educação, por meio da Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes). Por definição, é constituído por um grupo de docentes para o acompanhamento acadêmico, atuando no processo de concepção, consolidação e constante atualização do PPC. No curso de Licenciatura em Letras Libras segue a normativa, tendo o seu NDE composto por 5 docentes e, conforme o Art. 3º da referida resolução, deve ser constituído da seguinte forma:

- I- ser constituído por um mínimo de 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso;
- II- ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu,
- III- ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral;
- IV- assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso.

Desse modo, o NDE do curso de Licenciatura em Letras Libras do Iced/Ufopa atende as determinações, tendo a proposta de participação no momento da elaboração deste PPC dos docentes descritos no quadro a seguir.

Quadro 29 - Composição do NDE

Docente	Regime	Titulação
Hector Renan da Silveira Calixto	DE	Doutorado
Daiane Pinheiro	DE	Doutorado
Eleny Brandao Cavalcante	DE	Doutorado
Carina da Silva Mota	DE	Doutorado
Thaisy Bentes de Souza	DE	Mestrado

Esse grupo de professores tem como atribuição as seguintes:

- ✓ Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- ✓ Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão previstas no PPC;

- ✓ Incentivar o desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, conforme as demandas dos discentes, das normativas referentes ao curso e das políticas públicas que envolvem a área de Letras.
- ✓ Zelar pelo cumprimento das DCNs do Curso de Licenciatura em Letras;
- ✓ Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado do Curso, sempre que necessário;
- ✓ Realizar constante avaliação e acompanhamento das atividades previstas no PPC, com vistas a ajustes necessários ou adequações de estratégias;
- ✓ Promover a integração e interdisciplinaridade do curso, respeitando os eixos presentes no PPC.

Os docentes que integram o NDE são indicados pelo Colegiado, prezando-se sempre pela não renovação total do grupo. As reuniões ordinárias do NDE ocorrem de 2 em 2 meses, e as extraordinárias sempre que necessário para deliberações a respeito das demandas do curso.

16.2. Docentes por Titulação e Regime de Trabalho

Compõem o quadro docente do curso de Licenciatura em Letras Libras do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará os docentes abaixo indicados, conforme titulação e regime de trabalho. Cabe ressaltar que três dos quatro docentes com titulação de mestre estão em fase de doutoramento com conclusão prevista antes de 2026.

Quadro 24 - Corpo docente do curso

Nº	Docente	Titulação	Área de formação	Regime de trabalho
1	Carina da Silva Mota	DR	Graduação: Letras - Libras. Mestrado: Mestrado em Educação. Doutorado: Letras: Linguística e Teoria Literária.	DE
2	Daiane Pinheiro	DR	Graduação: Educação Especial. Mestrado: Extensão Rural / Educação Doutorado: Educação	DE
3	Eleny Brandão Cavalcante	DR	Graduação: Pedagogia Mestrado: Educação	DE

			Doutorado: Educação	
4	Hector Renan da Silveira Calixto	DR	Graduação: Pedagogia / Educação Especial / Letras - Libras Mestrado: Educação, Cultura e Comunicação Doutorado: Educação na Amazônia	DE
5	Heliana Maria Cunha Aguiar	ME	Graduação: Educação Física Mestrado: Educação	DE
6	Kassya Christinna Oliveira Rodrigues	DR	Graduação: Pedagogia / Psicologia Mestrado: Educação Doutorado: Educação	DE
7	Thaisy Bentes de Souza	ME	Graduação: Letras e Literaturas da Língua Portuguesa. Mestrado: Estudos de Tradução	DE

1.1 Percentual de doutores e mestres

O corpo docente do curso de licenciatura em Letras Libras do Iced/Ufopa está constituído de 7¹ docentes, dos quais cinco são doutores (71%) e dois são mestres (29%). Cabe ressaltar uma das docentes está em processo de doutoramento, com previsão de finalização em 2027. Ressalta-se que além do próprio curso, os docentes atendem as demandas de todas as licenciaturas do Iced e de algumas de outras Unidades da Ufopa na oferta de disciplinas de Libras.

16.3. Docentes por componente

Quadro 25 - Corpo docentes responsável pelas respectivas disciplinas

Docente	Componentes Curriculares
1. Carina da Silva Mota	ENSINO DE LIBRAS COMO L2 – II ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 3 LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS III LEXICOGRAFIA DA LIBRAS ESTUDOS TEMÁTICOS EM LINGUÍSTICA DE LÍNGUAS DE SINAIS
2. Daiane Pinheiro	ESTUDOS SURDOS FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL REPRESENTAÇÃO E AUTOREPRESENTAÇÃO DA SURDEZ ESTUDOS TEMÁTICOS EM ESTUDOS SURDOS

¹ Considera-se a necessidade de concurso para docentes das demais áreas do curso.

3. Eleny Brandão Cavalcante	ENSINO DE LIBRAS COMO L2 – I ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 1 LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS IV POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS E EDUCACIONAIS PARA SURDOS NO BRASIL ESTUDOS TEMÁTICOS EM EDUCAÇÃO DE SURDOS
4. Hector Renan da Silveira Calixto	EDUCAÇÃO DE SURDOS E NOVAS TECNOLOGIAS LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS I LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS V CONVERSAÇÃO EM LIBRAS PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO LIBRAS ACADÊMICA
5. Heliana Maria Cunha Aguiar	CORPOREIDADE E LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO DE PESSOAS SURDAS METODOLOGIA DO TRABALHO ACADÊMICO
6. Kassya Christinna Oliveira Rodrigues	AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM CONSTITUIÇÃO PSICOLÓGICA DO EU- OUTRO SURDO
7. Thaisy Bentes de Souza	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 2 ESTUDOS DA TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUAS DE SINAIS LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS II LÍNGUAS DE SINAIS E MINORIAS SURDAS LÍNGUAS DE SINAIS E EDUCAÇÃO DE MIGRANTES SURDOS NOÇÕES DE LÍNGUAS DE SINAIS INTERNACIONAIS
8. CONCURSO 1	INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS FONÉTICA E FONOLOGIA DAS LÍNGUAS MORFOSSINTAXE DAS LÍNGUAS SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA DAS LÍNGUAS
9. CONCURSO 2	ENSINO DE LIBRAS COMO L1 – I ENSINO DE LIBRAS COMO L1 – II LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA SURDOS I LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA SURDOS II ENSINO E APRENDIZAGEM DE LIBRAS POR MEIO DE NOVAS TECNOLOGIAS
10. CONCURSO 3	DIDÁTICA DIDÁTICA DE EDUCAÇÃO DE SURDOS PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS EM LIBRAS SURDOCEGUEIRA E ESCOLARIZAÇÃO
11. CONCURSO 4	INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DE LITERATURA ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 4 LITERATURA SURDA I LITERATURA SURDA II ESTUDOS TEMÁTICOS EM LITERATURA DE LÍNGUAS DE SINAIS
12. CONCURSO 5	AQUISIÇÃO DA LÍNGUA DE SINAIS ESCRITA DE SINAIS LINGÜÍSTICA APLICADA AO ENSINO DE LÍNGUAS

	ESCRITA DE SINAIS II
13. OUTROS CURSOS	EDUCAÇÃO AMBIENTAL EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO GESTÃO DE SISTEMAS E UNIDADES ESCOLARES LITERATURAS INDÍGENAS LITERATURAS NEGRAS PLANEJAMENTO, CURRÍCULO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM POLÍTICA E LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA INGLÊS INSTRUMENTAL EM LIBRAS

Obs: no momento de elaboração deste documento, áreas de atuação no curso estão sem docente, em virtude da necessidade de ampliação do quadro docente, e estão indicadas por "CONCURSO".

16.4. Experiência profissional do docente

Os docentes do curso de Licenciatura em Letras Libras do Iced/Ufopa possuem experiência profissional nas suas respectivas áreas de conhecimento e formação, o que permite que atuem nos componentes curriculares com conhecimentos de situações reais e utilização de exemplos contextualizados. Assim, a experiência dos docentes está demonstrada no quadro a seguir.

Quadro 26 - Experiência profissional geral do corpo docente

Nº	Docente	Experiência Profissional (anos)
1.	Carina da Silva Mota	16
2.	Daiane Pinheiro	20
3.	Eleny Brandão Cavalcante	18
4.	Hector Renan da Silveira Calixto	23
5.	Heliana Maria Cunha Aguiar	36
6.	Kassya Christinna Oliveira Rodrigues	17
7.	Thaisy Bentes de Souza	18

16.5. Experiência no exercício da docência superior

Os docentes do curso de Licenciatura em Letras Libras do Iced/Ufopa possuem experiência na docência superior, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 27 - Experiência do corpo docente na docência superior

Nº	Docente	Experiência Educ. Sup. (anos)
8.	Carina da Silva Mota	17
9.	Daiane Pinheiro	16
10.	Eleny Brandão Cavalcante	15
11.	Hector Renan da Silveira Calixto	14
12.	Heliana Maria Cunha Aguiar	33
13.	Kassya Christinna Oliveira Rodrigues	17
14.	Thaisy Bentes de Souza	11

A experiência do corpo docente permite que o curso possa identificar as dificuldades dos discentes. Além disso, os docentes demonstram habilidades de exposição dos conteúdos em linguagem aderente às características de cada turma, com apresentação de exemplos contextualizados com os conteúdos dos respectivos componentes curriculares. O curso incentiva e valoriza a elaboração de atividades específicas para a promoção da aprendizagem de discentes com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, tendo a utilização dos resultados dessas avaliações como elemento direcionador para a redefinição de suas práticas docentes nos respectivos semestres. O corpo docente demonstra excelência nas lideranças, a exemplo dos grupos de pesquisa desenvolvidos e demonstrados neste PPC, assim como reconhecimento por sua atuação e produção, exemplificados na participação nas instâncias deliberativas na Ufopa, em Comissões e Comitês internos e externos.

16.6. Experiência no exercício da docência na educação básica

Parte do corpo docente do curso de Licenciatura em Letras Libras do Iced/Ufopa, conforme apresentado no quadro a seguir, possui experiência de docência na educação básica. A ausência da experiência dos demais pode se dar pelo fato da área de Libras estar em processo de consolidação, como fortalecimento na educação básica a partir de 2015 com a Lei Brasileira de Inclusão, momento em que a maioria do corpo docente já atuava no ensino superior.

Quadro 28 - Experiência do corpo docente no exercício da docência na educação básica

Nº	Docente	Experiência Educ. Básica (anos)
1.	Carina da Silva Mota	2 anos
2.	Daiane Pinheiro	-
3.	Eleny Brandão Cavalcante	4 anos
4.	Hector Renan da Silveira Calixto	-
5.	Heliana Maria Cunha Aguiar	-
6.	Kassya Christinna Oliveira Rodrigues	-
7.	Thaisy Bentes de Souza	7 anos

A experiência do corpo docente na educação básica não se restringe a atuação em sala de aula, tendo integrantes que já fizeram parte da gestão escolar (diretores e vice-diretores) e da gestão de sistemas públicos de ensino (coordenação de área e secretaria de educação). Assim, possui experiência na docência da educação básica, o que fomenta no âmbito do curso ações identificam as dificuldades dos discentes em formação e a elaboração de atividades contextualizadas para superar essas dificuldades. A exposição dos conteúdos que envolvem a prática pedagógica, especialmente no contexto das disciplinas práticas e dos estágios, é realizada com uma linguagem que permite à turma compreender e vislumbrar a atuação com os conteúdos e situações reais. Tal característica só é possível pela existência da experiência desses docentes na educação básica.

16.7. Plano de qualificação e formação continuada

O curso de Licenciatura em Letras Libras do Iced/Ufopa tem como princípio o incentivo a qualificação do corpo docente, seguindo as normativas e resoluções da Ufopa, com previsões de afastamentos no Plano Anual de Qualificação Docente do Iced. Além da qualificação docente em programas de pós-graduação no Brasil e em outros países, a Ufopa busca soluções internas por meio de política e incentivo à capacitação de servidores.

16.8. Apoio a participação em eventos

O apoio à participação dos docentes em eventos científicos parte da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (Progep), Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação Tecnológica (Proppit) e da Pró-reitoria de Ensino de Graduação (Proen). O curso também se organiza para que os docentes participem dos eventos sem interferir nas aulas programadas para o semestre, a fim de proporcionar a formação continuada ao mesmo tempo que se preocupa com a formação inicial dos discentes.

16.9. Incentivo a formação e atualização docente

Os docentes, quando informam ao colegiado do curso sua intenção de participar de programas de qualificação (mestrado, doutorado, pós-doutorado, aprimoramento), passam a compor o Plano de Qualificação Docente do ano seguinte, sendo realizado planejamento para que outros docentes de áreas afins assumam as disciplinas, de modo a propiciar a dedicação integral do docente à sua qualificação, com liberação total das atividades acadêmicas pelo tempo que for permitido pela legislação vigente. Ainda, também se realiza o planejamento para participação em atividades de capacitação, com período de 15 dias a 3 meses, conforme normativa da Ufopa e a Legislação vigente.

16.10. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica

Quadro 29 - Produção científica do corpo docente (2018 – 2023), conforme *currículo lattes*

	Docente	Artigo s	Livros	Capítulos de livros	Org. eventos	Orientações		
						Grad.	Mest.	Dout.
1.	Carina da Silva Mota	2	1	-	9	5	-	-
2.	Daiane Pinheiro	2	2	12	16	5	-	-
3.	Eleny Brandao Cavalcante	5	1	8	5	6	5	-
4.	Hector Renan da Silveira Calixto	15	5	7	2	10	-	-
5.	Heliana Maria Cunha Aguiar	1	-	2	11	20	-	-
6.	Kassya Christinna Oliveira Rodrigues	6	2	10	10	1	-	-
7.	Thaisy Bentes de Souza	13	6	13	26	10	-	-

PARTE IV: INFRAESTRUTURA

17. INSTALAÇÕES GERAIS

O Instituto de Ciências da Educação (Iced), unidade acadêmica à qual o Curso de Licenciatura em Letras Libras se vincula, conta com um prédio no qual funcionam os espaços administrativos incluindo a sala de coordenação e de gestão acadêmica, salas de aula, laboratórios e auditórios; conta, ainda, com outros prédios menores, nos quais além das salas de aula, laboratórios, um hall no andar térreo, bastante amplo, cantina e restaurante, banheiros em todos os andares do bloco H e em dois dos blocos localizados no térreo. Há uma biblioteca setorial e um anfiteatro com instalações próprias e para uso coletivo dos cursos de licenciatura que funcionam na unidade Rondon/Iced.

18. SALAS DE AULA

O curso dispõe de pelo menos três salas de aulas e três laboratórios de informática, usados em atividades de ensino, pesquisa e extensão compartilhadas com os demais cursos do Iced. As salas de aula têm capacidade para pelo menos trinta alunos, sendo compartilhadas em horários diurnos com outros cursos de licenciatura do Iced.

As salas com menos capacidade estão no andar térreo. Todas têm indicação de piso tátil, para o trânsito de alunos com deficiência visual. Dispõem de *datashow* ou televisores, armário, mesa, cadeira estofada para o professor e cadeiras escolares individuais para os alunos com apoio para escrever. As salas passam por limpeza diária feita por equipe contratada.

Para as atividades acadêmicas externas (especialmente os estágios supervisionados), o curso utiliza os espaços escolares públicos, decorrente das parcerias estabelecidas para esta finalidade. A biblioteca do curso é a mesma que atende aos demais cursos no campus.

19. SALA COLETIVA DE PROFESSORES

Os professores dispõem de três salas amplas com gabinete de trabalho seccionado e nomeado, localizadas no segundo pavimento do prédio H da Unidade Rondon da Ufopa, com acesso por escada e elevador. As salas são climatizadas, com iluminação natural e artificial, satisfatórias e passam por limpeza diária feita por equipe contratada.

A Sala 1, com 115,55m², comporta 10 gabinetes com 22 estações de trabalho; a sala 2, com 175,92m², comporta 11 gabinetes com 32 estação de trabalho; a Sala 3, com 70,5m², comporta sete gabinetes e 19 estações de trabalho. Cada estação de trabalho está equipada com bancada de seis gavetas, armário para uso pessoal, cadeira e computador com acesso à internet. As salas dispõem, ainda, de três gabinetes de orientação acadêmica (5,81m²).

20. ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DO CURSO

O coordenador compartilha uma sala com cerca de 15m². Não há técnicos ou bolsistas atuando nesse espaço. O modelo de secretaria do Instituto de Ciências da Educação prevê o atendimento a alunos e professores por meio da equipe de Gestão Acadêmica, que funciona em sala única, com quatro técnicos. A secretaria executiva dá suporte ao trabalho de todas as coordenações, contando com dois técnicos e um bolsista.

O espaço de funcionamento da coordenação, gestão acadêmica e secretaria executiva é amplo, bem localizado, com ventilação natural e refrigerados. A sala da coordenação do curso de Licenciatura em Letras Libras dispõe de um computador com uma mesa e cadeiras para atendimento de professores e alunos.

O atendimento da Gestão Acadêmica e da Secretaria Executiva é em tempo integral diurno. Em todos os espaços, há pelo menos um computador por funcionário, localizado sob mesas individuais de trabalho. A iluminação é suficiente e proporcional aos espaços e a limpeza diária é feita por equipe contratada. Todos os aspectos citados proporcionam comodidade e conforto aos professores e funcionários.

21. AUDITÓRIOS E VIDEOCONFERÊNCIAS

Na unidade Rondon, onde funciona o curso de Licenciatura em Letras Libras do Iced, há o auditório “Wilson Fonseca”, com capacidade para 120 pessoas, e o miniauditório do Iced, sala HA1, com capacidade para 100 pessoas. O primeiro é de responsabilidade do Cerimonial e o segundo, do Iced. Ambos estão em boas condições, contando com *Datashow*, quadro branco, mesa e armário. As reservas com antecedência de 48 horas, sendo necessária a assinatura de um termo de responsabilidade de uso dos auditórios.

Ainda, a Unidade Tapajós possui auditório compartilhado com toda Ufopa, sendo utilizado pelo curso em demandas de eventos locais, regionais, nacionais e internacionais. O Auditório Tapajós possui capacidade para 597 pessoas, podendo ser dividido, com 311 lugares no Lado 1 e 286 Lugares no Lado 2.

O Auditório do Núcleo Tecnológico de Bioativos (NTB) também é utilizado para atividades, principalmente de divulgação de resultados de pesquisa e minicursos ou oficinas no âmbito do curso. Esse auditório tem capacidade para 60 pessoas.

Algumas salas de reuniões são utilizadas para videoconferências, podendo ser demandadas pelo curso. Na Unidade Tapajós a Sala 432 tem capacidade para 15 pessoas, e o Miniauditório (Sala 447) com capacidade para 60 pessoas. O uso dos espaços na Unidade Tapajós é realizado mediante reserva junto ao Cerimonial, com antecedência de 48 horas, sendo necessária a assinatura de um termo de responsabilidade de uso dos auditórios.

22. BIBLIOTECA

A Ufopa possui um Sistema Integrado de Bibliotecas (Sibi) que atende as unidades na sede e demais campi. O Sistema de Bibliotecas tem por objetivo coordenar as atividades e criar condições de funcionamento sistêmico das bibliotecas da Ufopa, oferecendo suporte informacional ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e extensão.

A Ufopa utiliza o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, que disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil a produção científica nacional e internacional, com acervo de mais de 35 mil títulos com texto completo, 130 bases referenciais, 11 bases dedicadas a

patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.

O Sistema de Bibliotecas está estruturado para atendimento à comunidade acadêmica e à comunidade externa de segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 22h e aos sábados, das 8h às 12h. O atendimento inclui:

- ❖ Consulta local (acesso livre à comunidade interna e externa)
- ❖ Empréstimo domiciliar
- ❖ Orientação à pesquisa bibliográfica
- ❖ Serviço de guarda-volumes
- ❖ Orientação à normalização de trabalhos acadêmico-científicos
- ❖ Acesso à Internet
- ❖ Elaboração de ficha catalográfica
- ❖ Orientação ao acesso no Portal de Periódicos Capes

22.1. Bibliografia básica por unidade curricular

Os docentes do curso construíram as ementas com a bibliografia básica recomendada de três livros considerando o acervo disponível na Biblioteca, e utilização de títulos disponíveis em bibliotecas virtuais. Além disso, os docentes elaboram material de referência, publicados em formato eletrônico (livros e artigos) para uso no curso.

23. LABORATÓRIOS

23.1. Políticas de utilização dos laboratórios

Os laboratórios utilizados pelo curso de Licenciatura em Letras Libras seguem as orientações emanadas pela legislação educacional, pelos documentos internos da Ufopa e as demandas do curso, visando atender as necessidades discentes e docentes.

O curso conta com um Laboratório Pedagógico, uma Brinquedoteca e três Laboratórios de Informática (Labin1, Labin2 e Labin3).

23.1.1. Laboratório de Libras

O Laboratório de Libras ainda é um espaço pleiteado pelo colegiado do curso. Busca-se um espaço com equipamentos de gravação de vídeo, com boa iluminação, climatizado e confortável. Equipado com televisores, computadores, mesas de estudo, quadro branco, tela de projeção e equipamentos para gravação (fundo e iluminação). O laboratório ficará sob coordenação de um docente do curso e colaboração de um bolsista. Qualquer atividade desenvolvida no laboratório deverá ser agendada junto à coordenação do laboratório, informando o evento, a finalidade e os recursos do laboratório a serem utilizados.

23.1.2. Laboratórios de Informática

Os laboratórios de informática são compartilhados entre todos os cursos do Instituto de Ciências da Educação, sendo disponibilizados conforme as demandas de cada um e do planejamento de cada docente para sua utilização.

Os laboratórios Labin-01, Labin-02 e Labin-03 são vinculados ao Programa de Ciências Exatas do Iced. O Labin-01 conta com 30 computadores para uso exclusivo de atividades de ensino. Já o Labin-02 é equipado com 24 computadores para uso em atividades de pesquisas e de extensão. O Labin-03 possui 50 computadores, para aulas de âmbito geral.

Os 104 computadores são da marca HP, com processadores AMD Phenom™ II X4 de 3.20 GHz, memória RAM de 4,00 GB, HD de 500 GB e Sistema Operacional (Linux e Windows 7) de 64 Bits, com teclado, mouse e monitor HP LED de 17". Os computadores dos três laboratórios estão conectados à internet, através de uma rede de fibra óptica, o que garante altas taxas de velocidade para download e upload.

24. ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

Para as atividades que demandam computadores, utilizam-se, para apoio aos projetos de pesquisa, ensino e extensão, os laboratórios de informática Labin1, com 30 máquinas, e Labin2, com 24. O Labin3, com 50 máquinas, para aulas gerais. Os computadores são da marca HP, com processadores AMD Phenom™ II X4 de 3.20 GHz, memória RAM de 4,00 GB, HD de 500 GB e Sistema Operacional (Linux e

Windows 7) de 64 Bits, com teclado, mouse e monitor HP LED de 17". Os equipamentos estão conectados à internet por fibra óptica, o que garante altas taxas de velocidade para download e upload. Nos computadores estão instalados softwares tais como Geogebra, WxMaxima, SciLab e PhET Colorado, e 64 licenças do software MATLAB. O acesso à internet é feito por login e senha pessoal do acadêmico, o mesmo utilizado para acessar o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA/Ufopa.

25. CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS / PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Considera-se neste item do PPC as pessoas com necessidades especiais aquelas que possuem alguma condição permanente ou transitória que requer atendimento específico, a exemplo: membros superiores ou inferiores imobilizados, gravidez, movimentação com criança de colo, entre outros. Quando se trata de Pessoas com Deficiência (PcD), refere-se à pessoa que possui alguma deficiência como característica, a exemplo: surdos, cegos, baixa visão, usuários de cadeira de rodas, entre outros. No entanto, se tratando do aspecto educacional, compreende-se que o termo Necessidade Educacionais Especiais é o que abrange tanto o público de PcDs quanto aqueles que não possuem deficiência, mas apresentam questões na aprendizagem, a exemplo: altas habilidades / superdotação; dislexia; discalculia, entre outros.

O curso de licenciatura em Letras Libras do Iced/Ufopa funcionará no prédio situado na Avenida Marechal Rondon, s/n. Bairro Caranazal. O prédio atende às normas gerais e critérios de acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A estrutura possui elevadores e rampas de acesso a todos os setores da instituição, dentre eles salas de aula, bibliotecas, auditórios, laboratórios, áreas de lazer e sanitários. Os banheiros são adaptados e seguem o padrão legal.

Após participação de representantes da Ufopa no Seminário Incluir, em Brasília (ano de 2013), foi feita socialização das informações no Seminário de Acessibilidade no âmbito da Ufopa e, em seguida, instituído o Grupo de Trabalho (GT) Pró-acessibilidade, Portaria nº 1.293, de 12 de agosto de 2013, com a participação de setores estratégicos, incluindo as unidades acadêmicas e administrativas da Ufopa e, posterior, realização de reuniões periódicas e seminários específicos.

Em abril de 2014, foi instituído o Núcleo de Acessibilidade da Ufopa. Este núcleo tem como objetivos instituir políticas institucionais de acessibilidade no âmbito da universidade.

26. COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) em Humanos da Ufopa foi criado pela Portaria nº 43 / 2019 –, de 20 de dezembro de 2019. Trata-se de colegiado interdisciplinar e independente, cuja existência é imperativa nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos. Aprovado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), no mês de fevereiro de 2021, o CEP / Ufopa tem por objetivo defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade de acordo com padrões éticos. O comitê apresenta relatórios semestrais e no mínimo doze pareceres a cada ano.

27. INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA

A segurança da universidade é de responsabilidade da Coordenação de Segurança, vinculada à Superintendência de Infraestrutura (Sinfra), que planeja, coordena, executa e avalia ações relativas à segurança patrimonial e comunitária da Ufopa.

A unidade Rondon, onde o curso de Licenciatura em Letras Libras funcionará, é cercada por muros em todos os lados, com cerca metálica na parte superior, atingindo altura de dois metros. Há apenas duas formas de acesso: a entrada principal, na frente do campus, com guarita com vigilância 24 horas e dois portões, um de pedestres e outro de veículos. Na parte de trás do campus, há um portão de entrada de veículos que só se abre quando é estritamente necessário.

No intuito de contribuir para a segurança da instituição, foram instaladas na Unidade Rondon câmeras em diversos pontos, as quais são monitoradas por um servidor designado para tal tarefa. A vigilância é caracterizada pela presença ostensiva de pessoa qualificada em vigília, em área específica, durante determinado tempo, com objetivo de desmotivar ações lesivas ao patrimônio da universidade e proporcionar segurança aos usuários do serviço público e servidores. Na guarita de acesso à unidade Rondon, há dois postos de serviço funcionando 24 horas,

envolvendo oito vigilantes armados, dois por turno, em jornada de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso (regime 12 x 36). Há, ainda, um posto de 24 horas, fixo, e um posto rondante de 12 horas (diurno), ambos com jornada de trabalho de 12 x 36 horas.

PARTE V: REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

O curso atende a Resolução CNE/CES 18, de 13 de março de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras. Foram consideradas as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, de 2015, assim como a BNCC e a LDB para a concepção das ementas e do fluxo formativo do licenciado em Letras Libras.

O curso atende às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004, por meio do componente curricular Relações Étnico-raciais e pelo fomento de ações de pesquisa e extensão que envolvem a temática, assim como recomendações do NDE para tratar o tema de forma transversal, especialmente nos componentes que tratam de políticas públicas, didática e práticas de ensino.

As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP Nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP Nº 1, de 30/05/2012, são contempladas de forma transversal nos componentes curriculares, especialmente nos componentes que tratam de políticas públicas, didática e práticas de ensino, intensificando a necessidade de uma atuação docente que leve em consideração os princípios dos direitos humanos. Além disso, também atende às diretrizes pelo fomento de ações de pesquisa e extensão que envolvem a temática.

A Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, é considerada tanto na formação do Pedagogo, com componentes curriculares que integram discussões e reflexões a esse respeito (Educação Especial e Inclusiva) quanto no atendimento aos discentes do curso pelo Núcleo de Acessibilidade da Ufopa. Ainda, quando identificado discentes com TEA (autodeclarado ou por laudo), os mesmos são encaminhados para atendimento pelo Núcleo de Acessibilidade, assim como elaboração de relatório descritivo das especificidades para aprendizagem do respectivo discente.

A titulação do corpo docente atende o que é preconizado pelo Art. 66 da Lei N°9.394, de 20 de dezembro de 1996, conforme demonstrado no item 3 da Parte III deste PPC.

O NDE do curso atende a Resolução CONAES N° 1, de 17/06/2010, sendo composto em sua integralidade por professores efetivos com formação *Strictu Sensu* e Dedicção Exclusiva.

O curso tem a carga horária de 3.400 horas, com 200 horas acrescidas do mínimo exigido para os cursos de licenciatura. O tempo de integralização está de acordo com as resoluções em vigor, com o mínimo de quatro anos ou oito semestres.

Conforme indicado na seção 9 da parte III, a acessibilidade é garantida às pessoas com mobilidade reduzida ou com deficiência. O curso também contempla acessibilidade de PcD por meio das cotas específicas nos Processos Seletivos, assim como incentiva a participação dos docentes do curso nas formações continuadas oferecidas pela Ufopa e outras instituições sobre o ensino para pessoas público-alvo da educação especial da educação superior.

Também se atende ao Decreto 5.626/2005, que cria o próprio curso de Licenciatura em Letras Libras. Também pelo fomento de atividades de pesquisa e extensão que envolvem a temática e a promoção de eventos que permitem a difusão da Libras e dos aspectos educacionais dos seus principais usuários, os surdos.

O curso apresenta componente para reflexão e práticas voltadas à educação ambiental, conforme demonstrado no ementário. A temática é tratada não apenas no contexto da disciplina, mas por meio de projetos de pesquisa e extensão, conforme indicado neste PPC, além de visitas a espaços para educação ambiental e a promoção de ações que difundem a consciência ambiental e a sustentabilidade.

Ainda, o curso atende às determinações da Formação de Professores, como a Resolução CNE/CP N° 2, de 1° de julho de 2015 para formação inicial em nível superior e formação continuada e a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, especialmente no que se refere às temáticas necessárias na formação do Licenciado em Letras Libras e na distribuição das cargas horárias para os núcleos ou grupos de conhecimentos, atividades práticas, estágios e atividades de extensão.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Nadja Maria Souza et al. O que aprendemos com Mariana? A importância de nomes, lugares e afetos. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 22, e00002, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/asoc/a/NGbPGwLnkkpXph4fFQqLcRM/?lang=pt>.

BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.

Resolução nº 01. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Brasília, 17 de julho de 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Superior. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Parecer nº492 de 3 de abril de 2001. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei10436.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira** 9.394. Brasília, 1996.

BRASIL. Lei Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei10436.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.085/2009.** Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa, por desmembramento da Universidade Federal do Pará - UFPA e da Universidade Federal Rural da Amazônia - Ufra, e dá outras providências. Brasília, 5 de novembro de 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Decreto nº 7.234.** Dispões sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília, 19 de julho de 2010.

BRASIL. **Parecer CNE/CES 492/2001.** Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. **Resolução CNE/CES 18, de 13 de março de 2002.** Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras. Brasília: MEC, 2002.

BRASIL. **Resolução MEC/CNE/CSE nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CP nº 4, de 16 de fevereiro de 2024.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada de professores da educação básica. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, n. 35, p. 46–48, 20 fev. 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-4-de-16-de-fevereiro-de-2024-541265301>.

ONU. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/onu.php>. Acesso em 8 jul. 2008.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos: Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nova Iorque: UNESCO, 1998.

QUADROS, R.M; KARNOPP L.B. Língua brasileira de sinais: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de surdos**: A aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SKLIAR, Carlos. Sobre o currículo na educação dos surdos. Espaço, Rio de Janeiro, n.8, p. 38-43, 1997.

UNESCO. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). Declaração de Salamanca de princípios, política e prática para as necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994

UNESCO. **Declaración mundial sobre la educación superior en el siglo XXI: visión y acción**. Paris: Unesco, 1998. Disponível em: http://www.Unesco.org/education/educprog/wche/declaration_spa.htm#marco. Acesso em 15 jan. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) - 2019 a 2023**. Santarém: Ufopa, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. **Resolução Consepe nº 331, de 28 setembro 2020**. Aprova o Regimento de Graduação da Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém: Ufopa, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. **Resolução Consepe nº 401, de 07 de março de 2023**. Regulamenta o registro e a inclusão da extensão universitária nos currículos dos cursos de graduação da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Santarém: Ufopa, 2023.

DADOS DO COMPONENTE								
Nome do Componente:		FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO						
Código do componente: *IN Proen 05/2024		SLIB001						
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):		1º Semestre						
Relação do componente com a estrutura curricular:		Obrigatório						
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/ Orientação	Total	EaD	Presencial
	DISCIPLINA	60	0	-----	-----	60	15	45
*Observar a IN Proen 03/2023. Os campos tracejados não devem ser preenchidos.								
EQUIVALÊNCIAS								
Código	Nome do Componente Curricular						CH	
EMENTA / DESCRIÇÃO:								
O pensamento filosófico sobre a sociedade, o conhecimento e a educação. A educação como prática fundamental da existência histórica – social, cultural e política. A educação e os diferentes períodos históricos.								
BIBLIOGRAFIA								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA (min. 3, máx. 5): LUCKESI, Cipriano Carlos. Filosofia da Educação. 19ª edição. São Paul: Cortez, 1994. PAVIANE, Jayme. Problemas de Filosofia da Educação. 5ª Ed. Petrópolis, 1990. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação? SP: Brasiliense, 2006								
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8): GILES, Thomas Ransom, Filosofia da Educação. São Paulo: EPU, 1983. GUIRALDELI JÚNIOR, Paulo. Filosofia da Educação. São Paulo: Ática, 2006. MÉZÁROS, István. A crise do Capital. São Paulo: Boitempo, 2009. MÉZÁROS, István. A Educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005. SAVIANI, Demerval. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 38 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.								

DADOS DO COMPONENTE								
Nome do Componente:		METODOLOGIA DO TRABALHO ACADÊMICO						
Código do componente: *IN Proen 05/2024		SLIB002						
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):		1º Semestre						
Relação do componente com a estrutura curricular:		Obrigatório						
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/ Orientação	Total	EaD	Presencial
	DISCIPLINA	30	30	-----	-----	60	15	45
*Observar a <u>IN Proen 03/2023</u> . Os campos tracejados não devem ser preenchidos.								
EQUIVALÊNCIAS								
Código		Nome do Componente Curricular					CH	
EMENTA / DESCRIÇÃO:								
Orientações metodológicas para o estudo e para a produção de trabalhos acadêmicos, incluindo: o fichamento, a monografia, o memorial, entre outros.								
BIBLIOGRAFIA								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA (min. 3, máx. 5): KÖCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. RUDIO, F. V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 43. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. 12. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009 OLIVEIRA, Silvio Luiz. Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.								
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8): BASTOS. C. L. Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica. 29. ed. Petrópolis. RJ: Vozes. 2015.								

DADOS DO COMPONENTE								
Nome do Componente:		LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS I						
Código do componente: <u>*IN Proen 05/2024</u>		SLIB004						
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):		1º Semestre						
Relação do componente com a estrutura curricular:		Obrigatório						
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/ Orientação	Total	EaD	Presencial
	DISCIPLINA	30	30	-----	-----	60	15	45
*Observar a <u>IN Proen 03/2023</u> . Os campos tracejados não devem ser preenchidos.								
EQUIVALÊNCIAS								
Código	Nome do Componente Curricular						CH	
EMENTA / DESCRIÇÃO:								
Desenvolvimento da competência comunicativa em Libras em diferentes contextos de uso social da língua. Estudo de aspectos culturais dos surdos no Brasil. Produção, compreensão e análise de narrativas em Libras. Conhecimentos básicos sobre os fundamentos linguísticos da Libras. Aplicação de análises linguísticas em nível fonético-fonológico e morfológico. Descrição básica de pessoas e cenários. Narrativas pessoais simples.								

*Observar a IN Proen 03/2023. Os campos tracejados não devem ser preenchidos.		
EQUIVALÊNCIAS		
Código	Nome do Componente Curricular	CH
EMENTA / DESCRIÇÃO:		
Introdução aos estudos surdos e suas interfaces. Estudos da Diferença. Estudos culturais e interculturais, língua, linguística com interfaces. Panorama geral sobre as pesquisas no campo dos estudos surdos. Estudos Surdos e suas interfaces com História, Sociologia e Psicologia. Políticas públicas e movimentos políticos das comunidades surdas e o papel dos Estudos Surdos.		

DADOS DO COMPONENTE	
Nome do Componente:	EDUCAÇÃO DE SURDOS E NOVAS TECNOLOGIAS
Código do componente: <u>*IN Proen 05/2024</u>	SLIB006
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):	1º Semestre

Relação do componente com a estrutura curricular:		Obrigatório						
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/ Orientação	Total	EaD	Presencial
	DISCIPLINA	30	0	-----	-----	30	8	22
*Observar a IN Proen 03/2023. Os campos tracejados não devem ser preenchidos.								
EQUIVALÊNCIAS								
Código	Nome do Componente Curricular					CH		
EMENTA / DESCRIÇÃO:								
Sociedade em rede e as tecnologias da comunicação e informação. Redes colaborativas de aprendizagem. Ensino Híbrido e Metodologia Ativa na Aprendizagem no contexto da sociedade da informação. Acessibilidade linguística na educação de surdos por meio de/e nas bases de sistemas de informação. Potencialidades e complexidades do uso de TICs na educação de surdos. Tecnologia Assistiva para Surdos.								
BIBLIOGRAFIA								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA (min. 3, máx. 5): CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 17. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2016. KENSKI, VANI MOREIRA. Tecnologias e ensino presencial a distância. Campinas, SP: Papirus, 2008. MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos Tarcísio, Behrens, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas: Papirus, 2014. 173 p. GOMES, Cristiane G.; FERNANDES, Edilson (org.). Tecnologias e educação de surdos: inclusão, acessibilidade e práticas docentes. Curitiba: CRV, 2020.								
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8): BACICH, Lilian; NETO, Adolfo Tanzi; TREVISANI Fernando de Mello (Orgs). Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso, 2015. e-PUB. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584290499/cfi/6/2!/4/4@0:0 NASCIMENTO, Grazielly Vilhalva Silva do. Para ler vozes na tela: a escola como potencializadora das legendas como recurso de acessibilidade para surdos (Tese de Doutorado). COSTA, Karla de Oliveira; PERLIN, Gladis. Educação de surdos e tecnologias: experiências visuais de aprendizagem. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. LODI, Ana Claudia Bortolozzi; HADDAD, Sylvia C. L. Tecnologias assistivas e práticas pedagógicas na educação bilíngue de surdos. São Paulo: Cortez, 2021. VIEIRA, Sônia L. da S.; ALMEIDA, Gláucia S. Libras e tecnologia: práticas pedagógicas acessíveis com o uso de vídeos e aplicativos. <i>Revista SINESP</i>, São Paulo, n. 60, p. 45–58, 2021.								

DADOS DO COMPONENTE								
Nome do Componente:		ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 1						
Código do componente: *IN Proen 05/2024		SLIB007						
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):		1º Semestre						
Relação do componente com a estrutura curricular:		Obrigatório						
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/ Orientação	Total	EaD	Presencial
	ATIVIDADE COLETIVA - ESTÁGIO	30	33		7	70	0	70
*Observar a IN Proen 03/2023. Os campos tracejados não devem ser preenchidos.								
EQUIVALÊNCIAS								
Código	Nome do Componente Curricular						CH	
EMENTA / DESCRIÇÃO:								
Estágio supervisionado: legislação vigente. Concepções de estágio supervisionado no âmbito acadêmico e formação docente. Tipos de estágio. Observação no campo de estágio: procedimentos e objetivos. Observação e relato de práticas pedagógicas de Libras como L1, L2 e artefatos culturais, artísticos, literários e históricos das comunidades surdas. Conhecimento da realidade escolar para a preparação de materiais didáticos para o ensino de Libras como L1 ou como L2 e dos artefatos históricos culturais das comunidades surdas.								
BIBLIOGRAFIA								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA (min. 3, máx. 5):								

BRANCO, B. Literatura e recursos didáticos na educação de surdos. *Línguas & Letras*, [S. l.], v. 25, n. 58, 2024. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/xmlui/handle/prefix/15378>.

PERRENOUD, P. A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

PIMENTA, G. S.; LIMA, M. S. L. Estágio e Docência. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FERNANDES, Eloir; PIMENTA, Silvana A. *A docência em Libras e o estágio supervisionado: olhares sobre a prática e a formação*. In: SOUSA, Veruska R. et al. (org.). Educação bilíngue de surdos: práticas e desafios contemporâneos. Belém: Editora da UFPA, 2020. p. 187–204.

QUADROS, Ronice Müller de; SCHMIEDT, Magali Rosa. *Estágio e formação de professores de Libras e para surdos: perspectivas bilíngues*. In: QUADROS, Ronice Müller de (org.). Políticas linguísticas na atualidade: a Libras e o contexto educacional dos surdos. Florianópolis: Insular, 2012. p. 155–172.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8):

BUENO, J. G. S. Educação especial brasileira: questões conceituais e de atualidade. São Paulo: EDUC - Editora da PUC/SP, 2011. v. 1.

SOARES, Maria Aparecida leite. A Educação do Surdo no Brasil. Campinas: Autores Associados, EDUSF, 1999.

PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? São Paulo: Cortez, 2005.

ALMEIDA, M. I.; PIMENTA, S. G. (Orgs.) Estágios supervisionados na formação docente: Educação Básica e Educação de Jovens e Adultos. São Paulo: Cortez, 2014.

SUTTON-SPENCE, Rachel. Literatura em libras [livro eletrônico]; 1. ed. Petrópolis, RJ: Editora Arara Azul, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/259641>.

GOMES, Cristiane G.; FERNANDES, Edilson. *Estágio supervisionado na formação de professores de Libras: um olhar crítico sobre os saberes docentes*. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 25, n. 1, p. 145–162, 2019.

DADOS DO COMPONENTE

Nome do Componente:	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS II							
Código do componente: *IN Proen 05/2024	SLIB008							
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):	2º Semestre							
Relação do componente com a estrutura curricular:	Obrigatório							
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/Orientação	Total	EaD	Presencial
	DISCIPLINA	30	30	-----	-----	60	15	45

*Observar a IN Proen 03/2023. Os campos tracejados não devem ser preenchidos.

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

Desenvolvimento da competência comunicativa em Libras, com ênfase nos gêneros textuais do domínio científico e acadêmico. Produções de narrativas pessoais. Uso do corpo e do espaço para estabelecimento de referentes. Aplicação de análises linguísticas em nível sintático e semântico pragmático. Noções introdutórias da fonética e fonologia da Libras. Introdução ao estudo do gênero poético em Libras.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (min. 3, máx. 5):

KARNOPP, L. B.; QUADROS, R. M. de. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURÍCIO, Aline Cristina Lofrese. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira – Libras. v.II. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado, 2013.

ALBRES, N. de A.; NEVES, S. L. G. De sinal em sinal: comunicação em Libras para aperfeiçoamento do ensino dos componentes curriculares. São Paulo: Duas Maços, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8):

DINIZ, H. G. A história da língua de sinais brasileira (libras): um estudo descritivo de mudanças fonológicas e lexicais. In: QUADROS, R. M.; STUMPF, M. R.; LEITE, T. A. Estudos da Língua Brasileira de Sinais I. Florianópolis. Ed. Insular. 2013.

PIMENTA, Nelson. Poesia: A árvore de natal em LSB. Livro digital em DVD. Ed. LSB, 2005.

SEGALA, S. R.; KOJIMA, C. K. Língua Brasileira de Sinais: a imagem do pensamento. São Paulo. Ed. Escala. 2012.

DADOS DO COMPONENTE								
Nome do Componente:		INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DE LITERATURA						
Código do componente: <i>*IN Proen 05/2024</i>		SLIB010						
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):		2º Semestre						
Relação do componente com a estrutura curricular:		Obrigatório						
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/ Orientação	Total	EaD	Presencial
	DISCIPLINA	60	0	-----	-----	60	15	45
*Observar a <u>IN Proen 03/2023</u> . Os campos tracejados não devem ser preenchidos.								
EQUIVALÊNCIAS								
Código		Nome do Componente Curricular					CH	
EMENTA / DESCRIÇÃO:								
Origens e periodização da Literatura Portuguesa. A Literatura Portuguesa Medieval: a poesia trovadoresca e a poética dos cancioneiros. A Literatura do século XV e o29 nascimento da prosa literária: os cronicões e as novelas de cavalaria. A prosa Quinhentista: a crônica palaciana e a prosa doutrinária. O teatro popular de Gil Vicente. O Classicismo e a obra épica e lírica de Camões. Aspectos estéticos do Barroco. Arcadismo: a obra de Bocage. Reflexões sobre a prática do ensino de literatura na educação básica: planos e estratégias de execução pedagógica do ensino de Literatura.								
BIBLIOGRAFIA								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA (min. 3, máx. 5): AMORA, Antônio Soares. Presença da Literatura Portuguesa – Era Clássica. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.								

MOISÉS, Massaud. A Literatura Portuguesa. 37. ed. São Paulo: Cultrix, 2010.
SARAIVA, A.J.; LOPES, Óscar. História da Literatura Portuguesa. 15. ed. Porto: Porto Editora, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8):

BRAGA, Teófilo. História da literatura portuguesa I – Renascença. Mira-Sintra – Mem Martins: Publicações Europa-América, s.d.
MOISÉS, Massaud. A literatura portuguesa através de textos. São Paulo: Cultrix, 1997. (Dir.) A literatura portuguesa em perspectiva – Classicismo, Barroco, Arcadismo (vol. 2). São Paulo: Atlas, 1993.
SARAIVA, António José. História da Cultura em Portugal. (vol. II). Lisboa: Gradiva, 1995.
RODRIGUES, António Medina et. al. Literatura Portuguesa. São Paulo: Ática, 2010.
CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

DADOS DO COMPONENTE

Nome do Componente:	PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM							
Código do componente: *IN Proen 05/2024	SLIB011							
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):	2º Semestre							
Relação do componente com a estrutura curricular:	Obrigatório							
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/Orientação	Total	EaD	Presencial
	DISCIPLINA	60	0	-----	-----	60	15	45

*Observar a IN Proen 03/2023. Os campos tracejados não devem ser preenchidos.

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

A psicologia como estudo científico. A Psicologia aplicada à Educação e seu papel na formação do professor. As correntes psicológicas que abordam a evolução da Psicologia da Educação. A contribuição das teorias do desenvolvimento e aprendizagem ao processo ensino aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (min. 3, máx. 5):

BARROS, Célia Silva Guimarães. Pontos de Psicologia do desenvolvimento. 12.ed. São Paulo, Ática, 2004. 44
BOCK, Ana Mercês Bahia, FURTADO. Odair & TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi, Psicologia – Uma introdução ao estudo de PSICOLOGIA. 13ª ed. São Paulo, Ed. Saraiva, 1999.
GOULART, Íris Barbosa. Psicologia da Educação: Fundamentos teóricos e aplicações a prática pedagógica. Petrópolis. Vozes, 1987.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8):

DAVIS, Cláudia e OLIVEIRA, Zilma. Psicologia na Educação. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1993.
FERREIRA. May Guimarães. Psicologia Educacional: Análise Crítica. São Paulo. Cortez, 1987.
CÓRIA - SABINI, Maria Aparecida. Psicologia do Desenvolvimento. 2ª. ÁTICA, 2007
MACIEL, Ira Maria (Organizadora) Psicologia e Educação: Novos Caminhos para Formação. Rio de Janeiro, Ed. Ciência Moderna, 2001.
OLIVEIRA, Marta Kohl de. VYGOTSKY: Aprendizado e desenvolvimento, um processo sóciohistórico. 4.ed. São Paulo, Scipione, 2003.

DADOS DO COMPONENTE

Nome do Componente:	FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL							
Código do componente: *IN Proen 05/2024	SLIB012							
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):	2º Semestre							
Relação do componente com a estrutura curricular:	Obrigatório							
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/Orientação	Total	EaD	Presencial
	DISCIPLINA	60	0	-----	-----	60	15	45

*Observar a IN Proen 03/2023. Os campos tracejados não devem ser preenchidos.

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

Conhecimentos teóricos sobre os fundamentos da Educação Especial no mundo e no Brasil. Marcos históricos e políticos que balizaram a inclusão educacional a Educação Especial, contextualizando conceitos acerca do público alvo da educação e especial.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (min. 3, máx. 5):

JANUZZI, G. M. de. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas – SP. Autores associados. 2004.

PINHEIRO, D; FREIRE, A. S; CALIXTO, H. R. Inclusão educacional e as interfaces com a Educação Especial. Colares, M. L. I & Calixto, H. (Org). Curso de Pedagogia: leituras formativas. pp (125-140). Rovisan Diagramação & Artes Gráficas, Santarém-PA. 2021.

GARCIA, R. M. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. Revista Brasileira de Educação, 18(52), 101-239. 2013. DOI: 10.1590/S1413-24782013000100007

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8):

AINSCOW, M. Promoting inclusion and equity in education: lessons from international experiences. Nordic Journal of Studies in Educational Policy, 6(1), 7-16. 2020. DOI: 10.1080/20020317.2020.1729587.

CORRÊA, M. A. M. Educação Especial. Volume 1 – Módulos 1 a 4. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ. 2004.

SKLIAR, C. A invenção e a exclusão da alteridade “deficiente” a partir dos significados da normalidade. In: Educação e Realidade, Porto Alegre, v.24, n.2, jul./dez., 1999. p. 15 –32.

RODRIGUES, D. Equidade e Educação Inclusiva. Porto: Profedições. 2013.

GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G. Krob (orgs). Caminhos pedagógico da educação especial. 7. Ed. Vozes, 2011.

DADOS DO COMPONENTE

Nome do Componente:	POLÍTICA E LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA							
Código do componente: *IN Proen 05/2024	SLIB013							
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):	2º Semestre							
Relação do componente com a estrutura curricular:	Obrigatório							
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/Orientação	Total	EaD	Presencial
	DISCIPLINA	60	0	-----	-----	60	15	45

*Observar a IN Proen 03/2023. Os campos tracejados não devem ser preenchidos.

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

O estado, o direito e a organização da Educação. As políticas educacionais e a legislação brasileira na Educação Básica. A gestão escolar, as normas e os procedimentos administrativos. A Legislação e o contexto da Educação infantil, do Ensino Fundamental e Médio. Introdução às políticas educacionais voltadas para pessoas surdas.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (min. 3, máx. 5):

LIBÂNEO, José Carlos et. al. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. A Educação como Política Pública. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. (Col. Polêmicas do Nosso Tempo).

OLIVEIRA, Romualdo Portela de (org). Política educacional: impasses e alternativa. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8):

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 14 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BRASIL. LDB de 1996. FREITAG, Bárbara. Escola estado e sociedade. São Paulo: Centauro, 2005.

GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Trad. Galeno de Freitas. 45 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Educação e política no Brasil hoje. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SEVERINO, A J. Os embates de cidadania: ensaios de uma abordagem filosófica da nova LDB. In: BRZESZINSKI, I. (Org.). LDB Dez anos depois: reinterpretção sob diversos olhares. São Paulo: Cortez, 2008.

DADOS DO COMPONENTE

Nome do Componente:	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS III
Código do componente: *IN Proen 05/2024	SLIB014

DADOS DO COMPONENTE								
Nome do Componente:		AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM						
Código do componente: *IN Proen 05/2024		SLIB015						
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):		3º Semestre						
Relação do componente com a estrutura curricular:		Obrigatório						
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/ Orientação	Total	EaD	Presencial
	DISCIPLINA	60	0	-----	-----	60	15	45
*Observar a IN Proen 03/2023. Os campos tracejados não devem ser preenchidos.								
EQUIVALÊNCIAS								
Código	Nome do Componente Curricular						CH	
EMENTA / DESCRIÇÃO:								
Conhecimento dos estágios de desenvolvimento linguístico na criança. Cognição e linguagem. Contribuições metodológicas para o ensino. Natureza do conhecimento linguístico na criança. Universalidade e uniformidade na aquisição da linguagem. O papel da experiência na aquisição. O papel da primeira língua e do indivíduo na aquisição da segunda língua.								
BIBLIOGRAFIA								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA (min. 3, máx. 5): FINGER, Ingrid. e QUADROS, Ronice M. de. Teorias da aquisição da linguagem. Editora da UFSC. Florianópolis, SC. 2008. QUADROS, R. Educação de surdos: aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. SANTANA, Ana Paula. A idade crítica para a aquisição da linguagem. In: SANTANA, Ana Paula. Surdez e linguagem. São Paulo: Plexus, 2007.								
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5. máx. 8):								

QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, R. M. de; CRUZ, C. R. Línguas de Sinais: instrumentos de avaliação. Porto Alegre, Artmed, 2011.

FERNANDES, Eulalia. Aquisição e desenvolvimento de linguagem e cognição. In: FERNANDES, Eulalia (Org.). Linguagem e Surdez. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PIZZIO, A. L.; QUADROS, R. M. de. Aquisição de Língua de Sinais. Texto-base para o curso de licenciatura em Letras-Libras à distância. Florianópolis: UFSC. 2011

GROLLA, E. Aquisição da Linguagem. Texto Básico do Curso de Letras Libras. 2008.

SCARPA, Ester Mirian: Aquisição da linguagem. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs) Introdução à linguística: domínios e fronteiras. São Paulo: cortez, 2001. pág 203 – 232.

DADOS DO COMPONENTE								
Nome do Componente:		DIDÁTICA						
Código do componente: *IN Proen 05/2024		SLIB016						
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):		3º Semestre						
Relação do componente com a estrutura curricular:		Obrigatório						
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/ Orientação	Total	EaD	Presencial
	DISCIPLINA	40	20	-----	-----	60	15	45
*Observar a IN Proen 03/2023. Os campos tracejados não devem ser preenchidos.								
EQUIVALÊNCIAS								
Código		Nome do Componente Curricular					CH	
EMENTA / DESCRIÇÃO:								
O papel da Didática na formação e identidade docente. O cotidiano escolar, a ação docente e o projeto político pedagógico. Tendências da prática escolar. Currículo e conhecimento. A pesquisa como princípio educativo e formativo. O planejamento e a organização do processo de ensino-aprendizagem e a avaliação. O contexto da prática pedagógica e a dinâmica da sala de aula. A vivência e o aperfeiçoamento da didática na sala de aula. A visualidade surda como estratégia didática nos processos de ensino e aprendizagem. A construção de uma proposta pedagógica para o ensino das disciplinas Libras nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio.								
BIBLIOGRAFIA								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA (min. 3, máx. 5):								
ANDRADE, Michelli Eliane. A educação nos novos cenários econômicos e produtivos. In: Revista Pátio. Ano 4, número 13, jun/ago 2012.								
BASEGIO, Leandro Jesus. MEDEIROS, Renato da Luz. Fundamentos teóricos e metodológicos das Ciências Humanas. Curitiba: Ibepe, 2008.								
CAMPOS, Casemiro de Medeiros. Saberes docentes e autonomia dos professores. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.								
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8):								
BUSQUETS, Maria Dolors et all. Temas transversais em educação. São Paulo: Ática, 2000.								
CANDAU, Vera Maria. Rumo a uma nova didática. Petrópolis: Vozes, 2002.								
FAZENDA, Ivani. Práticas interdisciplinares na escola. São Paulo: Cortez, 2000.								
GANDIN, Danilo. Planejamento como prática educativa. São Paulo: Loiola, 2000.								
VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Técnicas de ensino: Por que não? Campinas: Papirus, 2000.								

DADOS DO COMPONENTE								
Nome do Componente:	MORFOSSINTAXE DAS LÍNGUAS							
Código do componente: *IN Proen 05/2024	SLIB017							
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):	3º Semestre							
Relação do componente com a estrutura curricular:	Obrigatório							
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/Orientação	Total	EaD	Presencial
	DISCIPLINA	60	0	-----	-----	60	15	45
*Observar a IN Proen 03/2023. Os campos tracejados não devem ser preenchidos.								
EQUIVALÊNCIAS								
Código	Nome do Componente Curricular						CH	

EMENTA / DESCRIÇÃO:

Apresentação da relação morfologia e sintaxe. Articulação de componentes gramaticais sob influência da interpretação semântica; ocorrências de relações anafóricas e não-anafóricas em períodos inseridos em contextos linguísticos e extralinguísticos. Funções sintáticas nas orações simples; estruturação sintagmática. Funções sintáticas nas orações complexas; Fenômenos de recursividade. Sistemas de correspondência – condicionamento léxico e condicionamento gramatical; grupos de correspondência total: topicalização, transposição adverbial, transposição de predeterminantes e clivagem; Estratos sintático, semântico e informativo. Aplicação morfossintática na perspectiva da linguística textual: a co-referenciação; construção de sentidos no texto; elementos determinantes da coesão e da coerência textuais.

BIBLIOGRAFIA**BIBLIOGRAFIA BÁSICA** (min. 3, máx. 5):

BENTES, Anna Christina. Linguística Textual. In: MUSSALIN, Fernanda e BENTES, Anna Christina: Introdução à Linguística: domínios e fronteiras. V. 1 – São Paulo: Cortez, 2001.
 MACAMBIRA, José Rebouças. A Estrutura morfo-sintática do Português: Aplicação do Estruturalismo. 2. ed. São Paulo, Pioneira, 1974.
 SOUZA e SILVA, Maria Cecília P. de, KOCH, I. G. V. Linguística aplicada ao Português: sintaxe. 10. ed. São Paulo; Cortez, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8):

KOCH, I. G. V. Argumentação e Linguagem. São Paulo, Cortez Editora, 1992.
 KOCH, I. G. V. O texto e a construção de sentidos. São Paulo: Contexto, 1997.
 PERINI, Mário A. Gramática Descritiva do Português. São Paulo. Ática, 2000. Complementar:
 MONDADA, Lorenza. Pour une linguistique interactionnelle. In: Marges Linguistiques – n. 1, mai 2001 (www.marges-linguistiques.com).
 ROJO, Guillermo. Aspectos básicos da sintaxis funcional. In: Cadernos de Linguística, n. 4, Málaga: Libéria Agora, S.A. 1983, 75-102.

DADOS DO COMPONENTE

Nome do Componente:	FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS						
Código do componente: *IN Proen 05/2024	SLIB018						
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):	3º Semestre						
Relação do componente com a estrutura curricular:	Obrigatório						
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA				MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/Orientação	Total	EaD Presencial
	DISCIPLINA	60	0	-----	-----	60	15 45

*Observar a IN Proen 03/2023. Os campos tracejados não devem ser preenchidos.

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

Aspectos Históricos, políticos e legais sobre a educação de Surdos. Modelos educacionais na educação de surdos. Cultura e Identidades surdas. Aspectos Históricos, políticos e legais sobre a educação de Surdos. Estudos sobre os efeitos de abordagens de ensino na educação de Surdos, Oralismo, comunicação Total e Bilinguismo. Cultura e Identidades surdas.

BIBLIOGRAFIA**BIBLIOGRAFIA BÁSICA** (min. 3, máx. 5):

LOPES, M. C. Surdez e Educação. 1. Ed. Autentica, Porto Alegre, 2007.
 STROBEL, K. História dos surdos: representações mascaradas das identidades surdas. In QUADROS, R. PERLIN, G. Estudos Surdos. Petrópolis: Arara Azul, 2006.
 PERLIN, G.; STROBEL, K. L. História Cultural dos Surdos: desafios contemporâneos. Educar em Revista (Impresso), v. 296, p. 17-31, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8):

ATAS: Congresso de Milão [de] 1880. Rio de Janeiro: INES, 2011. (Série Histórica do Instituto Nacional de Educação de Surdos).
 CAMPELLO, Ana Regina; REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. Educar em Revista, n. Especial 2, p. 71-92, 2014.
 STROBEL, Karin Lilian. Surdos: vestígios culturais não registrados na história. (Tese de Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Programa De Pós-Graduação Em Educação. Linha De Pesquisa Educação E Processos Inclusivos. Florianópolis, 2008.

DADOS DO COMPONENTE								
Nome do Componente:		LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS IV						
Código do componente: *IN Proen 05/2024		SLIB020						
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):		4º Semestre						
Relação do componente com a estrutura curricular:		Obrigatório						
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/ Orientação	Total	EaD	Presencial
	DISCIPLINA	30	30	-----	-----	60	15	45
*Observar a IN Proen 03/2023. Os campos tracejados não devem ser preenchidos.								
EQUIVALÊNCIAS								

Corporeidade, ludicidade e aspectos sócio-históricos nas concepções de ser humano. Corporeidade e Ludicidade no trabalho docente. Ludicidade e Movimento: a dança como expressão do corpo surdo. Corporeidade e linguagem: atividades lúdicas para o ensino de Libras.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (min. 3, máx. 5):

BONFIM, Patrícia Vieira; PEREIRA, Lúcia Helena Pena Pereira. Corporeidade e ludicidade no trabalho docente: o que dizem as educadoras? Fragmentos de cultura, Goiânia, v. 26, n. 3, p. 467-475, jul./set. 2016. Disponível em:

<<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/download/4571/2791>> Acesso em: 07 mai. 2019.

GÓES, A. P. M. V.; ANDRADE, R. D. A.; OLIVEIRA, R. C. Dançando ao som do silêncio: um estudo de caso. Fiep Bulletin - Online, Foz do Iguaçu, Special Edition-Article II, vol. 83, 2013. Disponível em: <https://www.fiepbulletin.net/fiepbulletin/article/view/276>. Acesso em: 13 mar. 2024.

PINTO, M.M.; SANTOS, L. F. A contribuição das brincadeiras para o aprendizado de Libras por crianças surdas. The Specialist, São Paulo, vol. 41, n. 01, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/esp/article/view/42412/31997>. Acesso em: 13 mar. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8):

SILVA, Gláucia Cristina da. Educação de surdos e corporeidade: práticas educativas na perspectiva bilíngue. Curitiba: Appris, 2021.

BENTO, Adriana. Libras e jogos teatrais: corporeidade, ludicidade e aprendizagem. Recife: EDUFPE, 2018.

FREIRE, João Batista. Educação de corpo inteiro. São Paulo: Scipione, 1997.

TAVARES, Gláucia Lima. Educação de surdos e expressão corporal: práticas visuais em contextos escolares. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

STROBEL, Kátia. Estudos surdos: sujeitos, educação e alteridade. Florianópolis: UFSC, 2009.

DADOS DO COMPONENTE

Nome do Componente:	AQUISIÇÃO DA LÍNGUA DE SINAIS							
Código do componente: *IN Proen 05/2024	SLIB024							
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):	4º Semestre							
Relação do componente com a estrutura curricular:	Obrigatório							
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/ Orientação	Total	EaD	Presencial
	DISCIPLINA	60	0	-----	-----	60	15	45

*Observar a IN Proen 03/2023. Os campos tracejados não devem ser preenchidos.

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

Aquisição da língua de sinais como primeira língua, discussões sobre o período crítico da aquisição da língua de sinais, estudos sobre os processos precoces e tardios da aquisição da língua de sinais, Aquisição da língua de sinais como segunda língua.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (min. 3, máx. 5):

PEREIRA, Rachel de Carvalho. Surdez: aquisição de linguagem e inclusão social. 2. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2015.

QUADROS, Ronice Muller de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SKLIAR, Carlos (org.) A surdez: um olhar sobre as diferenças. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.

GOLDFELD, Márcia. Aquisição da linguagem por crianças surdas. São Paulo: Plexus, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8):

GOES, Maria Cecília Rafael de. Linguagem, surdez e educação. 4.ed., rev. Campinas: Autores Associados, 2002. 97 p.

POERSCH, J. M. Atitudes e Aptidões no Ensino de Línguas: é possível alfabetizar em língua Estrangeira? Letras de Hoje, Porto Alegre, v.30, n.2, p. 193-205, junho 1995.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Aquisição da linguagem de sinais: uma introdução à Libras. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MARTINS, Sandra Patrícia; QUADROS, Ronice Müller de (orgs.). Aquisição da linguagem por crianças surdas: diferentes perspectivas. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

BRITTO, Júnia Lessa. Aquisição da linguagem: questões e análises. São Paulo: Cortez, 2003.

MOREIRA, Monica. A aquisição da Libras como L1: processos cognitivos e pedagógicos. Recife: UFPE, 2016.

DADOS DO COMPONENTE								
Nome do Componente:		EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS						
Código do componente: <u>*IN Proen 05/2024</u>		SLIB025						
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):		4º Semestre						
Relação do componente com a estrutura curricular:		Obrigatório						
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/ Orientação	Total	EaD	Presencial
	DISCIPLINA	60	0	-----	-----	60	15	45
*Observar a IN Proen 03/2023. Os campos tracejados não devem ser preenchidos.								
EQUIVALÊNCIAS								
Código	Nome do Componente Curricular						CH	
EMENTA / DESCRIÇÃO:								
As matrizes discursivas sobre raça: história e conceitos. Raça, racismo e racismo. O racismo, a escola e o livro didático. Trabalhar o racismo em sala de aula: estratégias de atuação e a legislação atual. História e cultura afro-brasileira e africana em sala de aula. A presença negra na Amazônia e a cultura afro-amazônica. Educação Escolar Quilombola.								
BIBLIOGRAFIA								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA (min. 3, máx. 5): ABREU, Hebe. MATTOS, Martha. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. In: Revista Estudos Históricos, 2008. ALBERTI, Verena e PEREIRA, Amílcar Araujo (orgs.) Histórias do movimento negro no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC/FGV, 2007. SCHWARCZ, Lília Moritz. “Gilberto Freyre: adaptação, mestiçagem, trópicos e privacidade em Novo Mundo nos trópicos”. In: Revista Mal estar na Cultura. Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFRGS, 2010								
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8): PEREIRA, Amílcar A. e MONTEIRO, Ana Maria (Orgs.) Ensino de História e Culturas AfroBrasileiras e Indígenas. Rio de Janeiro: Pallas, 2012. MATTOS, Hebe. “O ensino de história e a luta contra a discriminação racial no Brasil.” In: ABREU, Martha & SOIHET, Rachel (orgs.). Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003. HASENBALG, Carlos. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979. HENRIQUES, Ricardo. Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. Texto para discussão nº 807. Rio de Janeiro: Ipea, 2001. PAIXÃO, Marcelo & CARVANO, Luiz M. (Orgs.) Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil; 2007-2008. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2008.								

DADOS DO COMPONENTE								
Nome do Componente:		LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS V						
Código do componente: *IN Proen 05/2024		SLIB026						
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):		5º Semestre						
Relação do componente com a estrutura curricular:		Obrigatório						
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/ Orientação	Total	EaD	Presencial
	DISCIPLINA	30	30	-----	-----	60	15	45
*Observar a IN Proen 03/2023 . Os campos tracejados não devem ser preenchidos.								
EQUIVALÊNCIAS								
Código		Nome do Componente Curricular					CH	
EMENTA / DESCRIÇÃO:								
Corpo e espaço em contextos complexos, concretos e abstratos. Uso de termos técnicos em áreas específicas. Argumentação. Classificadores aplicados aos vários níveis de conhecimentos. Sinalização em nível avançado envolvendo situações planejadas e reais. A variação em Libras. Sinalização em nível avançado-conversação. Produção de discurso e textos visuais em Libras.								
BIBLIOGRAFIA								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA (min. 3, máx. 5): BERNARDINO, Elidéa Lúcia Almeida. O uso de classificadores na língua de sinais brasileira. ReVEL, v. 10, n. 19, 2012. [www.revel.inf.br]. FELIPE, T. A. 2001. LIBRAS em contexto: curso básico. Livro do professor. Brasília, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial.								

QUADROS, Ronice Muller, KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8):

FERREIRA-BRITO, L. (1995) Por uma gramática das línguas de sinais. Tempo Brasileiro. UFRJ. Rio de Janeiro.

ANDRADE, W. T. L. Variação fonológica da Libras: um estudo sociolinguístico de comunidades surdas da Paraíba. 2013. 140 p.

Tese (Doutorado em Linguística). Departamento de Linguística, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. 2.

FELIPE, T. A. 2001. LIBRAS em contexto: curso básico. Livro do professor. Brasília, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial.

CAMPELLO, A. R. S. Aspectos da visualidade na educação de surdos. 2008. 245f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

BARBOSA, Saulo Xavier. Classificadores na Libras: uma abordagem semântico-morfológica. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

DADOS DO COMPONENTE

Nome do Componente:	LINGUÍSTICA APLICADA AO ENSINO DE LÍNGUAS							
Código do componente: *IN Proen 05/2024	SLIB027							
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):	5º Semestre							
Relação do componente com a estrutura curricular:	Obrigatório							
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/Orientação	Total	EaD	Presencial
	DISCIPLINA	60	0	-----	-----	60	15	45

*Observar a IN Proen 03/2023. Os campos tracejados não devem ser preenchidos.

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

Estudo de teorias e princípios de Linguística Aplicada e sua relação com o ensino e aprendizagem de línguas. Análise de instrumentos de geração e análise de dados para a pesquisa em Linguística Aplicada em diferentes contextos.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (min. 3, máx. 5):

ALMEIDA FILHO, Jose Carlos Paes de. Linguística aplicada: ensino de línguas & comunicação. 4.ed. Campinas, SP: Artelingua: Pontes, 2011. 111p.

BATTISTI, Juliana. Linguística aplicada ao ensino do português [recurso eletrônico] / Juliana Battisti, Bibiana Cardoso da Silva. – Porto Alegre: SAGAH, 2017. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595020634/cfi/1!4/4@0.00:30.9>

CAVALCANTE, Marilda C.; SIGNORINI, Ines. Linguística aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas. Campinas: Mercado das Letras, 2004. 215p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8):

COUTO, Hildo Honório do. Ensaios de linguística aplicada ao português. Brasília, DF: Thesaurus, 1981. 146p.

LOPES, Luiz Paulo da Moita. Por uma linguística aplicada indisciplinar. São Paulo: Parábola, 2006. 279p.

VANDRESEN, Paulino, BOHN, Hilário Inácio. Tópicos de linguística aplicada: o ensino de línguas estrangeiras. Florianópolis, SC: Ed. UFSC, 1988. 333p.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Linguística aplicada: uma abordagem sociocultural. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Por uma linguística crítica. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

ROJO, Roxane. Letramentos múltiplos, escola e inclusão social. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

DADOS DO COMPONENTE

Nome do Componente:	ENSINO DE LIBRAS COMO L1 – I							
Código do componente: *IN Proen 05/2024	SLIB028							
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):	5º Semestre							
Relação do componente com a estrutura curricular:	Obrigatório							
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/Orientação	Total	EaD	Presencial
	DISCIPLINA	40	20	-----	-----	60	15	45

*Observar a IN Proen 03/2023. Os campos tracejados não devem ser preenchidos.

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH
--------	-------------------------------	----

DADOS DO COMPONENTE								
Nome do Componente:		DIDÁTICA DE EDUCAÇÃO DE SURDOS						
Código do componente: *IN Proen 05/2024		SLIB029						
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):		5º Semestre						
Relação do componente com a estrutura curricular:		Obrigatório						
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/Orientação	Total	EaD	Presencial
	DISCIPLINA	40	20	-----	-----	60	15	45
*Observar a IN Proen 03/2023. Os campos tracejados não devem ser preenchidos.								
EQUIVALÊNCIAS								
Código		Nome do Componente Curricular					CH	
EMENTA / DESCRIÇÃO:								
Teorias da aprendizagem e educação de surdos. Planejamento e ação educacional. A experiência visual dos surdos e as implicações didáticas. Propostas do MEC para a educação de surdos. Relações educacionais: professor-aluno, teoria-prática, escola-sociedade, conteúdo método. A dinâmica em sala de aula. Desenvolvimento curricular. Elaboração e utilização de materiais didáticos.								
BIBLIOGRAFIA								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA (min. 3, máx. 5): CORAZZA, S. M. Planejamento de ensino como estratégia de política cultural. In: MOREIRA, PERLIN, G. Surdos: cultura e Pedagogia. In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (Org.) A Invenção da Surdez II: Espaços e tempos de aprendizagem na educação de surdos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. SILVEIRA, C. H. O Currículo de Língua de Sinais e os professores surdos: poder, identidade e cultura surda. In: QUADROS, Ronice; PERLIN, Gládis (Orgs.). Estudos Surdos II. Rio de Janeiro, Editora Arara, 2007.								
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8): CASTRO, Amelia Domingues de Carvalho; PEREZ, Anna Maria Pessoa; GIL, Daniel. Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e média. São Paulo: São Paulo: Cengage Learning, 2015. OLIVEIRA, José Carlos de. Didática e Educação de Surdos. Sistema Universidade Aberta do Brasil, Unicentro. Guarapuava: NEAD/UAB. SANTOS, Ana Maria Rodrigues. Planejamento, avaliação e didática [recurso eletrônico] / Cengage Learning. – São Paulo, SP : Cengage Learning, 2016. SKLIAR, Carlos (org.). Atualidade da educação bilíngue para surdos. Porto Alegre: Mediação, 1999								

STROBEL, Kátia. Educação de surdos: construindo caminhos bilíngues. Petrópolis: Vozes, 2009.

DADOS DO COMPONENTE								
Nome do Componente:		ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 2						
Código do componente: *IN Proen 05/2024		SLIB030						
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):		5º Semestre						
Relação do componente com a estrutura curricular:		Obrigatório						
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/ Orientação	Total	EaD	Presencial
	ATIVIDADE COLETIVA - ESTÁGIO	40	59	-----	11	110	0	110
*Observar a IN Proen 03/2023. Os campos tracejados não devem ser preenchidos.								
EQUIVALÊNCIAS								
Código	Nome do Componente Curricular						CH	
EMENTA / DESCRIÇÃO:								
Estágio supervisionado: legislação vigente. Concepções de estágio supervisionado no âmbito acadêmico e formação docente. O currículo na educação de surdos. Exercício de práticas e concepções de linguagem e ensino nos processos de ensino da Libras como L1 para pessoas surdas. Aplicação de estratégias e metodologias no ensino de Libras como L1.								
BIBLIOGRAFIA								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA (min. 3, máx. 5): ALBRES, Neiva de Aquino. Ensino de Libras: aspectos históricos e sociais para a formação didática de professores. Curitiba: Appris, 2016. GESSER, A. O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender Libras. São Paulo: Parábola Editorial, 2012. PERRENOUD, P. A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.								
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8): BUENO, J. G. S. Educação especial brasileira: questões conceituais e de atualidade. São Paulo: EDUC - Editora da PUC/SP, 2011. v. 1. SOARES, Maria Aparecida leite. A Educação do Surdo no Brasil. Campinas: Autores Associados, EDUSF, 1999. PIMENTA, G. S.; LIMA, M. S. L. Estágio e Docência. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012. PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? São Paulo: Cortez, 2005. ALMEIDA, M. I.; PIMENTA, S. G. (Orgs.) Estágios supervisionados na formação docente: Educação Básica e Educação de Jovens e Adultos. São Paulo: Cortez, 2014.								

DADOS DO COMPONENTE								
Nome do Componente:		ENSINO DE LIBRAS COMO L2 – I						
Código do componente: *IN Proen 05/2024		SLIB031						
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):		6º Semestre						
Relação do componente com a estrutura curricular:		Obrigatório						
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/ Orientação	Total	EaD	Presencial
	DISCIPLINA	30	30	-----	-----	60	15	45
*Observar a IN Proen 03/2023. Os campos tracejados não devem ser preenchidos.								
EQUIVALÊNCIAS								
Código	Nome do Componente Curricular						CH	
EMENTA / DESCRIÇÃO:								
Abordagens e metodologias no ensino-aprendizagem de segunda língua. Língua estrangeira, segunda língua e língua adicional. O ensino de língua de sinais e a variação linguística. Aspectos temáticos, estruturais, linguísticos e a funcionalidade dos textos nos diferentes contextos sociais. Análise de materiais didáticos. Prática como componente curricular.								
BIBLIOGRAFIA								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA (min. 3, máx. 5): GESSER, A. Metodologia de ensino de Libras como L2. Material didático desenvolvido para o Letras Libras Ead. Florianópolis: UFSC, 2010. WILCOX, S. & WILCOX, P. P. Learning to see: teaching and learning American Sign Language as a second language. Washington DC: Gallaudet University Press. VENTURE, M. A. Tópicos de aquisição e ensino de língua estrangeira. São Paulo: Humanitas. 2008.								
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8): QUADROS, Ronice Müller de. Política linguística e educação de surdos: perspectivas para o ensino de Libras como L1 e L2. In: FERNANDES, Eulália (org.). Educação bilíngue: surdez e os espaços do bilingüismo. Brasília: MEC, 2006. SIGN languages and the Common European Framework of Reference for Languages. Pro-Sign. Disponível em: https://www.ecml.at/ECML-Programme/Programme2012-2015/ProSign/PRO-Sign-referencelevels/tabid/1844/Default.aspx. SILVA, L. da. A cognição e os princípios teóricos e metodológicos ao ensino de libras para ouvintes: orientações a professores iniciantes. Revista Linguagem em Foco, v. 12, n. 3, p. 197-218, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.46230/2674-8266-12-2630. SOARES, M. H. A.; PEREIRA, J. A. Apreendendo libras: uma segunda língua, uma nova cultura. Caminho Aberto, v. 1, ano 2, n. 2, p. 57-61, 2015. Disponível em: http://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/caminhoaberto/article/view/1658/pdf. SOUSA, A. N. de et al. Quadro de referência da libras como L2. Fórum Linguístico, v. 17, n. 4, p. 5488-5504, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/77339/45485.								

DADOS DO COMPONENTE								
Nome do Componente:		GESTÃO DE SISTEMAS E UNIDADES ESCOLARES						
Código do componente: *IN Proen 05/2024		SLIB032						
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):		6º Semestre						
Relação do componente com a estrutura curricular:		Obrigatório						
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/ Orientação	Total	EaD	Presencial
	DISCIPLINA	60	0	-----	-----	60	15	45
*Observar a <u>IN Proen 03/2023</u> . Os campos tracejados não devem ser preenchidos.								
EQUIVALÊNCIAS								
Código	Nome do Componente Curricular						CH	
EMENTA / DESCRIÇÃO:								
Escola como espaço de trabalho coletivo de reflexão e ação cotidiana. O projeto enquanto intervenção educativa. Projeto Pedagógico como instrumento teórico-metodológico de organização do trabalho pedagógico da sala de aula e da escola. Etapas de elaboração, acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico.								
BIBLIOGRAFIA								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA (min. 3, máx. 5):								
LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão escolar: teoria e prática. 4ª ed. Goiânia: Editora alternativa, 2001.								
OLIVEIRA, D. A.; ROSAR, M. de F. F. (orgs.) Política e gestão da educação. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2010.								

VEIGA, I. P. (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 13ª ed. Campinas: Papyrus, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8):

AGUIAR, M. A. Formação em gestão escolar no Brasil nos anos 2000: políticas e práticas. In: RBPAE – v.27, n.1, p. 67-82, jan./abr. 2011.

ALONSO, M. O Papel do Diretor na Administração Escolar. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1988. BASTOS, João Baptista (org).

Gestão democrática. Rio de Janeiro: DP & A:CEPE, 1999. CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. 4ª ed. São Paulo: Makron Books, 1993.

COLARES, M. L. I. S.; XIMENES-ROCHA, S. H.; COLARES, A. A. (org). Gestão educacional: práticas reflexivas e proposições para as escolas públicas. Belém: GTR, 2012.

FELIX, Maria de Fátima Costa. Administração escolar "um problema educativo ou empresarial". São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1989. FERREIRA, N. S. C. Gestão educacional e organização do trabalho pedagógico. Curitiba: IESDE, 2006.

HORA, Dinair Leal. Gestão democrática na escola: artes e ofícios da participação coletiva. Campinas: Papyrus, 1994.

DADOS DO COMPONENTE

Nome do Componente:	LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA SURDOS I							
Código do componente: *IN Proen 05/2024	SLIB033							
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):	6º Semestre							
Relação do componente com a estrutura curricular:	Obrigatório							
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/Orientação	Total	EaD	Presencial
	DISCIPLINA	40	20	-----	-----	60	15	45

*Observar a IN Proen 03/2023. Os campos tracejados não devem ser preenchidos.

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

Desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita do português, com ênfase nos gêneros textuais diversos. Introdução a conceitos gramaticais e consolidação de estruturas de nível intermediário. Desenvolvimento e extensão do vocabulário do aprendiz.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (min. 3, máx. 5):

KOCH, I. G. V. Desvendando os segredos do texto. São Paulo: Cortez, 2003.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e escrever: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008. MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8):

CITELLI, A. Linguagem e persuasão. São Paulo: Ática, 1991.

DIONÍSIO, Â. et al. Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Â. et al. Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

ANTUNES, Irandé. Análise de Textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.

CALLEGARI, M. O. V. Reflexões sobre o modelo de aquisição de segundas línguas de Stephen Krashen: uma ponte entre a teoria e a prática em sala de aula. Trabalhos em Linguística Aplicada, v. 45, n. 1, p. 87-101, 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tla/a/mBD6J5GrBkkGFCvJjCyynHz/?lang=pt&format=pdf>.

DADOS DO COMPONENTE

Nome do Componente:	LITERATURA SURDA I							
Código do componente: *IN Proen 05/2024	SLIB034							
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):	6º Semestre							
Relação do componente com a estrutura curricular:	Obrigatório							
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/Orientação	Total	EaD	Presencial
	DISCIPLINA	40	20	-----	-----	60	15	45

*Observar a IN Proen 03/2023. Os campos tracejados não devem ser preenchidos.

EQUIVALÊNCIAS

DADOS DO COMPONENTE								
Nome do Componente:		LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA SURDOS II						
Código do componente: <i>*IN Proen 05/2024</i>		SLIB037						
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):		7º Semestre						
Relação do componente com a estrutura curricular:		Obrigatório						
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/ Orientação	Total	EaD	Presencial
	DISCIPLINA	30	30	-----	-----	60	15	45
*Observar a IN Proen 03/2023. Os campos tracejados não devem ser preenchidos.								

EQUIVALÊNCIAS		
Código	Nome do Componente Curricular	CH
EMENTA / DESCRIÇÃO:		
Desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita do português. Introdução a conceitos gramaticais e consolidação de estruturas de nível avançado. Desenvolvimento e extensão do vocabulário do aprendiz em situações formais e informais.		
BIBLIOGRAFIA		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA (min. 3, máx. 5): ABREU, A. S. Curso de redação. 12. ed. São Paulo: Ática, 2012. FIORIN, J. L. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2014. KOCH, I. G. V. A coesão textual. 21. ed. São Paulo: Contexto, 2009.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8): VAL, M. G. C. Redação e Textualidade. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. BAGNO, M. Preconceito linguístico. 56. ed. São Paulo: Parábola, 2015. QUADROS, R. M. (Org.). Gramática da Libras. Tradução de Sônia Marta de Oliveira e de Tom Mim Alves. Petrópolis: Arara Azul, 2021. WILCOX, S.; WILCOX, P. P. Aprender a ver. Tradução de Tarcísio Arantes Leite. Petrópolis: Arara Azul, 2005. SOARES, M. Letramento: Um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. GOES, M.C.R.; TARTUCI, D. Alunos surdos e experiências de letramento. In LODI, A.C.B.; MÉLO, A.D.B.; FERNANDES, E. Letramento, bilinguismo e educação de surdos. Porto Alegre: Mediação, 2012.		

DADOS DO COMPONENTE								
Nome do Componente:			LITERATURA SURDA II					
Código do componente: *IN Proen 05/2024			SLIB038					
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):			7º Semestre					
Relação do componente com a estrutura curricular:			Obrigatório					
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE		CARGA HORÁRIA AULA				MODALIDADE	
			Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/ Orientação	Total	EaD Presencial
	DISCIPLINA		30	30	-----	-----	60	15 45

*Observar a IN Proen 03/2023. Os campos tracejados não devem ser preenchidos.

EQUIVALÊNCIAS		
Código	Nome do Componente Curricular	CH
EMENTA / DESCRIÇÃO:		
Literatura surda no Brasil e no mundo. O gênero poético. Funções da poesia. Tipos de poesia em línguas de sinais. Poesia e criatividade linguística. Prática em poesia. A expressividade no humor. Metáforas e outros recursos literários em línguas de sinais. Diferentes tipos de produção literária em sinais: histórias visualizadas, o conto, as piadas, as poesias. Narrativas surdas. Análise de textos literários em Língua de sinais. Estratégias, construção e aplicação de materiais literários sinalizados para o ensino de Libras como L1 e L2.		
BIBLIOGRAFIA		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA (min. 3, máx. 5): ALBRES, Neiva de Aquino (org). Entre a literatura e a tradução para crianças surdas [livro eletrônico] Rio de Janeiro, RJ: Ayvu, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/235546 . Acesso em: 21/03/2025. BENJAMIN, W. Magia e técnica arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo (SP): Brasiliense, 1994. 253p. CAMPELLO, A. R. Pedagogia Visual / Sinal na Educação dos Surdos. In: QUADROS, R. M.; PERLIN, G. (Orgs). Estudos Surdos II. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007. [Recurso online: Biblioteca digital da UFPEL].		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8): BARBOSA, Ana Mae; COUTINHO, Rejane; SALES, Heloisa M. Artes visuais da exposição à sala de aula. São Paulo: EDUSP, 2005. LOWENFELD, V.; BRITAIN, W.L. Desenvolvimento da capacidade criadora. São Paulo: Mestre Jou, 1977. PILLAR, Analice Dutra (Org.). A educação do olhar no ensino das artes. Porto Alegre: Mediação, 1999. STAM, R. A Literatura através do cinema: realismo, magia e a arte da adaptação. Belo Horizonte: UFMG, 2008. 511p. MOURÃO, C. H. N. Literatura Surda: produções culturais de surdos em Língua de Sinais. Dissertação (Mestrado em Educação) PPGEdu/FACED/UFRGS, 2011. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/32311 . Acesso em: 14/11/2023.		

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (min. 3, máx. 5):

De acordo com o trabalho de orientação.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8):

Não se aplica.

DADOS DO COMPONENTE

Nome do Componente:	ENSINO DE LIBRAS COMO L2 – II
Código do componente: *IN Proen 05/2024	SLIB041
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):	8º Semestre
Relação do componente com a estrutura curricular:	Obrigatório

Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/ Orientação	Total	EaD	Presencial
	DISCIPLINA	30	30	-----	-----	60	15	45

*Observar a IN Proen 03/2023. Os campos tracejados não devem ser preenchidos.

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

Pressupostos do ensino de línguas e articulação com teorias recentes da área. Abordagens e metodologias de ensino de L2. Ensino de línguas de sinais como L2 e como segunda modalidade. Análise de contextos educacionais variados e do currículo de Libras como L2. Análise de materiais didáticos e produção de unidades didáticas para o ensino de Libras como L2 direcionadas a públicos específicos. Noções de planejamento didático-pedagógico. A avaliação no ensino da Libras.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (min. 3, máx. 5):

GESSER, A. Metodologia de ensino de Libras como L2. Material desenvolvido para o curso Letras Libras em Ead. Florianópolis: UFSC, 2010.

GESSER, A. O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a LIBRAS. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

RICHARDS, J. Reflective teaching in second language classrooms. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8):

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. Aquisição de segunda língua. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

GESSER, Audrei. Metodologia de Ensino em Libras como L2. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

ALMEIDA FILHO, J. C. P. D. Dimensões comunicativas no ensino de línguas. 5ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

GESSER A.O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender Libras. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

TEIXEIRA, L.H.O. A abordagem tradicional de ensino e suas repercussões sob a percepção de um aluno. Revista educação em foco. Revista Educação em Foco, v. 10, 2018. Disponível em: https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/08/009_A_ABORDAGEM_TRADICIONAL_DE_ENSINO_E_SUAS_REPERCUSS%C3%95ES.pdf.

DADOS DO COMPONENTE

Nome do Componente:	ESTUDOS DA TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUAS DE SINAIS
Código do componente: *IN Proen 05/2024	SLIB042
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):	8º Semestre
Relação do componente com a estrutura curricular:	Obrigatório

Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/ Orientação	Total	EaD	Presencial
	DISCIPLINA	40	20	-----	-----	60	15	45

*Observar a IN Proen 03/2023. Os campos tracejados não devem ser preenchidos.

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

Mapeamento dos Estudos da Tradução. Estudos da Tradução e interpretação de Língua de Sinais (ETILS). Conceitos e concepções sobre tradução e interpretação intermodal e interlingual. Estratégias de tradução e interpretação. Aspectos

teóricos, práticos e éticos sobre a atividade tradutória e interpretativa. Papeis, constituição e identidades do tradutor e intérprete educacional.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (min. 3, máx. 5):

ARROJO, R. Oficina de tradução: a teoria na prática. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 2003.

AUBERT, F. H. As (in) fidelidades da tradução: servidões e autonomia do tradutor. Campinas: Unicamp, 1993.

JAKOBSON, R. Linguística e comunicação. São Paulo: Cultrix, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8):

LACERDA, C. B. F. de. O intérprete de língua de sinais no contexto de uma sala de aula de alunos ouvintes: problematizando a questão. In: LACERDA, C.B.F. de;

GÓES, M. C. R. de (Org.). Surdez: processos educativos e subjetividade. São Paulo: Lovise, 2000. p. 51-84.

PEREIRA, M. C. P. Interpretação interlíngua: as especificidades da interpretação de língua de sinais. Cadernos de Tradução, ISSN 2175-7968, Florianópolis, 2008.

MAGALHÃES Junior, Ewandro. Sua majestade o intérprete: o fascinante mundo da interpretação simultânea. São Paulo: Parábola Editorial, 2007

LUCIANO, Anita Holm Thomsen. A Interpretação simultânea sob a ótica da lingüística aplicada. Campinas, SP: [s.n.], 2005

DADOS DO COMPONENTE

Nome do Componente:	ESCRITA DE SINAIS							
Código do componente: *IN Proen 05/2024	SLIB043							
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):	8º Semestre							
Relação do componente com a estrutura curricular:	Obrigatório							
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/Orientação	Total	EaD	Presencial
	DISCIPLINA	40	20	-----	-----	60	15	45

*Observar a IN Proen 03/2023. Os campos tracejados não devem ser preenchidos.

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

Aprofundamento de estudos sobre processo de aprendizagem da leitura e escrita de sinais, abrangendo conceitos tanto da escrita em sua forma convencional quanto da escrita de sinais. Relevância da incorporação da escrita de sinais na educação bilíngue para surdos.

O desenvolvimento do alfabetismo na escrita da Língua de Sinais, considerando abordagens didático-pedagógicas alternativas para seu ensino. Investigação das expressões literárias distintas que surgem da cultura surda, bem como o estímulo à produção de literatura na forma escrita da Língua de Sinais.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (min. 3, máx. 5):

BUENO, Santana, Áurea, de. SANTO, Cristiane, Nunes, Boabaid Espírito. Escrita de sinais: a importância da aquisição da linguagem escrita para o desenvolvimento linguístico e cognitivo do sujeito visual. Revista Falange Miúda - Revista De Estudos Da Linguagem, 4(1), 171-192. Disponível em: <https://periodicos.upe.br/index.php/refami/article/view/478>

BARRETO, Madson. Escrita de Sinais sem mistérios. 2ª Edição rev. atual. e ampl. - Salvador, Volume 1: Libras Escrita, 2015.

WANDERLEY, D. C. A Leitura e Escrita de Sinais de forma processual e Lúdica. Editora Prismas. Edição 1ª, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8):

CAPOVILLA, Fernando C.; RAPHAEL, Walkíria D.; MAURÍCIO, Aline C. Novo Deit-LIBRAS: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS) baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas, de A a Z. 2 v. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2012. 3.

SANTANA, Lucinéia Silva da. Aquisição da língua escrita pelo surdo: um processo a ser questionado Lucinéia da Silva Santana Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) nea.santana@yahoo.com.br. Estudos Linguísticos, São Paulo, 44 (2): p. 491-505, maio-ago. 2015

STUMPF, Marianne. R. Aprendizagem de escrita de língua de sinais pelo sistema SignWriting: língua de sinais no papel e no computador. 2005. 328f. Tese (Doutorado em Informática na Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SUTTON, Valerie. SignWriting: manual. Disponível em: Acesso em: 22 nov. 2013

MATTOS, Patrícia Luiza Ferreira. Representações gráficas das línguas de sinais: análise de sistemas de escrita. Revista Cadernos de Tradução, v. 40, p. 195-218, 2020.

DADOS DO COMPONENTE								
Nome do Componente:		LITERATURAS NEGRAS						
Código do componente: *IN Proen 05/2024		SLIB044						
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):		8º Semestre						
Relação do componente com a estrutura curricular:		Obrigatório						
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/Orientação	Total	EaD	Presencial
	DISCIPLINA	30	0	-----	-----	30	8	22
*Observar a IN Proen 03/2023. Os campos tracejados não devem ser preenchidos.								
EQUIVALÊNCIAS								
Código		Nome do Componente Curricular					CH	
EMENTA / DESCRIÇÃO:								
Poesia negra e identidade nacional. Características da poesia negra do período pós-independência. Poesia negra na prática pedagógica. Reflexões sobre a prática do ensino de literatura negra na educação básica e de surdos: planos e estratégias de execução pedagógica.								
BIBLIOGRAFIA								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA (min. 3, máx. 5): BERND, Zilá. Introdução à literatura Negra. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1988. BROOKSHAW, David. Raça & cor na literatura brasileira. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. CUTI (Luiz Silva). Literatura Negro-Brasileira. São Paulo: Selo Negro, 2010. DUARTE, Eduardo de Assis. Literatura afro-brasileira: um conceito em construção. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, Brasília, n. 31, p. 11-23, jan./ jun. 2008. EVARISTO, Conceição. Literatura Negra. Rio de Janeiro: Centro de Articulação das Populações Marginalizadas-CEAP, 2007. Série Cadernos CEAP.								
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8): ALVES, Miriam. Cadernos Negros (número 1): estado de alerta no fogo cruzado In: FIGUEIREDO, Maria do Carmo Lanna e FONSECA, Maria Nazareth Soares. Poéticas afro-brasileiras. Belo Horizonte: Mazza/PUC-MG, 2002. DAMASCENO, Benedita Gouveia. Poesia negra no modernismo brasileiro. Campinas: Pontes Ed., 1988. DAVIS, Angela. Estudos étnicos: significados globais e A arte na linha de frente: mandato para uma cultura do povo. In: Mulheres, cultura e política. São Paulo: Ed. Boitempo. 2017. DENIS, Benoît. Literatura e engajamento – de Pascal a Sartre. Bauru, SP: EDUSC, 2002. CAMARGO, Oswaldo de. O negro escrito. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1987. FIGUEIREDO, E. et al. “Negritude, Negrismo e Literaturas afro-descendentes”. In: FIGUEIREDO, E. (org) Conceitos de Literatura e Cultura. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005. ROSA, Sonia. Literatura negro afetiva para crianças e jovens. Portal Geledés. Disponível em: https://www.geledes.org.br/literatura-negro-afetiva-para-criancas-e-jovens/								

DADOS DO COMPONENTE								
Nome do Componente:		LITERATURAS INDÍGENAS						
Código do componente: *IN Proen 05/2024		SLIB045						
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):		8º Semestre						
Relação do componente com a estrutura curricular:		Obrigatório						
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/ Orientação	Total	EaD	Presencial
	DISCIPLINA	30	0	-----	-----	30	8	22
*Observar a <u>IN Proen 03/2023</u> . Os campos tracejados não devem ser preenchidos.								
EQUIVALÊNCIAS								
Código	Nome do Componente Curricular						CH	
EMENTA / DESCRIÇÃO:								
Literatura e arte indígenas. Poéticas e narrativas indígenas. As marcas da oralidade e multimodalidade na autoria indígena. Aspectos estético-ideológicos de obras de autores representativos da literatura indígena brasileira. O diálogo entre literatura, memória e identidade étnico-racial.								

BIBLIOGRAFIA**BIBLIOGRAFIA BÁSICA** (min. 3, máx. 5):

BONIN, Iara Tatiana. "Com quais palavras se narra a vida indígena na literatura infanto-juvenil que chega às escolas?" In: BRITTO, Tarsilla C.; SOUSA FILHO, Sinval M.; CANDIDO, Gláucia V. O avesso do direito à literatura: por uma definição de literatura indígena. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, v. 1, 2018. p. 177-197.

COSTA, Suzane Lima; XUCURU-KARIRI, Rafael (Orgs.). Cartas para o bem viver. 1. ed. Salvador: Boto-cor-de-rosa Livros Arte e Café/ParaLeLo13S, 2020.

DALVI, Maria Amélia; REZENDE, Neide Luzia de; JOVER-FALEIROS, Rita. Leitura de literatura na escola. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

THIEL, Janice. Pele silenciosa, pele sonora: a literatura indígena em destaque. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIRA, Heloisa H. S.; DANNER, Francisco (Orgs.). Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção. Porto Alegre: Editora Fi, 2018, p. 37-38. Disponível em: <https://atempa.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Literatura-ind%C3%ADgena-contempor%C3%A2nea-Livro-.pdf>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8):

ASURINÍ, Morosopia; RODRIGUES, Aryon Dall'Igna; CABRAL, Ana Suely Arruda Câmara. Livro de Relatos Asuriní 2. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/padrao_cms/documentos/eventos/indigena/LivroRelatosAsurini2.pdf.

AWETI, Akatua et. al. Memórias de tempos antigos: livro de mitos de povos indígenas do Xingu, 2005. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/publications/Opl00006.pdf>

BRITTO, Tarsilla Couto de. Autodefinições literárias: o que a teoria literária aprende com autoras e autores indígenas? In: DAMIAO, Carla Milani; BRANDAO, Caius (Orgs.). Anais do III Colóquio de Estética da FAFIL/UFG: Estéticas indígenas [ebook]. Goiânia: Gráfica UFG, 2019. 228 pp.

HAKIY, Tiago. Curumimzice, Disponível em: <https://indicalivros.com/livros/curumimzice-tiago-hakiy>.

ISHIKAWA, Noemia Kazue; IKEDA, T.; BANIWA, B.; BRUNO, A. C. Ilustração Hadna Abreu. Brilhos na Floresta. Manaus: Editora Valer; Editora Inpa, 2019. Disponível em: https://ppbio.inpa.gov.br/sites/default/files/Livro_Brilhos_na_Floresta_04-2020.pdf

LEITE, Stella Ferreira. A literatura indígena nas editoras comerciais brasileiras. Belo Horizonte: FAE/UFG, 2019. Disponível em: <https://labeled-letras-ufmg.com.br/publicacoes/viva-voz/a-literatura-indigena-nas-editoras-comerciais-brasileiras/>

SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. (Org.). Estudos culturais para professor@s. Canoas, Editora da Ulbra, 2008.

DADOS DO COMPONENTE

Nome do Componente:	TCC II
Código do componente: *IN Proen 05/2024	SLIB046
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):	8º Semestre
Relação do componente com a estrutura curricular:	Obrigatório

Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA				MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/ Orientação	Total	EaD Presencial
	ATIVIDADE DE ORIENTAÇÃO INDIVIDUAL - TCC	0	0	-----	-----	30	0 30

*Observar a IN Proen 03/2023. Os campos tracejados não devem ser preenchidos.

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

Elaboração e redação do trabalho de conclusão de curso. Discussão e análise dos resultados; Preparação da apresentação do trabalho de conclusão de curso. Defesa pública do TCC.

BIBLIOGRAFIA**BIBLIOGRAFIA BÁSICA** (min. 3, máx. 5):

De acordo com o trabalho de orientação.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8):

Não se aplica.

DADOS DO COMPONENTE

Nome do Componente:	ATIVIDADES DE EXTENSÃO
Código do componente: *IN Proen 05/2024	SLIB047
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):	8º Semestre
Relação do componente com a estrutura curricular:	Obrigatório

	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA				MODALIDADE	
--	--------------------	--------------------	--	--	--	------------	--

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (min. 3, máx. 5):

SKLIAR, Carlos. Pedagogia (improvável) da diferença. Porto Alegre: Mediação, 2003.
 STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: EdUFSC, 2008.
 PIMENTA, Silvana A. Surdez, raça e gênero: narrativas de mulheres negras surdas. Curitiba: Appris, 2021.
 MOURA, Mônica C. de. Educação bilíngue de surdos no Brasil: entre avanços e retrocessos. Educação & Sociedade, v. 42, 2021.
 BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: MEC/SDH, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8):

GONÇALVES, Priscila F. Corpos surdos e as margens do currículo: experiências negras e transgressoras. Tese (Doutorado), UFRGS, 2022.
 LIMA, Rita de Cássia; PERLIN, Gladis. Libras, resistências e culturas surdas: para além do universal surdo. In: Revista Educação & Realidade, v. 47, n. 1, 2022.
 DE OLIVEIRA, Hilda. Línguas de sinais indígenas no Brasil: registro, vitalidade e resistência. In: Revista da ABRALIN, 2021.
 LADD, Paddy. Understanding Deaf Culture: In Search of Deafhood. Multilingual Matters, 2003.
 ONU. Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Nova York, 2007.

DADOS DO COMPONENTE

Nome do Componente:	POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS E EDUCACIONAIS PARA SURDOS NO BRASIL							
Código do componente: *IN Proen 05/2024	SLIB050							
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):								
Relação do componente com a estrutura curricular:	Optativo							
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/ Orientação	Total	EaD	Presencial
	DISCIPLINA	60	0	-----	-----	60	15	45

*Observar a IN Proen 03/2023. Os campos tracejados não devem ser preenchidos.

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

Estudo crítico das políticas linguísticas e educacionais voltadas para a população surda no Brasil. Análise histórica e contemporânea das legislações, diretrizes curriculares, documentos normativos e disputas em torno da educação bilíngue em Libras e Língua Portuguesa. Discussão sobre o papel da política linguística como campo de luta por reconhecimento, identidade e direitos linguísticos. Reflexão sobre os impactos das políticas públicas na organização do sistema educacional, na formação de professores, nos currículos escolares e nos processos de subjetivação de pessoas surdas. A disciplina também abordará a tensão entre inclusão e segregação, o avanço da educação bilíngue como modalidade e os desafios para a efetivação de uma educação emancipatória e plural.

BIBLIOGRAFIA**BIBLIOGRAFIA BÁSICA** (min. 3, máx. 5):

SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.
 QUADROS, Ronice M. de; SCHMIEDT, Magali. Políticas linguísticas em contextos de educação bilíngue. Porto Alegre: Mediação, 2006.
 STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.
 BRASIL. Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. Altera a LDB para instituir a modalidade de educação bilíngue de surdos.
 LACERDA, Cristina B.; SANTOS, Sueli R. (orgs.). Educação bilíngue para surdos: políticas, práticas e interfaces. São Paulo: Plexus, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8):

PERLIN, Gladis. Educação bilíngue para surdos e a política de reconhecimento. Porto Alegre: UFRGS, 2015.
 FELIPE, Tiago. Línguas e políticas de ensino: a educação de surdos como campo de disputas. In: Revista Brasileira de Educação, v. 26, e260003, 2021.
 BRASIL. Decreto nº 12.456, de 10 de junho de 2025. Dispõe sobre a oferta de educação a distância e suas modalidades.
 BRASIL. Resolução CNE/CP nº 4, de 18 de março de 2024. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores.
 ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS (OEI). Políticas linguísticas e inclusão: experiências da América Latina. Madrid: OEI, 2019.
 MOURA, Mônica C. de. Educação bilíngue de surdos no Brasil: entre avanços e retrocessos. In: Educação & Sociedade, Campinas, v. 42, 2021.

SILVA, Danielle de A. Políticas linguísticas e resistências surdas: o sujeito surdo em contextos de colonialidade linguística. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de Brasília, 2020.

DADOS DO COMPONENTE								
Nome do Componente:		LÍNGUAS DE SINAIS E EDUCAÇÃO DE MIGRANTES SURDOS						
Código do componente: *IN Proen 05/2024		SLIB051						
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):								
Relação do componente com a estrutura curricular:		Optativo						
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/Orientação	Total	EaD	Presencial
	DISCIPLINA	60	0	-----	-----	60	15	45
*Observar a IN Proen 03/2023. Os campos tracejados não devem ser preenchidos.								
EQUIVALÊNCIAS								
Código		Nome do Componente Curricular					CH	
EMENTA / DESCRIÇÃO:								
Análise crítica das práticas educativas voltadas a pessoas surdas em situação de migração, refúgio ou deslocamento forçado. Políticas públicas brasileiras e internacionais relacionadas à escolarização de migrantes surdos. Desafios linguísticos, culturais e sociais para migrantes surdos. Papel das línguas de sinais na mediação intercultural, acolhimento e promoção de direitos humanos. Experiências educacionais inovadoras e práticas bilíngues/multilíngues reconhecedoras de identidades linguísticas dos surdos migrantes.								
BIBLIOGRAFIA								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA (min. 3, máx. 5): KUSTERS, Annelies et al.DEAF MOBILITY STUDIES. Deaf mobility studies. Gallaudet University Press, 2024. Disponível em: https://gupress.gallaudet.edu/Books/D/Deaf-Mobility-Studies . BENTES, Thaisy; ALBANO, Adriana Helena de Oliveira; AZERÊDO, Augusto Carlos de (Org.). Migrantes surdos: línguas de sinais, tradução e direitos humanos. Santarém, Pará: Ufopa, 2023. Disponível em: https://www.ufopa.edu.br/media/file/site/ufopa/documentos/2023/c4c2be3b1d0677e5d159ed7fcfd676f0.pdf MIGRANTES SURDOS: línguas de sinais, tradução e direitos humanos. v. 1. Santarém: Editora da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), 2023. Disponível em: https://repositorio.ufopa.edu.br/jspui/bitstream/123456789/987/1/Livro_MigrantesSurdos.pdf . SCHOLTEN, Peter (ed.). Introduction to Migration Studies An Interactive Guide to the Literatures on Migration and Diversity. Disponível em: https://www.cmi.no/publications/file/9117-humanitarian-migration.pdf CORSINO, Marcelo M.; FRANKE, Bernhard. Introduction: Studies on humanitarian migration. Bergen: Chr. Michelsen Institute (CMI), 2021. Disponível em: https://www.cmi.no/publications/file/9117-humanitarian-migration.pdf .								
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8): BAALBAKI, Ângela Corrêa Ferreira. (Des)encontros entre línguas de sinais: contato das e nas fronteiras. Revista (Con)Textos Linguísticos – Estudos Linguísticos, Estudos da Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais, Vitória, v. 15, n. 32, 2021. DOI: 10.47456/cl.v15i32.35736. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/35736 . QUADROS, Ronice M. de; PINSKY, Danilo. Multilinguismo e línguas de sinais no Brasil: desafios e possibilidades. Revista Cadernos de Tradução, v. 40, n. 3, 2020. CANDAU, Vera M. Educação intercultural: reflexões e proposições. Petrópolis: Vozes, 2016. SCHÜTZ, Luiza A. Surdez e migração: políticas linguísticas para além da inclusão. In: Revista Educação em Foco, UFJF, v. 26, 2021. MCDONALD, Donna; KLINGER, Claire. Deaf refugees and linguistic access in education. Journal of Deaf Studies and Deaf Education, v. 27, n. 2, 2022. UNESCO. Refugiados e Educação: Garantindo o direito à aprendizagem. Relatório Global, 2021. LIMA, M. de S. ; BENTES, T. ; ARAÚJO, P. J. P. . REFLEXÕES SOBRE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO PARA PESSOAS SURDAS EM CONTEXTOS DE MIGRAÇÃO E FRONTEIRA. Revista Saber Incluir, [S. l.], v. 2, n. 3, 2025. DOI: 10.24065/rsi.v2i3.2818. Disponível em: https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistasaberincluir/article/view/2818 . Acesso em: 18 jul. 2025. UNHCR/ACNUR. Educação e refúgio: panorama da situação de migrantes surdos no Brasil. Brasília, 2022.								

DADOS DO COMPONENTE	
Nome do Componente:	ESCRITA DE SINAIS II

Código do componente: *IN Proen 05/2024		SLIB052						
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):								
Relação do componente com a estrutura curricular:		Optativo						
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/ Orientação	Total	EaD	Presencial
	DISCIPLINA	30	30	-----	-----	60	15	45
*Observar a IN Proen 03/2023. Os campos tracejados não devem ser preenchidos.								
EQUIVALÊNCIAS								
Código		Nome do Componente Curricular					CH	
EMENTA / DESCRIÇÃO:								
Processo de aquisição da leitura e escrita de sinais. Construção de dicionário bilíngue: escrita de sinais e de português.								
BIBLIOGRAFIA								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA (min. 3, máx. 5): JAKOBSON, R. Linguística e comunicação. Trad. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1975. SOUZA, R.B.; SEGALA, R.R.. A perspectiva social na emergência das línguas de sinais: a noção de comunidade de fala e idioleto segundo o modelo teórico laboviano. In: QUADROS, R.M. de.; STUMPF, M. Estudos surdos IV. Petrópolis: Arara Azul, 2009. p.21-48. HIGOUNET, C. História concisa da escrita. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, Editorial, 2003.								
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8): NOBRE, R.S. Processo de grafia da língua de sinais: uma análise fono-morfológica da escrita em SignWriting. Universidade Federal de Santa Catarina, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/130863/328530.pdf?sequence=1 SUTTON, V. SignWriting: manual. [online] disponível em www.signwrtng.org , 1996. WANDERLEY, D.C. A leitura e escrita de sinais de forma processual e lúdica. Curitiba: Editora Prismas, 2015. WANDERLEY, D.C. Aspectos da leitura e escrita de sinais: estudos de caso com alunos surdos da educação básica e de universitários surdos e ouvintes. Universidade Federal de Santa Catarina, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/100775/308896.pdf?sequence=1 BARRETO, Madson; BARRETO, Raquel. Escrita de Sinais sem mistério. Belo Horizonte: Ed. Do autor, 2012. STUMPF, M. R. Aprendizagem da escrita de língua de sinais pelo sistema de SignWriting: língua de sinais no papel e no computador. Tese de Doutorado. Porto Alegre, UFRGS, 2005. Disponível em: www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5429/000515254.pdf CAMPOS, S. A. U. de S. A escrita de sinais no Brasil sob olhar da comunidade acadêmica. Maringá: UEM, 2012. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:SpXUMIN_pAcJ:www.dfe.uem.br/TCC/Trabalhos_2012/SIMONE_AY_UMI_UETA.pdf+&cd=7&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br .								

DADOS DO COMPONENTE								
Nome do Componente:		ENSINO E APRENDIZAGEM DE LIBRAS POR MEIO DE NOVAS TECNOLOGIAS						
Código do componente: *IN Proen 05/2024		SLIB053						
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):								
Relação do componente com a estrutura curricular:		Optativo						
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/ Orientação	Total	EaD	Presencial
	DISCIPLINA	30	30	-----	-----	60	15	45
*Observar a IN Proen 03/2023. Os campos tracejados não devem ser preenchidos.								
EQUIVALÊNCIAS								
Código		Nome do Componente Curricular					CH	
EMENTA / DESCRIÇÃO:								
Utilização do vídeo, da Internet, das redes sociais e multimídia na educação de surdos. Conhecimento e uso de softwares educativos para surdos.								
BIBLIOGRAFIA								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA (min. 3, máx. 5):								

STUMPF, M.R.. Educação de surdos e novas tecnologias. Texto-base da disciplina do Curso de Letras-Libras. Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Florianópolis, SC. 2010. Disponível em:
www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/.../educacaoDeSurdosENovasTecnologias
 ALBRES, N. de A. (org.). Libras em estudo: ensino-aprendizagem. São Paulo: FENEIS, 2012.
 FREITAS, L.C.. A internet como fator de exclusão do surdo no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: LSB Vídeo, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8):

LÉVY, P. O que é o virtual? Trad. Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1996.
 CIBERCULTURA. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.
 PEREIRA, A.T.C.; GONÇALVES, B.S. Design de hipermídia. processos e conexões. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Florianópolis, SC. 2010.
 GRAEMI, Karin Sylvia. Tecnologias Educacionais Inclusivas. Material Didático Pós-Graduação Lato Sensu em Educação e Inclusão. Faculdade Educacional da Lapa. Paraná. 2011.
 CORRÊA, Juliane. Novas tecnologias da informação e da comunicação; novas estratégias de ensino/aprendizagem. In: COSCARELLI, Carla Viana (Org.). Novas Tecnologias, novos textos, novas formas de pensar. Belo Horizonte: Autêntica, 2002
 NAWAZ, A.; KUNDI, G. M. Digital literacy: An analysis of the contemporary paradigms. Journal of Science and Technology Education Research. v. 1(2), n. 2, pp. 19 -29, July 2010. Disponível em:
http://www.academicjournals.org/article/article1379488135_Nawaz%20and%20Kundi.pdf

DADOS DO COMPONENTE

Nome do Componente:	NOÇÕES DE LÍNGUAS DE SINAIS INTERNACIONAIS							
Código do componente: *IN Proen 05/2024	SLIB054							
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):								
Relação do componente com a estrutura curricular:	Optativo							
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/ Orientação	Total	EaD	Presencial
	DISCIPLINA	20	40	-----	-----	60	15	45

*Observar a IN Proen 03/2023. Os campos tracejados não devem ser preenchidos.

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

Histórico da língua de sinais internacional. Noções básicas de uso de estruturas léxicas: produção e recepção. Estudo da língua de sinais internacional em eventos internacionais.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (min. 3, máx. 5):

GESSER, A.. Libras? que língua é essa? São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2009.
 QUADROS, R.M. de.; KARNOPP, L.B.. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.
 SOUZA, R.B.; SEGALA, R.R.. A perspectiva social na emergência das línguas de sinais: a noção de comunidade de fala e idioleto segundo o modelo teórico laboviano. In: QUADROS, R.M.; STUMPF, M.. Estudos surdos IV. Petrópolis: Arara Azul, 2008. p. 21-48.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8):

LYONS, John.. Linguagem e linguística: uma introdução. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2011.
 MESCH, Johanna. Perspectives on the Concept and Definition of International Sign. (World Federation of the Deaf), 2010. Disponível em: http://libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/LinguaInternacionalD eSinais/assets/803/Perspectives-on-the-Concept-and-Definition-of-IS_Mesch- FINAL.pdf
 MOODY, B. International Sign: A Practitioner's Perspective. Journal of Interpretation. New York, 2002. Disponível em: http://libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/LinguaInternacionalD eSinais/assets/803/Moody_ - IS.RIDJournal.art.pdf
 MUSSALIN, F.; BENTES, A.C.. Introdução à Linguística. v.1. São Paulo: Cortez, 2011.
 ROSENSTOCK, R.. The Role of Iconicity in International Sign. Journal Title: Sign Language Studies. v. 8. Issue: 2. American Annals of the Deaf. ProQuest LLC: 2008. Disponível em:
http://libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/LinguaInternacionalD eSinais/assets/803/Rosenstock_Iconicity.pdf

MORIN, Edgar. A Cabeça Bem-Feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Ed.18. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
 NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. Pedagogia dos Projetos: uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências. 7ª Ed. São Paulo: Érica, 2007.

DADOS DO COMPONENTE								
Nome do Componente:		PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS EM LIBRAS						
Código do componente: *IN Proen 05/2024		SLIB057						
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):								
Relação do componente com a estrutura curricular:		Optativo						
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/Orientação	Total	EaD	Presencial
	DISCIPLINA	30	30	-----	-----	60	15	45
*Observar a IN Proen 03/2023. Os campos tracejados não devem ser preenchidos.								
EQUIVALÊNCIAS								
Código		Nome do Componente Curricular					CH	
EMENTA / DESCRIÇÃO:								
Fundamentos, princípios e conceito de material didático para a educação de surdos. Definição de procedimentos metodológicos, de conteúdos e de atividades para a elaboração de materiais didático-pedagógicos para surdos. A transversalidade nos materiais didáticos.								
BIBLIOGRAFIA								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA (min. 3, máx. 5): MILITÃO, A. R. Jogos, dinâmicas e vivências grupais. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000. NEDER, Maria Lúcia Cavalli. O processo de comunicação na educação a distância: o texto como elemento de mediação entre os sujeitos da ação educativa. In: PRETI, O. et al. (Org.). Educação a distância: ressignificando práticas. Brasília: Líber Livro Editora, 2005. QUADROS, R. M., CRUZ, C. R. Língua de Sianis: instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2011. SENAI-RJ. Elaboração de material didático impresso: uma visão plural do tema. Rio de Janeiro: GEP/DIPRE, 1998. SILVA, M. P. M. Identidade e surdez: o trabalho de uma professora surda com alunos ouvintes. São Paulo: Plexus, 2009.								
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8): DEMO, P. Ser professor é cuidar que o aluno aprenda. Porto Alegre: Mediação, 2004. ESPOSITO, Y. L. Cartilhas e materiais didáticos: critérios norteadores para uma política educacional. São Paulo: PG em Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1985. 200p. (Dissertação de Mestrado). LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. OLIVEIRA, L. A. Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática. São Paulo: Parábola, 2010. PIMENTA, N., QUADROS, R. Curso de LIBRAS. Rio de Janeiro: LSB vídeo, 2006. RAMAL, A. C. Educação na cibercultura: hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002. TOMLINSON, B.; MASUHARA, H. A elaboração de materiais para curso de idiomas. São Paulo: SBS, 2005. VILLAS BOAS, B. M. F. Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico. Campinas, São Paulo: Papirus, 2004. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)								

DADOS DO COMPONENTE									
Nome do Componente:			CONSTITUIÇÃO PSICOLÓGICA DO EU-OUTRO SURDO						
Código do componente: <u>*IN Proen 05/2024</u>			SLIB058						
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):									
Relação do componente com a estrutura curricular:			Optativo						
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE		CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
			Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/ Orientação	Total	EaD	Presencial
	DISCIPLINA		60	0	-----	-----	60	15	45
*Observar a <u>IN Proen 03/2023</u> . Os campos tracejados não devem ser preenchidos.									
EQUIVALÊNCIAS									
Código		Nome do Componente Curricular					CH		

EMENTA / DESCRIÇÃO:

Da gestação ao nascimento da criança surda. Do descobrimento da surdez pelos pais. O desenvolvimento da comunicação familiar. A descoberta pelo surdo, da diferença. A fase escolar. A profissionalização. Representações da surdez e o seu impacto no desenvolvimento da pessoa surda. O desenvolvimento cognitivo da pessoa surda. Pensamento e linguagem na criança surda. Aparelho psíquico e alteridade. A descoberta do eu e do outro. A constituição da personalidade. Surdez e intersecções (negritude, sexualidade, condições socioeconômicas)

BIBLIOGRAFIA**BIBLIOGRAFIA BÁSICA** (min. 3, máx. 5):

ADERSON Luiz e Col. A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CASTORINA, J. A. ET AL. Piaget –Vygotsky: :novas contribuições para o debate e. Ed. São Paulo:Ática, 2003.

COLL, C., PALÁCIO, J., MARCHESI, A. (Orgs.). Desenvolvimento Psicológico e Educação: Psicologia Evolutiva. Trad. Francisco Franke Settineri e Marcos A. G. Domingues vols 1 e 2. Porto Alegre Artes Médicas, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8):

BECKER, F. Educação e construção do conhecimento. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001 CARRARA, Kester (Org.). Introdução à psicologia da educação: seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004.

GALVÃO, Izabel Henri Wallon: Uma concepção dialética do desenvolvimento infantil.6, Ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

KUPFER, M. C. M. Freud e a educação. São Paulo: Scipione, 1995.

LA TAILLE, YVES, oliveira, Marta Kobl e DANTAS, HELOYSA. Piaget, Vygostky e Wallon: teorias Psicogenéticas em discussão.18. Ed. São Paulo: Summus, 1992.

STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: UFSC, 2008.

DADOS DO COMPONENTE

Nome do Componente:	LEXICOGRAFIA DA LIBRAS							
Código do componente: *IN Proen 05/2024	SLIB059							
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):								
Relação do componente com a estrutura curricular:	Optativo							
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/ Orientação	Total	EaD	Presencial
	DISCIPLINA	30	30	-----	-----	60	15	45

*Observar a IN Proen 03/2023. Os campos tracejados não devem ser preenchidos.

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

Significado lexical e relações lexicais. Lexicologia e lexicografia da Libras. A construção de dicionários de Libras. Léxico e ensino.

BIBLIOGRAFIA**BIBLIOGRAFIA BÁSICA** (min. 3, máx. 5):

BASÍLIO, M. Teoria Lexical. São Paulo: Ática. 1987

BIDERMAN, M. T. Dicionário didático de Português. São Paulo: Ática, 1998.

CAPOVILLA, F. C., RAPHAEL, W. D. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira, v 1 e 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

CARVALHO, O. L. S.; MARINHO, M. L. Contribuições da lexicografia ao contexto educacional bilíngüe de surdo. In: LIMA-SALLES, H. M. M. Bilingüismo dos surdos: questões lingüísticas e educacionais. Goiânia: Cãnone Editorial, 2007. p. 119-142.

WELKER, H. A. Dicionários. Uma pequena introdução à Lexicografia. Brasília: Thesaurus, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8):

BIDERMAN, M. T. Teoria Lingüística. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BORBA, F. S. et al. Dicionário de Usos do Português. São Paulo: Ática, 2002.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. (Ed.). Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira. v. 1 e 2. São Paulo: EDUSP, 2004

ESTELITA, M. Por uma ordem "alfabética" nos dicionários de línguas de sinais. Ensaio. (Doutorado em Lingüística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

FELIPE, T. A., LIRA, G. de A. Dicionário digital da Língua Brasileira de Sinais. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.acessobrasil.org.br/libras/> Acesso em: 01 jul 2011

ILARI, R. Introdução ao estudo do Léxico – brincando com as palavras. São Paulo: Contexto, 2002.

RANCHHOD, E. (Org.). Tratamento das Línguas por Computador. Uma Introdução à Lingüística Computacional e suas Aplicações. Lisboa: Caminho, 2001.

DADOS DO COMPONENTE								
Nome do Componente:		INGLÊS INSTRUMENTAL EM LIBRAS						
Código do componente: *IN Proen 05/2024		SLIB060						
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):								
Relação do componente com a estrutura curricular:		Optativo						
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/ Orientação	Total	EaD	Presencial
	DISCIPLINA	30	30	-----	-----	60	15	45
*Observar a IN Proen 03/2023. Os campos tracejados não devem ser preenchidos.								
EQUIVALÊNCIAS								
Código		Nome do Componente Curricular					CH	
EMENTA / DESCRIÇÃO:								
Desenvolvimento de estruturas básicas da língua inglesa por meio da prática de leitura de textos em inglês.								
BIBLIOGRAFIA								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA (min. 3, máx. 5): BECHER, S. Inglês Instrumental: Desenvolvendo o processo de leitura. Rio de Janeiro: Edição da autora/PUC-Rio, 2007. BOHN, H. I.; VANDRESEN, P.. Tópicos de Linguística Aplicada: o ensino de línguas estrangeiras. Florianópolis: Editora da UFSC, 1988. LAGE, H. L. et alli. Leitura de Textos em Inglês: Uma Abordagem Instrumental. Belo Horizonte: Edição dos autores/UFMG, 1992. MURPHY, R. Essential Grammar in Use. Cambridge: CUP, 2000. TOTIS, V. P. Língua Inglesa: Leitura. São Paulo: Cortez, 1991								
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8): ALMEIDA FILHO, J.C.P. de. Dimensões comunicativas no ensino de línguas. Campinas, SP: Pontes Editores,1993. DICIONÁRIO VISUAL DE BOLSO 3 EM 1.São Paulo:Editora Edgard Blucher Ltda, 2008. FARRELL, T. S. C. Planejamento de Atividades de Leitura Para Aulas de Idiomas. Coleção Portfolio Sbs13: reflexões sobre o ensino de idiomas. São Paulo: Editora SBS, 2006. FIELD, M. L.. Componentes visuais e a compreensão de textos. (trad. Rosana Sakugawa Ramos Cruz Gouveia). São Paulo: SBS Livraria, 2004 (Portfolio SBS: 10). LANDO, I. M. Vocabulando: Vocabulário Prático Inglês-Português. São Paulo: SBS Livraria,2000. OLIVEIRA, S. R. F. Estratégias de Leitura para Inglês Instrumental. Ed. Unb. São Paulo, 1998. RICHARDS, J.C.; RODGERS, T. S. Approaches and methods in language teaching. Cambridge: CUP, 1993. SOUZA, A. G. F.. Leitura Instrumental em Língua Inglesa. Londrina : Planográfica, 2003.								

DADOS DO COMPONENTE								
Nome do Componente:		SURDOCEGUEIRA E ESCOLARIZAÇÃO						
Código do componente: *IN Proen 05/2024		SLIB061						
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):								
Relação do componente com a estrutura curricular:		Optativo						
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/ Orientação	Total	EaD	Presencial
	DISCIPLINA	60	0	-----	-----	60	15	45
*Observar a IN Proen 03/2023 . Os campos tracejados não devem ser preenchidos.								
EQUIVALÊNCIAS								
Código		Nome do Componente Curricular					CH	
EMENTA / DESCRIÇÃO:								
Conceitos e classificações em Surdocegueira no Brasil e no mundo. A Surdocegueira Congênita. Principais etiologias da surdocegueira. Surdocegueira Adquirida; Formas de comunicação com surdocego; O Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a pessoa com surdocegueira. A abordagem sócio histórica e o processo da escolarização da pessoa com surdocegueira no contexto da inclusão escolar.								
BIBLIOGRAFIA								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA (min. 3, máx. 5):								

AMARAL, I., Comunicação com crianças surdocegas. In Cadernos de Educação da Infância, Lisboa, nº.44, p. 8-11, Out./Nov./Dez.1997.

ANDERSSON, Evabritt; ROEBROE, Inger. Avaliação e criação de planos individuais para alunos com surdocegueira / tradução Maria Inês Petersen. São Paulo: Grupo Brasil, 2011.

BLAHA, Robbie. Calendários: para alunos com deficiência múltipla incluindo surdocegueira. tradução Lilia Giacomini, Marcia Maurilio Souza, Shirley Rodrigues Maia. São Paulo: Grupo Brasil, 2011.

BOSCO, Ismênia Carolina Mota Gomes; MESQUITA, Sandra Regina Stanziani Higino; MAIA, Shirley Rodrigues. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: surdocegueira e deficiência múltipla, - Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial ; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 5.

CADER-NASCIMENTO, Fátima Ali Abdalah Abdel; MAIA, Shirley Rodrigues. Saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: surdocegueira/múltipla deficiência sensorial. 4. ed. Universidade Federal de São Carlos – UFSCar/SP; Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8):

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

CADER-NASCIMENTO; COSTA, Maria da Piedade Resende da. Descobrindo a surdocegueira. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

CANDAU, Vera Maria. (Org.) Magistério: construção cotidiana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008;

CAMBRUZZI, R. de C. S.; COSTA, M. P. R. da. Síndrome de Usher: Considerações Gerais. Um estudo de caso. III Encontro de pesquisa em educação especial no Brasil/região sudeste. Educação: Direito ou Serviço? Belo Horizonte: MG, 2005.

CAMBRUZZI, R. de C. S., Análise de uma experiência de atitudes comunicativas entre mãe e adolescente surdocega: construção de significados compartilhados. 2007. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, 2007.

CASTRO, Adriano Monteiro [et al.] Educação especial: do querer ao fazer. São Paulo, 2003.

DADOS DO COMPONENTE

Nome do Componente:	REPRESENTAÇÃO E AUTOREPRESENTAÇÃO DA SURDEZ							
Código do componente: *IN Proen 05/2024	SLIB062							
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):								
Relação do componente com a estrutura curricular:	Optativo							
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/ Orientação	Total	EaD	Presencial
	DISCIPLINA	60	0	-----	-----	60	15	45

*Observar a IN Proen 03/2023. Os campos tracejados não devem ser preenchidos.

EQUIVALÊNCIAS

Código	Nome do Componente Curricular	CH

EMENTA / DESCRIÇÃO:

A representação do surdo na literatura, cinema e na arte. a surdez como metáfora e a desconstrução da surdez como deficiência. Leitura crítica de formas de representação e autorrepresentação de sujeitos surdos.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (min. 3, máx. 5):

CARVALHO, Claudio e MORAIS Jr., Luiz Carlos de. Outras palavras: minorias sócias e narrativas sobre a diferença essencializada. Rio de Janeiro: Litteris Editora/FAPERJ, 2014.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A. 1999

SKLIAR, Carlos (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 2013, 6 Edição.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8):

LADD, Paddy. *Understanding Deaf Culture: In Search of Deafhood*. Clevedon: Multilingual Matters, 2003.

BAALBAKI, Ângela C. F. (Des)encontros entre línguas de sinais: contato das e nas fronteiras. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, v. 15, n. 32, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/35736>.

PERLIN, Gladis. *Trânsitos epistêmicos surdos: práticas políticas e resistência*. Porto Alegre: UFRGS, 2019.

PIMENTA, Silvana A. *Surdez, raça e gênero: narrativas de mulheres negras surdas*. Curitiba: Appris, 2021.

PERLIN, Gladis. *Educação de surdos: diferenciação, identidade e cultura*. Caxias do Sul: EDUCS, 1998.

MOURA, Mônica C. de. *Representações sociais da surdez e práticas escolares: o desafio da diferença*. Campinas: Mercado de Letras, 2000.

DADOS DO COMPONENTE								
Nome do Componente:		LIBRAS ACADÊMICA						
Código do componente: *IN Proen 05/2024		SLIB063						
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):								
Relação do componente com a estrutura curricular:		Optativo						
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/ Orientação	Total	EaD	Presencial
	DISCIPLINA	20	40	-----	-----	60	15	45
*Observar a IN Proen 03/2023. Os campos tracejados não devem ser preenchidos.								
EQUIVALÊNCIAS								
Código	Nome do Componente Curricular					CH		
EMENTA / DESCRIÇÃO:								
Os gêneros acadêmicos. Organização textual como introdução, desenvolvimento e conclusão em Libras. Normatização da produção acadêmica em língua de sinais. Sinais termos usados no meio acadêmico.								
BIBLIOGRAFIA								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA (min. 3, máx. 5): MARQUES, Rodrigo Rosso; OLIVEIRA, Janine Soares. A normatização de artigos acadêmicos em libras e sua relevância como instrumento de constituição de corpus de referência para tradutores. Disponível em: http://www.congressotils.com.br/anais/anais/tils2012_metodologias_traducao_marquesoliveira.pdf . COSTA, Deborah Cristina Lopes; SALCES, Claudia Dourado de. Leitura e Produção de Texto na Universidade. Campinas, SP: Editora Alínea, 2013. MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs). Gêneros textuais e ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.								
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8): NORMAS DE PUBLICAÇÃO DE VÍDEO ARTIGO INES (REVISTA FÓRUM) Disponível em: http://www.ines.gov.br/seer/index.php/forum-bilingue/about/submissions#online NORMALIZAÇÃO de trabalhos acadêmicos. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Disponível em http://portal.bu.ufsc.br/normalizacao/ . NORMAS DE PUBLICAÇÃO DE VÍDEO ARTIGO UFSC. Disponível em : http://revistabrasileiravrlibras.paginas.ufsc.br/normas-de-publicacao/sobre-O-artigo/ SILVA, Rodrigo Custódio da. Indicadores de formalidade no gênero monológico em Libras. 2013. Dissertação (Mestrado em Linguística). Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/122823/322578.pdf . SILVA, Rodrigo Custódio da. Gêneros emergentes em Libras da esfera acadêmica: a prova como foco de análise. 2019. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de PósGraduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: http://tede.ufsc.br/teses/PLLG0782-D.pdf . DESU/INES. Manual para normalização de trabalhos monográficos em Libras e língua portuguesa do DESU/INES. Rio de Janeiro: DESU/INES, 2015. E-book disponível em: http://www.ines.gov.br/images/desu/Manual-de-Monografia-em-Libras-e-LP-2015.pdf . VÍDEO-REGISTRO EM LIBRAS. Normatização de trabalhos acadêmicos em Libras. Florianópolis: UFSC. Disponível em: http://revistabrasileiravrlibras.paginas.ufsc.br/ .								

DADOS DO COMPONENTE								
Nome do Componente:		ESTUDOS TEMÁTICOS EM LINGUÍSTICA DE LÍNGUAS DE SINAIS						
Código do componente: *IN Proen 05/2024		SLIB064						
Período de oferta na estrutura curricular (semestre):								
Relação do componente com a estrutura curricular:		Optativo						
Marque 1	TIPO DO COMPONENTE	CARGA HORÁRIA AULA					MODALIDADE	
		Teórica	Prática	Extensão	*Vivência/ Orientação	Total	EaD	Presencial
	DISCIPLINA	60	0	-----	-----	60	15	45
*Observar a IN Proen 03/2023. Os campos tracejados não devem ser preenchidos.								
EQUIVALÊNCIAS								
Código	Nome do Componente Curricular					CH		
EMENTA / DESCRIÇÃO:								

EQUIVALÊNCIAS		
Código	Nome do Componente Curricular	CH
EMENTA / DESCRIÇÃO:		
Conteúdo variável com o foco na temática da literatura, linguas de sinais e educação de surdos		
BIBLIOGRAFIA		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA (min. 3, máx. 5): A ser construído pelo docente no momento da proposição da oferta da disciplina.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (min. 5, máx. 8): A ser construído pelo docente no momento da proposição da oferta da disciplina.		

ANEXO 2 – SEMANA PADRÃO

PRIMEIRO SEMESTRE – TURMA 1						
HORÁRIO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
18h25 – 19h15	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS I	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS I	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS I	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 1	ESTUDOS SURDOS	Atividades EaD referente a 25% da CH de cada componente (exceto estágios)
19h15 – 20h05	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO	METODOLOGIA DO TRABALHO ACADÊMICO	INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 1	ESTUDOS SURDOS	
20h05 – 20h55	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO	METODOLOGIA DO TRABALHO ACADÊMICO	INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 1	EDUCAÇÃO DE SURDOS E NOVAS TECNOLOGIAS	
20h55 – 21h45	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO	METODOLOGIA DO TRABALHO ACADÊMICO	INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 1	EDUCAÇÃO DE SURDOS E NOVAS TECNOLOGIAS	
SEGUNDO SEMESTRE – TURMA 1						
HORÁRIO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
18h25 – 19h15	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS II	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS II	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS II	FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	POLÍTICA E LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	Atividades EaD referente a 25% da CH de cada componente (exceto estágios)
19h15 – 20h05	SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA DAS LÍNGUAS	INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DE LITERATURA	PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM	FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	POLÍTICA E LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	
20h05 – 20h55	SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA DAS LÍNGUAS	INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DE LITERATURA	PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM	FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	POLÍTICA E LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	
20h55 – 21h45	SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA DAS LÍNGUAS	INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DE LITERATURA	PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM			
TERCEIRO SEMESTRE – TURMA 1						
HORÁRIO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
18h25 – 19h15	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS III	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS III	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS III	FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Atividades EaD referente a 25% da CH de cada componente (exceto estágios)
19h15 – 20h05	AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM	DIDÁTICA	MORFOSSINTAXE DAS LÍNGUAS	FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	

20h05 – 20h55	AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM	DIDÁTICA	MORFOSSINTAXE DAS LÍNGUAS	FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
20h55 – 21h45	AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM	DIDÁTICA	MORFOSSINTAXE DAS LÍNGUAS			
QUARTO SEMESTRE – TURMA 1						
HORÁRIO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
18h25 – 19h15	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS IV	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS IV	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS IV	AQUISIÇÃO DA LÍNGUA DE SINAIS	EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ETNICO-RACIAIS	Atividades EaD referente a 25% da CH de cada componente (exceto estágios)
19h15 – 20h05	FONÉTICA E FONOLOGIA DAS LÍNGUAS	PLANEJAMENTO, CURRÍCULO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	CORPOREIDADE E LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO DE PESSOAS SURDAS	AQUISIÇÃO DA LÍNGUA DE SINAIS	EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ETNICO-RACIAIS	
20h05 – 20h55	FONÉTICA E FONOLOGIA DAS LÍNGUAS	PLANEJAMENTO, CURRÍCULO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	CORPOREIDADE E LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO DE PESSOAS SURDAS	AQUISIÇÃO DA LÍNGUA DE SINAIS	EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ETNICO-RACIAIS	
20h55 – 21h45	FONÉTICA E FONOLOGIA DAS LÍNGUAS	PLANEJAMENTO, CURRÍCULO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	CORPOREIDADE E LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO DE PESSOAS SURDAS			
QUINTO SEMESTRE – TURMA 1						
HORÁRIO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
18h25 – 19h15	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS V	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS V	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS V	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 2	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 2	Atividades EaD referente a 20% da CH de cada componente (exceto estágios)
19h15 – 20h05	LINGUÍSTICA APLICADA AO ENSINO DE LÍNGUAS	ENSINO DE LIBRAS CO MO L1 – I	DIDÁTICA DE EDUCAÇÃO DE SURDOS	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 2	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 2	
20h05 – 20h55	LINGUÍSTICA APLICADA AO ENSINO DE LÍNGUAS	ENSINO DE LIBRAS CO MO L1 – I	DIDÁTICA DE EDUCAÇÃO DE SURDOS	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 2	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 2	
20h55 – 21h45	LINGUÍSTICA APLICADA AO ENSINO DE LÍNGUAS	ENSINO DE LIBRAS CO MO L1 – I	DIDÁTICA DE EDUCAÇÃO DE SURDOS	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 2	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 2	
SEXTO SEMESTRE – TURMA 1						
HORÁRIO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
18h25 – 19h15	ENSINO DE LIBRAS CO MO L2 – I	ENSINO DE LIBRAS CO MO L2 – I	ENSINO DE LIBRAS CO MO L2 – I	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 3	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 3	Atividades EaD referente a 25% da CH de cada

19h15 – 20h05	GESTÃO DE SISTEMAS E UNIDADES ESCOLARES	LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA SURDOS I	LITERATURA SURDA I	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 3	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 3	componente (exceto estágios)
20h05 – 20h55	GESTÃO DE SISTEMAS E UNIDADES ESCOLARES	LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA SURDOS I	LITERATURA SURDA I	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 3	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 3	
20h55 – 21h45	GESTÃO DE SISTEMAS E UNIDADES ESCOLARES	LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA SURDOS I	LITERATURA SURDA I	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 3	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 3	
SÉTIMO SEMESTRE – TURMA 1						
HORÁRIO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
18h25 – 19h15	LITERATURA SURDA II	LITERATURA SURDA II	LITERATURA SURDA II	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 4	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 4	Atividades EaD referente a 25% da CH de cada componente (exceto estágios)
19h15 – 20h05	LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA SURDOS II	ENSINO DE LIBRAS CO MO L1 – II	OPTATIVA 1	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 4	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 4	
20h05 – 20h55	LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA SURDOS II	ENSINO DE LIBRAS CO MO L1 – II	OPTATIVA 1	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 4	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 4	
20h55 – 21h45	LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA SURDOS II	ENSINO DE LIBRAS CO MO L1 – II	OPTATIVA 1	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 4	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 4	
OITAVO SEMESTRE – TURMA 1						
HORÁRIO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
18h25 – 19h15	ENSINO DE LIBRAS CO MO L2 – II	ENSINO DE LIBRAS CO MO L2 – II	ENSINO DE LIBRAS CO MO L2 – II		LITERATURAS NEGRAS	Atividades EaD referente a 25% da CH de cada componente (exceto estágios)
19h15 – 20h05	ESTUDOS DA TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUAS DE SINAIS	ESCRITA DE SINAIS	OPTATIVA 2	OPTATIVA 3	LITERATURAS NEGRAS	
20h05 – 20h55	ESTUDOS DA TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUAS DE SINAIS	ESCRITA DE SINAIS	OPTATIVA 2	OPTATIVA 3	LITERATURAS INDÍGENAS	
20h55 – 21h45	ESTUDOS DA TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUAS DE SINAIS	ESCRITA DE SINAIS	OPTATIVA 2	OPTATIVA 3	LITERATURAS INDÍGENAS	